

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VOZES FEMININAS:

UM ESTUDO SOBRE A *REVISTA FEMININA* E A LUTA PELO DIREITO AO VOTO,
AO TRABALHO E À INSTRUÇÃO.

Virgínia Maria Netto Mancilha

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social.

Orientador: Dr. Jefferson Cano

Campinas
Fevereiro de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
MARIA JÚLIA MILANI RODRIGUES-CRB8/2116 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

M312v Mancilha, Virginia Maria Netto, 1986-
Vozes femininas: um estudo sobre a Revista Feminina e a
luta pelo direito ao voto, ao trabalho e à instrução / Virginia
Maria Netto Mancilha. -- Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Jefferson Cano
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Imprensa – Brasil – História – Séc. XX. 2. Mulheres –
São Paulo (Estado) – Condições sociais. 3. Mulheres –
Revistas e jornais. 4. Relações de gênero. I. Cano,
Jefferson, 1970-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Female voices: a study on the Revista Feminina and the
struggle for voting rights, employment and education

Palavras-chave em inglês:

Press – Brazil – History – 20th century
Women – São Paulo (Brazil: State) – Social conditions
Women – Magazines and newspapers
Gender relations

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Jefferson Cano (Orientador)
Daniela Magalhães da Silveira
Endrica Geraldo

Data da defesa: 28/02/2012

Programa de Pós-Graduação: História

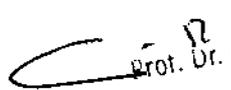
Virgínia M. Netto Mancilha

VOZES FEMININAS:

UM ESTUDO SOBRE A *REVISTA FEMININA* E A LUTA PELO DIREITO AO VOTO,
AO TRABALHO E À INSTRUÇÃO.

Este exemplar corresponde à redação
Final da Dissertação/Tese defendida e
aprovada pela Comissão julgadora em

28/10/2012


Prof. Dr. Umar Kabeiro Inomaz
Matr. 28292-3
Coordenador da Comissão de Pós-Graduação
IFCH/UNICAMP

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, como
parte dos requisitos necessários para a obtenção
do título de Mestre em História, na área de
concentração História Social.

Orientador: Dr. Jefferson Cano

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jefferson Cano (Orientador)
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Profª. Dra. Daniela Magalhães da Silveira (Membro)
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Dra. Endrica Geraldo (Membro)
Universidade Estadual de Campinas – CECULT/UNICAMP

Profª. Dra. Edilene Toledo (Suplente)
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (Suplente)
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Campinas
Fevereiro de 2012

RESUMO

Na primeira metade do século XX, proliferou no Brasil uma série de periódicos, folhetins e jornais que se dedicaram a refletir sobre o papel da mulher na sociedade. A *Revista Feminina* era uma das mais publicações mais representativas da imprensa feminina durante as primeiras décadas republicanas, particularmente entre 1920 e 1930. Durante esse período, a revista teve um importante papel na formação de um espaço público e literário relacionado às demandas sociais das mulheres, em curso desde meados do século XIX. O foco principal deste estudo consiste em analisar como a revista se articulou e abordou a luta pelo direito ao voto, ao trabalho e à instrução, temas que ocupavam um lugar significativo em suas páginas, ao contrário do que pressupunham muitos trabalhos sobre o tema.

ABSTRACT

In the first half of the twentieth century, a whole series of newspapers, journals and daily literary essays, mainly dedicated to discuss women's role in society, appeared in Brazil. The *Revista Feminina* was one of the most representative women's press publications during the first republican decades, particularly between the 1920's and 1930's. During this period, the magazine had an important role in the making of a public and literary room related to women's social demands that have been ongoing since the mid of the nineteenth century. The main focus of this study consists in analyse how the magazine dealt and related itself with franchise, labour and schooling struggles, themes that, unlike many specialized researches presupposed before, did occupy a significant space in its pages.

*À minhas avós, Maria de Lourdes Mancilha (in
memorium) e Geny Netto; mulheres que representam
todo o esforço de uma época.*

AGRADECIMENTOS

Ao financiamento da FAPESP nos últimos dois anos (2010-2012), imprescindível para a realização deste trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Edgar Leuenroth, AEL; pela presteza, agilidade e simpatia. Sou muita grata também aos funcionários da Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional pela ajuda oferecida durante os momentos iniciais desta pesquisa.

Ao Centro de Pesquisa em História Social, CECULT, por adquirem a coleção da *Revista Feminina*, e principalmente, ao Prof. Sidney Chalhoub e à Flávia Peral que se mantiveram solícitos diante de todos os trâmites necessários.

Ao meu orientador, Jefferson Cano, por toda sua paciência e sua incrível habilidade em me estimular a seguir em frente nos estudos. Além disso, agradeço todas as conversas, as leituras e críticas a respeito do material que se segue.

À amiga Daniela Magalhães pela companhia nos congressos, pelo apoio, mesmo que virtual, nos momentos de crise com a dissertação e à colega de ofício, que no Exame de Qualificação me contemplou com suas dúvidas, críticas e elogios a respeito do trabalho até então realizado.

Aos colegas de Pós-Graduação, de Área e de Linha de Pesquisa; Giovanni Grillo (thanks for the abstract!), Marcos Abreu, Ana Flávia Magalhães, Marcus Vinícius, Maria Emília Vasconcelos e Daniel Martini, com os quais dividi muitas horas na biblioteca, tardes de lazer, cafés na cantina e principalmente, aflições da pesquisa.

Aos amigos que, mesmo distante fisicamente, se fizeram sempre presentes em minha vida nesses últimos anos (e espero que nos próximos também!); Lucas Paris, Márcio Mendes, Larissa Rizzatti, Hugo Soares, Júlia Sapucahy, Tássia Werneck e Katrin Görtz.

Às amigas; Simony Lira e Suellene Coelho pela presença, sagrada, durante as quintas-feiras. E à serenidade de Néilton Maciel nos finais de semana.

Aos amigos cariocas que sempre me receberam muito bem na Cidade Maravilhosa; Fernanda Costa, Felipe Marun, Márcio Duran, Leonardo Aragão e Luiz Fernando Thomaz. À minha família de historiadores cariocas, Helena Cristina, Xavier Barbosa e suas doces filhas, Maria Carolina e Ana Luisa Barbosa, pela amizade, que apesar de nova, se mostra tão fiel. E à minha família carioca, oficial, que me acolheu por diversas vezes, e muito me apoiou na produção deste trabalho; Tio Chico, Tia Mônica, Juliana, Mariana e Clarissa; muito obrigada pela companhia e pela alegria em todos os dias que estive com vocês.

Aos meus pais, Geraldo e Cristina, por todos os anos de esforço desprendidos para que eu e minha irmã, Victória, tivéssemos os melhores estudos.

E por fim, ao apoio, ao carinho e ao companheirismo de David Lacerda, sem o qual esta dissertação não teria sido possível.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo I	
Por entre as páginas da <i>Revista Feminina</i>	23
Aspectos gerais da publicação	23
A Empresa Feminina Brasileira	26
Aspectos culturais da revista	31
Publicidade e propagandas	44
O Jardim Fechado	59
Capítulo II	
Mulheres de letras: escritas e trajetórias na imprensa periódica	65
Olhares atentos para a educação feminina	65
A emancipação feminina pelo trabalho	78
A crítica feminina	91
Capítulo III	
A luta pela emancipação política: a <i>Revista Feminina</i> e a campanha do sufrágio feminino	101
Feminismo: História e Historiografia	101
A questão do sufrágio na imprensa feminina	105
Feminismos na <i>Revista Feminina</i>	115
A conquista do voto feminino: o projeto de 1932	120
Considerações finais	127
Fontes e Bibliografia	133
Anexos	141

INTRODUÇÃO

Com o início do século XX, a imprensa periódica, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, assumiu uma dimensão mais diversificada, chegando a quintuplicar o número dos jornais diários e quinzenais existentes no período. Associado, nesse momento, com o crescimento do ritmo de desenvolvimento das cidades, o ambiente do jornalismo experimentou um verdadeiro crescimento, num clima de bastante otimismo. Articulando-se às novas linguagens, essa imprensa periódica buscava transpor os limites - até então estabelecidos por uma reduzida elite ligada aos círculos de poder - e alcançar a incorporação, por meio de novas temáticas e linguagens, de novos personagens sociais, assim como nos aponta Heloísa de Faria Cruz:

Desenhando-se no interior das novas práticas e modos de viver na cidade em expansão, constituindo-se como campo de experimentação e afirmação das novas formas de dizer e contar a vida urbana, tais publicações apresentam-se como a tendência mais dinâmica e inovadora da cultura impressa no período.¹

Nesse contexto da virada do século, foi possível observar o nascimento de uma nova cultura impressa, mais ligada à vida urbana e capaz de acolher novos projetos e interesses de outras camadas, antes alheias ao universo da imprensa. Saindo desse espaço eminentemente privado, a mulher, sobretudo a de elite, destacou-se como importante personagem desse novo jornalismo. Nessas páginas, muitas mulheres letradas puderam praticar, novamente², o exercício da escrita, trazendo à tona suas reivindicações de gênero, posicionando-se contra a dominação masculina e propagando o divórcio, o sufrágio feminino e o movimento feminista.

¹ CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana - 1890/1915*. São Paulo: EDUC/FAPESP/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2000, p.94.

² Desde o início do século XIX já podia ser visto no Brasil, uma série de esforços por parte da ainda nascente imprensa feminina, a fim de se lançar como um “lôcus de ampliação democrática”. Para além do recolhimento ao âmbito privado do lar, essas publicações, destinadas a uma pequena parcela de mulheres já alfabetizadas, defendiam o desenvolvimento das potencialidades femininas dentro e fora de casa, que lhes possibilitaria o domínio de conhecimentos necessários para uma participação nas questões sociais, políticas e educacionais. NASCIMENTO, Cecília Vieira do & OLIVEIRA, Bernardo J. O *Sexo Feminino* em campanha pela emancipação da mulher. *Cadernos Pagu*. Campinas, nº28, julho-dezembro de 2007, p. 429-457.

Susan Besse³, no seu importante trabalho sobre a modernização das diferenças de gênero durante a primeira metade do século XX, relatou a grande importância que a “questão feminina” tomou nas discussões da imprensa brasileira.

De acordo a argumentação de tal autora, romancistas, críticos sociais, educadores, médicos e juristas publicavam, debatiam e criticavam, naquelas páginas da imprensa, o fato de as distinções entre os gêneros estarem se esbatendo. Ainda de acordo com a autora, essa obsessão por determinar os comportamentos e os papéis femininos refletia o anseio de uma elite urbana ascendente, que, receosa com a desordem socioeconômica do período, observava muitas mulheres das classes médias aproveitando as novas oportunidades dessa sociedade em mudança contínua, para ampliar sua participação social.

À medida que essas mulheres entravam na esfera pública, questionavam-se cada vez mais as definições tradicionais que a então elite da época determinava como “natureza feminina” e também, se pronunciavam - muito mais ruidosa e publicamente do que antes - contra os abusos masculinos dentro e fora do ambiente familiar. Por meio da imprensa produzida por e para mulheres, Besse constata que essa parcela feminina alcançou um espaço próprio pelo qual se comunicavam umas com as outras e ainda podiam expressar nessas páginas suas frustrações, opiniões e reivindicações.⁴

Num estudo mais recente sobre a imprensa paulista, Ana Luiza Martins⁵ investigou os exemplares dessa imprensa feminina paulista que circularam entre as primeiras décadas do século XX. Durante essa averiguação, a autora confirmou a existência de muitas revistas, feita por e para mulheres, que possibilitaram a veiculação de “sentimentos secularmente ocultos e posturas recônditas” e que também publicavam condutas conflitantes com a postura tradicional e bem aceita da mulher mãe/esposa/dona-de-casa.

Naquelas páginas [as mulheres] exercitaram formas de escrever e de se colocar; posicionaram-se com relação a condutas cívicas e sociais; denunciaram o conservadorismo e a misoginia do pensamento científico do século XIX e princípios do XX. Através das revistas, fosse pelo viés da produção feminina ou por aquele perpetrado pela propaganda,

³ BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo, EDUSP, 1999.

⁴ *Ibidem*.

⁵ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2001.

paulatinamente, desestabilizavam-se as fronteiras simbólicas entre os sexos, desfazendo-se papéis ancestralmente construídos na secular sociedade patriarcal brasileira.⁶

Como exemplo de uma imprensa que proporcionava um amplo espaço para repercutir as vozes femininas durante o início do século XX, podemos destacar a *Revista Feminina*, vista como a única publicação, de grande porte, dirigida exclusivamente ao público feminino. Em virtude do seu sucesso editorial, essa publicação despertou um enorme interesse acadêmico no início dos anos 90, iniciado por duas importantes obras, a dissertação de Sonia de Amorim Mascaro intitulada, *Revista Feminina: imagens de mulher (1914-1930)* do ano de 1989 e a tese *Espelho de Mulher: Revista Feminina (1916-1925)*, de Sandra Lopes Lima, de 1991. Ambos os trabalhos analisaram minuciosamente os exemplares da revista e apresentaram uma imagem feminina bastante restrita aos papéis normativos e aos espaços sociais pré-estabelecidos de mãe/esposa/dona-de-casa.

Sonia Mascaro realizou um estudo aprofundado sobre o periódico, com o enfoque voltado para a área do jornalismo. Nesse trabalho a autora nos apresentou a *Revista Feminina* enquanto veículo de uma empresa jornalística; relatou o modo como a publicação foi criada, os objetivos que norteavam seus idealizadores, forneceu alguns dados sobre as suas colaboradoras e por último, apontou, sistematicamente, os conteúdos discutidos em todas as seções da revista.⁷

Sob outro ponto de vista, a historiadora Sandra Lopes Lima discorreu a respeito da mulher paulista representada nas páginas da *Revista Feminina*. O periódico foi, portanto, explorado por essa autora de modo a confirmar a hipótese de que as informações e os textos contidos naquelas páginas refletiam a figura feminina da sociedade paulistana das primeiras décadas do século XX. Destaca-se, sobretudo, nesse seu trabalho, o enfoque pelo qual a autora Sandra Lima observou a *Revista Feminina*, o propósito de divulgar e reforçar os códigos de conduta norteadores do comportamento feminino; argumentos essenciais do discurso divulgado pela revista.

⁶ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2001. *Op.cit.* p. 387.

⁷ MASCARO, Sonia. *Revista Feminina: imagens de mulher (1914-1930)*. Dissertação de mestrado em Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

No confronto entre os trabalhos em questão, foi possível notar uma grande simpatia de ambas as autoras pela história da criação do periódico. Além disso, pode-se constatar que, por meio de uma investigação cuidadosa ao conteúdo dos artigos e seções publicadas na *Revista Feminina*, ambas se mantiveram atentas aos princípios morais e conservadores divulgados pela publicação e sintetizaram o conteúdo da *Revista Feminina* no “mundo fechado pelos muros do lar, dos padrões de comportamento e dos valores ideais”.⁸

Esses primeiros estudos com a *Revista Feminina* influenciaram um novo olhar para a história da vida privada feminina, explorado pelas autoras Marina Maluf e Maria Lúcia Mott⁹. Essas autoras afirmavam que, durante as conturbadas três primeiras décadas do século XX, muitos setores conservadores sentiam-se incomodados com a velocidade das transformações empreendidas nesse período. Diante da variedade de questionamentos, experiências e novas linguagens produzidas no espaço das cidades urbanizadas e modernas, muitos intelectuais do período acusavam as mulheres de serem responsáveis pela suposta corrosão da ordem social e pela desvalorização dos costumes e tradições. Portanto, segundo a argumentação das autoras, conjugaram-se muitos esforços para disciplinar qualquer iniciativa feminina que pudesse ser vista como uma ameaça à ordem familiar já que sua identidade social deveria corresponder, de acordo com esses discursos, à atividade doméstica de mãe e esposa.

O dever ser das mulheres brasileiras (...) foi, assim, traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las como sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que cristalizava determinados tipos de comportamento convertendo-os em rígidos papéis sociais. ‘A mulher que é, em tudo o contrário do homem’ foi o bordão que sintetizou o pensamento de uma época intranquã e por isso ágil na construção e difusão das representações do comportamento feminino ideal, que limitaram seu horizonte ao ‘recôndito do lar’ e reduziram ao máximo suas atividades e aspirações, até encaixá-la no papel de ‘rainha do lar’.¹⁰

⁸ LIMA, Sandra Lúcia Lopes. “Imprensa Feminina, Revista Feminina. A imprensa feminina no Brasil.” In: *Projeto História*. São Paulo, n 35, dez 2007, p.234.

⁹ MALUF, Marina & MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino.” In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil República: Da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰ *Ibidem*. p.373.

Ainda segundo Maluf e Mott, a *Revista Feminina* também faria parte desse grupo de conservadores que divulgavam aquilo que era pregado pela Igreja, ensinado pelos médicos e legitimado pelo Estado. Nas suas páginas, a esposa virtuosa teria sido fortemente aclamada e cerceada por comandos morais, em que eram prescritas dedicação, bondade e a satisfação total dos desejos do marido. Afastadas da esfera pública, essas mulheres das classes mais abastadas, permaneceriam, portanto, reclusas nas suas atividades produtivas dentro do lar, local onde recebiam, através da *Revista Feminina*, as notícias sobre os mais novos bens de consumo e também, receitas para uma melhor administração de sua casa.

Tais estudos de Maluf & Mott realizaram grandes avanços historiográficos ao atentarem para a revista como um órgão de imprensa, responsável por educar e instruir o público feminino para a vida doméstica, ou como afirmavam essas autoras, para os “recônditos do lar”. Porém, ao restringirem toda a *Revista Feminina* a esse único posicionamento, tais autoras acabaram por negligenciar outras tantas funções que esse mesmo periódico assumia naquele momento, como, por exemplo, a abordagem de temas como a moda, beleza e o tratamento do corpo feminino, que permaneceram às margens dessas primeiras discussões.

Em virtude das lacunas deixadas, muitos pesquisadores buscaram avançar nos estudos já iniciados com essa documentação e propuseram-se a discutir esses assuntos que anteriormente não eram tidos como importantes. Nesse sentido, Mônica Schpun¹¹ em sua obra, problematizou a questão da “pedagogia da beleza” como uma estratégia tomada pela elite cafeeira paulista que, ao ocupar o espaço físico e social urbano durante a década de 1920, sentiu a necessidade de criar uma identidade para sua classe a partir de discursos que enfatizassem certos padrões específicos de beleza.

Essa cultura da beleza exigia uma disciplina física “civilizadora”, pela qual a exposição dos corpos femininos obedeceria a um conjunto de regras de apresentação e de comportamento corporal. Segundo Schpun, na imprensa feminina, principalmente na *Revista Feminina*, podia-se observar a constante divulgação dos “códigos de diferenciação”. Em geral, esses códigos de diferenciação dirigiam-se diretamente às mulheres de classe média e apresentavam-se na forma de artigos sobre moda, beleza e

¹¹ SCHPUN, Mônica R. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora Senac, 1999.

higiene, sobre os quais se propunham – com base nos discursos higienistas – novos hábitos e práticas atreladas aos ideais de saúde sugeridos pela elite daquela época.

Portanto, de acordo com a autora, a *Revista Feminina*, assim como outras revistas do gênero, aderiram aos novos valores de beleza física e, publicando-os em suas páginas, expressaram muito além da submissão às novas regras de submissão e de acesso restrito do espaço público; essas revistas inauguraram novas possibilidades de identidades individuais, frutos da modernidade urbana daquele momento.¹²

A despeito dos trabalhos que costumavam reduzir o papel feminino ao tradicional tripé mãe/esposa/dona-de-casa, os novos trabalhos sobre a *Revista Feminina* trouxeram à tona diferentes aspectos ainda não discutidos¹³ e a certeza de que seu pronunciamento não fora uníssono.

Sob o olhar da história social, a *Revista Feminina* vem sendo contemplada por novas pesquisas que visam analisar essa publicação como um novo e também incipiente espaço para que muitas mulheres durante o início do século XX pudessem reivindicar e se manifestar diante dos debates em torno das questões femininas.

Maria Claudia Bonadio¹⁴, por considerar o conteúdo da *Revista Feminina* muito além das preocupações em relação à criança, à família e ao lar, desenvolveu seu trabalho, contrapondo-se a uma historiografia que costumava resumir, tanto a revista quanto o seu próprio público alvo, como sendo, exclusivamente, instrumentos de sujeição aos planos normativos, informativos e de simples entretenimento. A autora desenvolveu, portanto, no

¹² SCHPUN, Mônica R. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora Senac, 1999.p.147.

¹³ Seguindo as perspectivas de Mônica Schpun, a historiadora Gisele Gellacic analisou, em sua dissertação de mestrado, a questão do corpo feminino; alvo de uma série de projetos modernizadores através da moda, da beleza e sob constante vigilância pela imprensa feminina e por muitos manuais médicos higienistas. Nesse trabalho, seguindo a linha teórica foucaultiana, a autora propôs identificar e examinar a produção e a incessante reprodução de estereótipos que questionavam os papéis femininos, historicamente construídos no período. A criação de novos hábitos e novos olhares ao corpo feminino representava, segundo Gellacic, a imagem de progresso e de cosmopolitismo propostos por uma oligarquia rural durante sua ocupação no espaço urbano. No entanto, ao mesmo tempo em que a elite paulistana pregava esse ideal de modernidade, ela exigia o respeito às tradições, a subordinação as funções de mãe amorosa, esposa fiel e dona-de-casa cuidadosa; garantias, portanto, para a manutenção de suas prerrogativas de classe. Cf. GELLACIC, Gisele. *Bonecas da moda: Um estudo sobre o corpo através da moda e da beleza, Revista Feminina, 1915-1936*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC SP, Dissertação de mestrado em História, 2008.

¹⁴ BONADIO, Maria Cláudia. *Moda: costurando mulher e espaço público - estudo sobre a sociabilidade feminina na cidade de São Paulo, 1913-1929*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de mestrado em História, 2000. Mais recentemente, sua dissertação foi publicada na forma de livro, intitulado *Moda e sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

campo da história social, uma pesquisa que observou as vozes dissonantes na revista e notou no consumo da moda uma forma eficiente de inserir as mulheres no espaço público urbano. Por meio de sua análise dos anúncios do *Mappin Stores* juntamente com a leitura da seção “A moda”, Bonadio ressaltou a importância da moda e do seu comércio para o processo de reformulação da condição feminina durante o contexto de modernização brasileira do início do século XX.

As crônicas mensais assinadas pela polêmica Marinette¹⁵, somadas ao material publicitário da maior loja de departamentos instalada na cidade¹⁶ (o qual era publicado diariamente no jornal *O Estado de São Paulo*) proporcionaram elementos para que, através da história social, a autora pudesse enxergar a junção da moda ao importante papel da imprensa durante esse processo de reformulação do conceito de feminilidade. O tripé feminino, anteriormente sustentado pelo papel de mãe/esposa/dona-de-casa, receberia então um novo status; a mulher também seria consumidora e sociável. Logo, de acordo com a autora, a publicação em questão anunciava novas possibilidades de visibilidade e sociabilidade feminina no espaço público da elite da cidade de São Paulo durante as primeiras décadas do século XX.

Na pesquisa desenvolvida para esta dissertação, pude observar certas peculiaridades da *Revista Feminina* que ainda não receberam a devida atenção da historiografia. Os exemplares que circularam entre as décadas de 1920 e 1930 são, ao mesmo tempo, fonte e objeto de análise e, em conjunto, demonstram que a revista teve um importante papel na formação de um espaço público e literário relacionado às lutas femininas.

As reivindicações pelo direito ao trabalho, ao voto e à instrução eram bandeiras defendidas pelas mulheres desde os anos 1870, adquirindo maior visibilidade a partir da primeira década republicana.¹⁷ Portanto, a *Revista Feminina*, no início do século XX,

¹⁵ Pouco se sabe sobre a verdadeira identidade da cronista Marinette. Alguns pesquisadores, como Sonia Mascaro, defendem que esse era o pseudônimo da filha mais nova de Virgilina Salles, a Srta. Marina Salles, que teria assumido esse nome afrancesado para discutir, mais adequadamente, as questões relativas à moda daquele momento. Nota-se, no entanto, que o tom de suas crônicas destoava em muito, da moral católica e conservadora que muitos autores alegavam sustentar as páginas da *Revista Feminina*.

¹⁶ Segundo a autora, data-se 29 de novembro de 1913 a instalação do *Mappin Stores* na Rua 15 de Novembro, uma das ruas do Triângulo (São Bento, 15 de Novembro e Direita), o coração comercial da cidade de São Paulo nos anos 20.

¹⁷ A bibliografia a respeito das reivindicações femininas durante a segunda metade do século XIX é muito vasta. Merecem destaque as obras precursoras de ALVES, Branca Moreira. ALVES, Branca M. *Ideologia e*

ampliava o alcance dessas demandas sociais, ao mesmo tempo em que fortalecia o movimento feminista e ainda acentuava as clivagens de gênero no Brasil desse período.

Ao longo dos capítulos, procuro demonstrar o significado e o peso que esses temas tiveram na organização da revista e como eles foram abordados pelas colaboradoras que escreviam nas seções. Assim, no primeiro capítulo – *Por entre as páginas da Revista Feminina* – o objetivo é identificar e examinar o conteúdo da revista. Optei, portanto, por ler detidamente os textos produzidos, atentando para o universo editorial da revista, o conteúdo de seus editoriais, para a importância das publicidades veiculadas e para a contribuição significativa de seções como *A moda* e o *Jardim Fechado*.

A partir da análise desse material – que foi repartida entre os anos 1918¹⁸, 1924¹⁹, 1935²⁰ – foi possível enxergar a participação de um seleto grupo de escritoras que abordavam, sob diferentes ângulos, a condição feminina na sociedade brasileira, sobretudo, além de expressarem suas formas de engajamento e articulação em torno das lutas pelo direito ao voto, ao trabalho e à instrução feminina.

feminismo: a luta pelo voto no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1980 e de HAHNER, June. *Emancipação do sexo feminino: Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, as quais analisam historicamente aquilo, que para essas autoras, seria desenvolvimento o início de uma trajetória do movimento feminista no Brasil. Além desses trabalhos, destacam-se também os estudos que, priorizando a imprensa feminina daquele final do XIX, enxergaram muito além do que as raízes desse movimento; DE LUCA, Leonora. *A mensageira: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999; DUARTE, Constância. “Feminismo e literatura no Brasil”. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.17, n.49, 2003, p.151-172; e NASCIMENTO, Cecília Vieira do & OLIVEIRA, Bernardo J. *O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. Cadernos Pagu*. Campinas, nº28, julho-dezembro de 2007, p. 429-457. Tais autores observaram, por meio da análise de exemplares da imprensa feminina daquele período, um engajamento e uma articulação política feminina que se contrapõe à ideia de um movimento feminista precursor, incipiente e desarticulado, defendido nos primeiros estudos sobre o tema.

¹⁸ Em maio de 1918, com o falecimento de Virgínia de Souza Salles, a *Revista Feminina* promoveu uma extensa sequência de homenagens à sua diretora. Cf. *Revista Feminina*, junho- setembro de 1918. Em outubro desse mesmo ano, devido ao 1º Congresso Brasileiro de Jornalistas realizado em setembro, no Rio de Janeiro, a *Revista Feminina* recebeu inúmeros elogios da Associação Brasileira de Imprensa e passou a carregar até o final de sua publicação o seguinte lema: “O 1º Congresso de Jornalistas declarou que a ‘Revista Feminina’ é um modelo digno de imitação.”

¹⁹ Em fevereiro de 1924, a *Revista Feminina* abriu a sucursal no Rio de Janeiro, RJ, por onde o periódico foi por anos, também publicado. Cf. “Boas-vindas”. *Revista Feminina*, fevereiro de 1924.

²⁰ Em 1935, com a conquista do sufrágio feminino em 1932, a *Revista Feminina*, até então engajada na luta pelos direitos políticos da mulher, perdia sua “força” e um de seus principais propósitos, passando a publicar pequenos exemplares, de número bem reduzido de páginas, que se reduziam a incentivar o alistamento eleitoral feminino. Cf. *Revista Feminina*, ano de 1935.

No âmbito da história das mulheres e das relações de gênero é muito comum depararmos com a suposição de que essas personagens femininas, por manifestarem concepções e comportamentos incompatíveis com os padrões do período e da sociedade em que viveram, supostamente teriam traçado trajetórias e carreiras muito além do seu tempo. Durante as últimas décadas do século XX, tal perspectiva evolucionista da História, muito discutida pelos avanços historiográficos, foi contestada pela história social, que optou por afirmar que tais experiências desses atores históricos não poderiam ser compreendidas fora do momento em que viveram. Diante desse debate – tal como Eleni Varikas²¹ defendeu em suas reflexões, as quais incluíam as pesquisas biográficas no ramo da História – pretende-se, portanto, resgatar a multiplicidade das experiências femininas, promovendo, portanto, uma desconstrução das imagens de mulheres à frente de seu tempo.²²

Seguindo tais perspectivas, pretendo, nesse segundo capítulo – *Mulheres de letras: escritas e trajetórias* – analisar os significados da atuação feminina no campo literário, sobretudo, no campo da imprensa, haja vista que esse espaço representava uma importante meio de reconhecimento das mulheres de letras. Por meio dos exemplares da *Revista Feminina*, observo as contribuições femininas nessas páginas e também as suas campanhas em torno da emancipação feminina, de maior repercussão ao longo dos anos 1920 e 1930.

Nesses exemplares alguns nomes se destacaram. A renomada escritora Júlia Lopes de Almeida foi um desses, que, a favor de uma educação feminina diferenciada, recebeu, durante os primeiros anos da *Revista Feminina*, 1915-1918, seu merecido prestígio. Assim como a autora supracitada, a escritora mineira Maria Eugênia Celso também defendeu nas páginas dessa revista, um novo ensino para as mulheres; seus artigos levantam a importância de uma educação fundamentada na intelectualidade e nos estudos do ensino superior, capaz de promover essas mulheres a um novo status, longe da submissão masculina. Ainda nesse capítulo, resgato a colaboração da cronista carioca Chrysanthème, a qual trouxe, por meio de suas crônicas e artigos publicados na *Revista Feminina* e também nos veículos da grande imprensa – como *O País* e o *Correio Paulistano* – uma tese consistente em relação à emancipação da mulher, em torno, especificamente, da presença e

²¹ VARIKAS, Eleni. *Penser Le sexe et genre*. Paris: Press. Univ. de France, 2006.

²² ENGEL, Magali. “Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo?” In: *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, nº01, vol.09, segundo semestre, 2001.

permanência feminina no mercado de trabalho. Arelada também a essas discussões sobre o trabalho feminino, a escritora portuguesa Ana de Castro Osório também contribuiu com a revista trazendo os protestos e as reivindicações femininas de seu país.

Muitas mulheres deixaram documentado seu inconformismo não somente sob a forma escrita, mas na prática; na atuação feminista, como a exercida por Bertha Lutz e suas companheiras da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino- FBPF*. No terceiro capítulo – *A luta pela emancipação política: a campanha do sufrágio feminino* – pretendo, portanto, abordar a campanha de maior repercussão nas páginas da *Revista Feminina*; a luta pelo direito ao voto. Para tanto, levanto as colaborações de Bertha Lutz com o intuito de observar o posicionamento dessa ativista política em torno da importância de se conquistar a emancipação política feminina.

Como a questão do voto feminino foi um tema que perpassou toda a coleção da *Revista Feminina*, torna-se necessário selecionar os artigos, notas e outras publicações no que se refere a essa campanha endossada pelo periódico em questão. Assim, priorizo o material redigido pelas colaboradoras mais frequentes²³ da revista, bem como os textos redigidos a partir das eventuais participações de escritoras e membros de organizações políticas femininas, tais como Carrie Chapman Catt, presidente da NAWSA²⁴ e a escritora Ana de Castro Osório, presidente da Associação de Propaganda Feminista, a primeira organização sufragista portuguesa²⁵. Além disso, por meio da *Vida Feminina: arte, ciência e letras*²⁶ – seção que armazenava uma reunião de pequenos e variados artigos em torno das reivindicações femininas – apresento os debates estrangeiros a respeito do movimento sufragista e também os relatos existentes a respeito dos avanços femininos na esfera política internacional.

²³ As mulheres que colaboravam com certa frequência na *Revista Feminina* sobre a questão do sufrágio feminino foram as escritoras: Bertha Lutz, Carmem Portinho, Júlia Lopes de Almeida, Maria Eugênia Celso, Odette Donah, Chrysanthème, Andradina de Oliveira, Alzira Reis Vieira, além de muitas outras que, infelizmente, não registravam, por meio de assinatura, a autoria de seus textos.

²⁴ NAWSA: National American Woman Suffrage Association, fundada em 1890 pelas feministas Elizabeth Stanton, Lucy Stone e Susan Anthony em Washington, DC. No início do século XX, a também feminista e integrante da associação, Carrie Chapman Catt, assume em duas ocasiões o cargo de presidente; em 1900-1904 e posteriormente em 1915-1920. Cf. BESSE, Susan. *Op. cit.* p.190.

²⁵ No segundo capítulo dessa dissertação apresentamos a trajetória e a participação literária da escritora Ana de Castro Osório nas páginas da *Revista Feminina*. Nesse terceiro capítulo abordaremos, portanto, a sua militância política em torno da luta pelo sufrágio feminino em Portugal.

²⁶ “Vida Feminina: arte, ciência e letras”. *Revista Feminina*, seção presente até o ano de 1935.

Portanto, no que concerne aos trabalhos já produzidos pela historiografia do tema, pretendo avançar com os estudos sobre a *Revista Feminina* a partir de um olhar que busca analisar essa publicação como um importante canal de expressão que propunha contemplar cada vez mais mulheres das classes médias, proporcionando assim novos espaços para que suas vozes se pronunciassem. Essas mulheres, leitoras e colaboradoras da revista, almejavam uma atuação em determinadas atividades da sociedade; não era um movimento que sugeria o rompimento com as hierarquias de gênero, mas sim uma reivindicação, demandada por líderes letradas do período, com o intuito de adquirir direitos - compatíveis com os dos homens - que garantissem a modernização de sua condição feminina.

Capítulo I

Por entre as páginas da Revista Feminina.

Aspectos gerais da Revista Feminina

Publicada originalmente no ano de 1914 com o nome de *A Luta Moderna*, a *Revista Feminina* foi impressa, pelo período de um ano, no formato de um pequeno jornal de somente quatro páginas e de periodicidade quinzenal. Apenas em janeiro de 1915, a revista apresentava-se como uma publicação mensal destinada às mulheres de classe média e alta, assumindo-se como empreendimento voltado única e exclusivamente para atender aos interesses femininos.²⁷

Tal mudança de nome envolveu também uma nova postura da revista diante de seu público leitor. O pequeno folheto de conteúdo simplório, apolítico e que trazia, sistematicamente, um material literário bastante diversificado - como os contos de Guy de Maupassant²⁸, as crônicas de Garcia Redondo²⁹ e os poemas de Alphonsus de Guimarães³⁰ - deu vez a uma revista que se propôs, durante os vinte e um anos em que atuou no ramo, até 1936³¹, a testemunhar, contribuir e informar as mulheres com intuito de ampará-las na trajetória de sua emancipação no espaço público urbano. Porta-voz das causas femininas, num momento em que o movimento feminista já se fazia ouvir em várias partes do mundo, a *Revista Feminina* se destacava em virtude de suas manifestações reivindicatórias, que,

²⁷ *Revista Feminina*, janeiro de 1915.

²⁸ Guy de Maupassant, “A confissão”. *Revista Feminina*, abril de 1914, e do mesmo autor, “O Bêbado”. *Revista Feminina*, julho de 1914.

²⁹ Garcia Redondo, “Poemas da juventude”. *Revista Feminina*, abril de 1914

³⁰ Alphonsus de Guimarães, “AEIOU”. *Revista Feminina*, abril de 1914.

³¹ Na historiografia do tema, muitos autores afirmam que em 1926 a *Revista Feminina* teria encerrado sua circulação. No entanto, durante a pesquisa feita no Acervo de periódicos da BN- Biblioteca Nacional, RJ e no AEL- Arquivo Edgar Leuenroth, Unicamp, Campinas, SP, constatei que a coleção atravessava a data afirmada e se encerrava, de fato, nos idos de 1936.

apesar de manterem um tom moderado, alertavam para a necessidade de direitos civis e políticos para a mulher brasileira de todas as classes.

Assumindo-se, portanto, como um veículo de imprensa destinado ao público feminino brasileiro e não mais somente paulista, foi possível encontrar uma extensa lista de sucursais e agências filiadas à *Revista Feminina*³² as quais apresentavam a extensão da sua rede de distribuição e alcance. Em Recife, a cargo do Sr. João Uchoa, ficava a representação da revista, com jurisdição nos estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba. No Rio Grande do Norte a sucursal estava sob a direção de José Gomes e no Rio Grande do Sul o responsável era o Sr. Fernandes da Cunha Júnior. Além disso, existiam pequenas agências que atuavam a fim de angariar assinaturas e de promover uma maior colaboração feminina junto ao conteúdo da revista; essas sedes se localizavam em Manaus, Belém, Salvador, Fortaleza, Corumbá, Belo Horizonte, Niterói, Ribeirão Preto, Campinas, Curitiba e Florianópolis.³³

Fortemente inclinada para as mulheres de classe média e alta, a *Revista Feminina* tinha como sua maior preocupação as leitoras, não só como assinantes, mas também como público consumidor e promotor de uma crescente economia de consumo, pela qual, através do desenvolvimento de uma nova consciência feminina proposta na revista, seria possível a sua introdução no mercado.

Com um preço um pouco mais elevado que as outras revistas de conteúdo destinado às mulheres³⁴, o valor de sua assinatura anual oscilava em função do acabamento gráfico da publicação, da retaguarda de anunciantes e do custo do material. No pós-Primeira Guerra, seguido da crise do papel e da greve dos tipógrafos³⁵, os exemplares passaram a ser vendidos a preços mais elevados, garantindo a estrutura econômica da publicação. Na década de 1920 o custo do seu exemplar não variou muito, transitando entre o valor de 1\$200 a 1\$500 réis, enquanto sua assinatura variava de 15\$000 para 20\$000 réis. Nesse mesmo período, para termos uma ideia, a assinatura da revista mensal *Sport*, que também voltada para a elite, custava 16\$000 anuais. A partir do mês de janeiro do ano de 1926, em

³² MASCARO, Sônia. *A Revista Feminina: imagens de mulher, (1914-1930)*. São Paulo, Dissertação de mestrado, ECA, USP, 1982.

³³ *Revista Feminina*, janeiro de 1920.

³⁴ Para fins de comparação de preços e propagandas utilizei as revistas *Fon-Fon*, *A Cigarra* e a *Revista da Semana*.

³⁵ Sobre a crise do papel e a greve dos tipógrafos confira mais em, LOPREATO, Christina. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.

virtude da alta da inflação que assolava o país, o preço do exemplar aumenta para o valor de 2\$200 réis; uma importância relativamente alta quando se comparado, mais uma vez, ao número correspondente do mesmo período da revista mensal, *Papel e Tinta*, de Oswald de Andrade, cujo valor era de 1\$800 réis.

Quanto à diagramação da revista, a partir de janeiro 1915 - momento em que a publicação passa, oficialmente, a se chamar *Revista Feminina* - ela deixava de lado a sua aparência de pequeno folheto e começava a trazer inovações no âmbito gráfico.

De janeiro de 1916 até setembro de 1923, sua dimensão passou a ser de 20 x 28 cm e em suas capas, pinturas e retratos clássicos de mulheres, denotavam-se exemplares da *art-nouveau*, com molduras e clichês de aspecto requintado, luxuoso. (Anexo-Imagem 2) A tipologia escolhida para os editoriais de abertura da revista também demonstrava esse mesmo caráter; as letras mostravam-se no estilo cursivo inglês e de modelo stilus³⁶, já no corpo da revista, a fonte mais utilizada era serifada e de tamanho pequeno. Seu layout apresentava-se numa disposição simples: composto de título e subtítulo, divididos em duas colunas e apenas em alguns casos possuíam uma imagem e/ou figura disposta no meio do corpo do texto. (Anexo-Imagem 3)

No que diz respeito à propaganda veiculada pela *Revista Feminina*, podemos dizer que essa, impressa em papel pardo nas primeiras páginas da revista, era recorrentemente encontrada na forma de pequenos artigos, dos quais somente após a leitura era possível distinguir que se tratava, na verdade, de anúncios dispostos em pequenas caixas, nas quais o anunciante expunha a imagem do produto e em seguida definia a sua funcionalidade.

Com o crescimento iniciado, sobretudo, pela grande arrecadação de receita através da publicidade, a revista atingiu em 1920 um ponto máximo de crescimento, com a média de 25 mil exemplares mensais e de aproximadamente cem páginas por exemplar.³⁷ Com o decorrer dos anos, sobretudo na década de 1930, a revista optou por uma aparência distinta. Desde outubro de 1923 sua dimensão passou a ser de 18 x 26,5 cm e, recuperando-se da

³⁶ Sobre os modelos de tipografia usados na imprensa da primeira metade do século XX, ver mais em: http://www.caligrafaenider.com.br/hist_caligrafia.php. Material consultado em março de 2011.

³⁷ MASCARO, Sônia Amorim. *A Revista Feminina: imagens de mulher, (1914-1930)*. São Paulo, Dissertação de mestrado, ECA, USP, 1982.

crise de 1924,³⁸ quase todos os seus números mensais voltaram a ter mais de cem páginas. Suas capas, as quais ainda apresentavam imagens femininas, não eram, entretanto, as mesmas; a editoração assumia um novo formato, pelo qual eram oferecidos figuras de mulheres com aspectos gráficos mais modernos - vestidos e cabelos mais curtos, maquiagem mais realçada e traços mais impositivos (Anexo-Imagem 10). A tipologia deixava de ser clássica e as fontes utilizadas nos editoriais proporcionavam uma maior legibilidade do texto escrito (Anexo-Imagem 11)

O espaço reservado às propagandas no início da publicação permanecia inalterado, no entanto, elas não eram mais impressas em papel pardo, e sim com o mesmo papel branco e acetinado do corpo da revista. Além disso, esses anúncios já não se restringiam somente às duas primeiras páginas da revista; em todo o corpo da revista podíamos notar a publicidade espalhada, na parte inferior de diversos artigos e principalmente, no lado direito das páginas de diferentes seções .³⁹

A Empresa Feminina Brasileira

Precursora dos modernos veículos dedicados à mulher, a *Revista Feminina* possuía em sua proposta editorial - ao contrário da grande maioria dos periódicos publicados na época - o intuito de defender os direitos da mulher, principalmente ao voto e ao emprego remunerado, ao mesmo tempo em que apresentava seções e questões tradicionalmente femininas. Não era, portanto, uma publicação de cunho exclusivamente comercial, uma vez que anunciava ter como seu principal objetivo explorar a potencialidade feminina a fim de ampará-las na trajetória de sua emancipação.

A idealizadora de tal *Empresa*⁴⁰, Virgínia de Souza Salles, filha de Antônia Barbosa de Souza e Cláudio Justiniano de Souza, membros da elite tradicional de São

³⁸ No ano de 1924, por conta da Revolução Paulista de Julho, a *Revista Feminina* não publicou o exemplar do referente mês. Ainda nesse mesmo ano, seus exemplares se mantinham com um número bastante reduzido de páginas, culminando com um dos menores exemplares de Natal de todos seus anos de publicação.

³⁹ Cf. “Vida Feminina”, *Revista Feminina*, janeiro de 1935.

⁴⁰ A *Empresa Feminina Brasileira* consistiu-se, num primeiro momento, como órgão de desenvolvimento, promoção, redação e divulgação da *Revista Feminina*. Localizada nas vizinhanças da Praça Antônio Prado - a primeira praça moderna da cidade de São Paulo, inteiramente dedicada a atividades terciárias, com prédios de

Paulo⁴¹, começou a sua carreira na imprensa em 1914 com o folheto *A Luta Moderna*, porém já no final do ano de 1916, sua revista – que então mudara de nome e também, de características - já alcançava um porte respeitável; quase cem páginas de texto, cerca de duzentas ilustrações e uma tiragem de 15 a 20.000 exemplares⁴².

Dirigida por Virgilina, essa empresa contava com a ajuda e as influências de seu irmão, o escritor, teatrólogo e membro da Academia Brasileira de Letras, Cláudio de Souza. De fato, Cláudio de Souza teria patrocinado a iniciativa da irmã de reunir mais de 60.000 endereços organizados por todo território brasileiro e ter enviado, gratuitamente, mais de 30.000 exemplares, procurando angariar assinaturas a fim de promover a circulação da revista. Tal empreitada foi financiada por meio de um acordo publicitário, no qual a *Revista Feminina* ficaria responsável de divulgar as tinturas de cabelo *Petalina* e o creme facial *Dermina*, de sua propriedade, uma vez que, além de literato, Cláudio também exercia a profissão de médico e farmacêutico⁴³.

A colocação da revista no mercado letrado, segundo Ana Luiza Martins, vinha como um dos maiores desafios do empreendimento.

À complexa rede que envolvia sua produção - da convocação de colaboradores à obtenção do papel, escolha de tipografia, registro da publicação na Junta Comercial e estabelecimento da sede de um escritório - seguia-se a tarefa tão ou mais difícil de sua distribuição, a começar pelo angariar das assinaturas.⁴⁴

Inicialmente, a estratégia com as assinaturas rendeu pouco mais de mil assinantes⁴⁵, número esse que não era suficiente para cobrir os custos com a publicação. Dessa forma, uma nova estratégia mostrava-se necessária para garantir a continuidade e a ampliação do

escritórios e comércio a toda volta - mais especificamente, no Palacete Brícolá, a sede da *Empresa Feminina* era vizinha de importantes publicações do período, como o *Correio Paulistano* e *A Notícia*. Nesse espaço funcionava também a editoração e toda organização referente à produção e distribuição da *Revista Feminina*. Sua gráfica, no entanto, funcionava em outra sede, localizada no bairro do Bom Retiro, São Paulo, SP. Cf. MASCARO. *Op cit.* p.130.

⁴¹ MENEZES, Raimundo de. *Dicionário biobibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1969, vol. 2.

⁴² LIMA, Sandra Lúcia Lopes. *Op.cit.* p.30.

⁴³ SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. “Tinturas Petalina, Creme Dermina e a felicidade ao alcance de uma página: a *Revista Feminina* e seus anúncios publicitários”. In: *Anais do Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis: UFSC, 2010.

⁴⁴ MARTINS, Ana Luiza. *Op.cit.* p. 226.

⁴⁵ *Revista Feminina*, março de 1915.

quadro de assinantes. Virgilina, portanto, nomeou em cada estado brasileiro, uma “embaixatriz”, uma mulher de destaque da sua elite local, que se tornaria responsável pelo recebimento, distribuição e divulgação da *Revista Feminina* para as leitoras de sua região⁴⁶. O prestígio conferido a estas senhoras era tamanho, que em muitos exemplares a foto de uma delas era publicada, juntamente com os agradecimentos pelos seus esforços.

Até o surgimento das bancas de revistas, na virada da década de 1920 para 1930, coube a essas representantes a tarefa de divulgar e vender as assinaturas do periódico. Ainda de acordo com Martins⁴⁷, no caso da *Revista Feminina*, a alternativa de venda dessa publicação em locais físicos reforçava a sua circulação, contando com os meninos italianos jornaleiros que circulavam pelas ruas do *Triângulo* apregoando as novidades da revista.

Com a morte de Virgilina Salles em maio de 1918, a direção da empresa passou para as mãos de seu esposo, o industrial João Salles e de suas filhas, Avelina Salles Haynes (nascida Avelina Souza Salles) e Marina Souza Salles que se integraram ao corpo editorial da revista, exercendo as mais diversas funções⁴⁸. Cláudio de Souza, neste momento, também fora muito importante pelos contatos que ele tecera com diversos intelectuais renomados, garantindo então muitas colaborações e membros engajados em contribuir com a revista.

A Empresa Feminina Brasileira se fortalecia também, promovendo uma série de exposições permanentes, nas quais se reuniam trabalhos manuais produzidos por leitoras de todo Brasil que os enviavam para serem expostos e assim, vendidos. No exemplar de novembro de 1916 a *Revista Feminina* nos informou sobre a “Exposição de Trabalhos Manuais” inaugurada em janeiro de 1917.

Dada a enorme circulação da Revista, entre senhoras, as nossas leitoras poderão por nosso intermédio e sem que ninguém saiba, vender as pequenas prendas e pequenas indústrias que fizerem em casa, vendendo crochês, rendas e outras tantas coisas em que as senhoras se ocupam.⁴⁹

⁴⁶ Seção temporária em homenagem às embaixatrizes da *Revista Feminina*. Cf. “As nossas embaixatrizes”. *Revista Feminina*, maio de 1915.

⁴⁷ MARTINS, Ana Luiza. *Op.cit.* p. 233.

⁴⁸ BONADIO, Maria Cláudia. *Op.cit.* p.156.

⁴⁹ *Revista Feminina*, novembro de 1916.

Meses mais tarde, a *Revista Feminina* já anunciava às suas leitoras o sucesso de tal proposta.

Jamais pensávamos que tivesse um tão franco sucesso a iniciativa que em boa hora lançamos de organizar nas salas da redação da *Revista Feminina* uma exposição de trabalhos domésticos a que se dá a genérica denominação de prendas.⁵⁰

Em maio de 1920, mudando as instalações da sua sede do Palacete Brícola para o prédio da Avenida São João, nº 87, a *Empresa Feminina*, ocupando nesse momento o espaço de seis salas, pôde desenvolver novos e respeitáveis empreendimentos⁵¹. O mais importante deles foi a comercialização de livros, que desde o ano de 1918 já vinha sendo anunciada pela revista⁵². No entanto, somente em maio de 1923 a revista se dispôs a organizar a venda de coleções de livros, dos quais muitos já tinham sido publicados em suas páginas na forma de contos ou novelas⁵³.

A primeira coleção foi intitulada de “Biblioteca Azul” e contava com dezesseis exemplares, no custo de 70\$000, com um desconto de 10% no caso de compra à vista.⁵⁴ Os livros que faziam parte de tal coleção eram:

Escrava ou Rainha; Dor de Amar; Nova Seiva; Esposa do Sol, de Gastão Leroux; A Jangada e As sensitivas, de Claudio de Souza; Aventuras de uma abelha, de Waldemar Boureh; A Filha do Diretor do Circo, da Baronesa von Brakel; O Lar, de Paulo Keller; A Casa Assombrada, do jesuíta P. Francisco Finn; Josefina, de Franz von Seeburg; Némesis; Um Ramallete à Virgem; Adalius; O Terror do Rei e O Quarto Livro de Leitura, adotado nas escolas.⁵⁵

Já em setembro de 1923, a *Revista Feminina*, anunciava para suas leitoras a venda da “Biblioteca Cor de Rosa”, cujo preço era de 80\$000 para os treze livros reunidos⁵⁶;

⁵⁰ *Revista Feminina*, março de 1917.

⁵¹ “Nossa nova sede”. *Revista Feminina*, maio de 1920.

⁵² Tratava-se da “Biblioteca Feminina”, que era composta de mais de mil volumes e mantinha-se aberta, gratuitamente, ao público feminino. Cf. *Revista Feminina*, outubro de 1918.

⁵³ *Revista Feminina*, maio de 1923.

⁵⁴ Tal valor poderia ser ainda, dividido em uma entrada de 20\$000 e em cinco prestações de 10\$000 mensais. Cf. *Revista Feminina*, maio de 1923.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ A forma de pagamento dessa coleção era idêntica à citada em primeiro. Entrada de 20\$000 e seis prestações mensais de 10\$000. As compras à vista também teriam os 10% de desconto sobre o valor total. Cf. *Revista Feminina*, setembro 1923.

Magna Peccatriz, da Baroneza von Krane; Joanna Eyre, de Charlotte Brontz [sic]; O Sinal Misterioso, de M.F. Wagmann; Quadros da Vida, de Ancilla Domini, escritora fluminense; Guerra e Pela Mão de uma Menina, de Frei Pedro Sinzig; O filho de Agar, de Paulo Keller; Flores da Sombra e Eu Arranjo Tudo, comédia de Claudio de Souza; Calabar; Cristovão, de Conrado Krummel; Lições Práticas de Gramática e Ortografia e a Coleção da Revista Feminina, do ano de 1920.⁵⁷

Ao mesmo tempo em que a revista oferecia prestígio e prêmios às assinantes – cada senhora que conseguisse obter a quantia de dez novas assinantes, ganhava a sua assinatura grátis – ela também seduzia as leitoras esporádicas com as coleções encadernadas de cada ano, pois acreditavam que ao manipularem os volumes editados, essas mulheres não resistiriam e tornar-se-iam novas assinantes⁵⁸. A tática de vender seus fascículos em forma de coleção foi uma atitude bastante conveniente, uma vez que se incluía como próprio texto literário que valia a pena ser adquirido. Além disso, preservava-se o vínculo das leitoras com os fascículos já lidos, recuperavam-se os perdidos, enquanto aguardava aqueles que viriam a público.⁵⁹

Podemos concluir, portanto, que a *Revista Feminina* fez parte de um projeto editorial que acompanhou as tendências modernizantes do século XX; pois por mais que a *Empresa* tenha publicado em seus diversos anúncios que essa organização em nada lucrava com a venda das coleções e dos produtos comercializados pela revista⁶⁰, notava-se a existência de uma eficiente aliança entre o ideal pedagógico de instruir para emancipar a mulher brasileira, com as necessidades de funcionamento da empresa capitalista.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ “Para nossas assinantes”. *Revista Feminina*, janeiro de 1918.

⁵⁹ Cf. HELLER, Bárbara. “Vossas filhas sabem ler?” In: DUARTE, Constância Lima et. all. *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras: Estudos Literários, UFMG, Vol.1, 2002.

⁶⁰ “Expediente da Empresa Feminina”. *Revista Feminina*, maio de 1920.

Aspectos culturais da revista

Antes de adentrarmos ao conteúdo específico da *Revista Feminina*, é importante detalharmos as seções presentes nesse periódico. Para tanto, podemos dividi-las em dois grupos: seções fixas e seções temporárias⁶¹. Fazem parte do primeiro grupo as seções, *Vida Feminina*⁶², *Jardim Fechado*⁶³, *A moda*⁶⁴ e também os editoriais que abriam os exemplares da revista por todos os meses. Já o grupo que abrange as seções temporárias é mais extenso e nele podemos incluir, *As nossas embaixatrizes*⁶⁵, *O menu do meu marido*⁶⁶, *Consultório Médico Gratuito*⁶⁷, *O que dizem de nós*⁶⁸, *A arte da beleza- curso completo de conservação e cultura da beleza*⁶⁹, e *A questão feminina*⁷⁰.

Ao longo de seus vinte e um anos de publicação, alguns assuntos tratados na *Revista Feminina*, merecem um destaque especial, tendo em vista que foram relegados pela historiografia do tema. Apesar das discussões não se inserirem em nenhum grupo específico das seções veiculadas pela revista, esse conteúdo mostra-se de grande importância para que possamos entender melhor os objetivos da publicação, principalmente naquilo que concerne ao seu papel de instruir o seu público feminino.

⁶¹ Por seções temporárias entendo aquelas que se apresentavam por um determinado período de tempo, podendo, em alguns casos, ser retomada posteriormente.

⁶² *Vida Feminina: arte, ciência e letras*⁶², seção mensal, fixa, que constituía-se numa reunião de pequenos e variados artigos em torno das reivindicações femininas. Por muitos anos, 1916-1936 essa seção também apresentou os debates estrangeiros sobre o movimento sufragista dos Estados Unidos, França, Bélgica e Itália, ao mesmo tempo em que relatava os avanços políticos conquistados pelas mulheres desses países. Será devidamente abordada no terceiro capítulo dessa dissertação.

⁶³ *Jardim Fechado*, seção mensal, fixa, criada em 1917 e que perdura até o ano de 1927 com o propósito de privilegiar a prática de leitura e de escrita de suas assinantes. Será devidamente trabalhada ainda nesse capítulo.

⁶⁴ *A moda*, 1915-1926 seção mensal, fixa e de maior repercussão da *Revista Feminina*, chegando a ocupar a quantia de cinco páginas em algumas edições. Assinada pela cronista Marinette, a seção tinha como objetivo trazer as últimas novidades referentes ao vestuário, acessórios e penteados. Também será devidamente abordada ainda nesse capítulo.

⁶⁵ *As nossas embaixatrizes*, seção temporária em homenagem às “embaixatrizes” da *Revista Feminina*. Aparece na revista pela primeira vez nos anos de 1915-1918 e depois em 1924-1928.

⁶⁶ *O menu do meu marido*, seção de culinária e receitas caseiras. Pode ser encontrada nas páginas da revista durante os anos de 1918-1920.

⁶⁷ *Consultório Médico Gratuito*, seção de consultas e dicas médicas, duração de 1920 a 1921.

⁶⁸ *O que dizem de nós*, seção que trazia a repercussão de outros jornais e revistas do período a respeito do conteúdo da *Revista Feminina*. Sua presença pode ser constatada em dois períodos:

⁶⁹ *A arte da beleza- curso completo de conservação e cultura da beleza*, seção de dicas e conselhos de beleza; duração de 1920-1924.

⁷⁰ *A questão feminina*, seção que trazia artigos e/ou crônicas que abordavam, sobretudo, a questão da emancipação feminina. Autoria de Ana de Castro Osório e duração, intermitente, de doze anos, 1924-1936.

Nota-se nas páginas da revista, certo interesse pelo conhecimento das culturas orientais, sobretudo, no que diz respeito à condição feminina. Em diversos artigos, as editoras e colaboradoras da revista detinham-se nos costumes e nas experiências desses povos, levantando para as leitoras as supostas excentricidades da cultura oriental.

Durante os anos de 1925-1926 a *Revista Feminina* descreveu em seus exemplares o cotidiano das mulheres turcas e, num artigo em especial, expunha as incoerências que essas mulheres estariam passando durante o processo de modernização dos costumes.

Estive alguns dias em Constantinopla, onde pude observar a transformação por que vem passando a mulher turca na sua transição aos costumes ocidentais. Muitas são completamente analfabetas e entregam-se ingenuamente à prática da mais atrasada das superstições. Certas, pelo contrário, instruem-se com avidez: lêem, escrevem, frequentam cursos, aprendem línguas estrangeiras, bacharelam-se em direito, em pedagogia, formam-se em medicina etc. Esta emancipação parcial, esta diversidade de costumes, esta desigualdade de condições surpreendem.⁷¹

Para a *Revista Feminina*, ser mulher nas primeiras décadas do século XX era ter apego aos costumes cristãos, respeito ao tripé feminino de mãe/esposa/dona-de-casa e ainda lutar, desde que brandamente, a favor da conquista de seus direitos. Tudo que fosse contrário a esse pressuposto ocidental, como por exemplo, a conservação e preservação dos costumes orientais em detrimento da influência de outros, era visto como obsoleto e reacionário.

A maioria das mulheres turcas conservou as tradições de outrora, mas uma minoria começa a adotar os costumes ocidentais e muitas mesmo não são mais nem turcas nem ocidentais, mas um produto híbrido das duas civilizações.⁷²

O mesmo também podia ser dito das mulheres japonesas que foram, por muitos exemplares, alvo de muitas discussões e críticas aos seus costumes. Abordando desde a moda e o vestuário das japonesas, a revista tecia inúmeras críticas à falta de iniciativa desse público feminino no que concerne ao seu movimento feminista e de emancipação. Ao mesmo tempo, desprendiam-se grandes elogios à dedicação e à obediência dessas mulheres para com a figura masculina da família.

⁷¹ “A adaptação da mulher turca aos costumes modernos”. *Revista Feminina*, abril de 1925.

⁷² *Ibidem*.

Esta capacidade mental [a inteligência] foi, aliás, o que sempre deu à mulher japonesa a sua superioridade sobre qualquer outra mulher do Oriente. Foi justamente com o seu culto do lar, que formam o arcabouço da psicologia japonesa, aquilo que a conservou digna, conquanto submissa, no meio de tanta degradação, não moral, mas familiar, ou antes, social do seu sexo. Esta será também a alavanca da sua gradual elevação: diretamente, mansamente, como costumam fazer as coisas, ela chegará a reinar em igualdade.⁷³

Diante da cultura do outro, podemos afirmar que as editoras e/ou colaboradoras da *Revista Feminina* não se dispuseram a praticar o exercício da alteridade. Suas opiniões sobre as tradições das outras nações eram ininterruptamente realizadas a partir do seu ponto de vista ocidental, europeu, cristão e, em momento algum se observava o consideração por essas especificidades culturais. Segundo a publicação, o ideal da emancipação feminina deveria ser seguido mundialmente, para que dessa forma as conquistas assumissem um caráter mais amplo, pelas quais as mulheres de diferentes países pudessem buscar exemplos de sucesso e assim se incentivarem.⁷⁴

Em sintonia com o discurso médico da época⁷⁵, a *Revista Feminina* trazia em suas páginas novas preocupações que advinham da valorização da criança como elemento chave da família. Como os cuidados diários das crianças deveriam ficar ao encargo das mães, a revista levantava campanhas pelo aleitamento materno, por novos hábitos saudáveis de alimentação, além de promover a puericultura que, a fim de orientar essas mulheres quanto à educação infantil, transmitiam os preceitos higiênico-sanitaristas defendidos nessa publicação.

O conceito de mãe envolve a ideia de educadora. Talvez mesmo por seu espírito de perfeita educadora, melhor concebe a mulher o seu papel de mãe, pois o alto conceito de maternidade é alguma coisa mais que dar a simples vida corporal a um ser. (...) Precisamente, o excesso de ternura pode prejudicar a criança; e a mulher ignorante é de tal arte a que mais dano causa à educação de seus filhos, por essa ternura exagerada. As crianças necessitam de cuidados, não de mimos. Ter, para as crianças, enfim, ternura e não mimo, e severidade que não chegue a ser dureza. Educá-las dentro da realidade sem exercitar seus nervos com demasiada sensibilidade. Do

⁷³ “A Japonesa”. *Revista Feminina*, dezembro de 1922.

⁷⁴ “Vida Feminina”. *Revista Feminina*, abril de 1921.

⁷⁵ Sobre o discurso médico e as relações de gênero no início do século XX, ver mais em MATOS, Maria Izilda Santos de. “Em nome do engrandecimento da nação: representações de gênero no discurso médico- São Paulo 1890-1930”. In: *Diálogos*, DH/UEM, v.4, n°4, 2000, p.77-92.

equilíbrio da mente e da vontade, depende, em grande parte, a felicidade futura.⁷⁶

Outro tema médico que também ressoava na revista era a importância da educação física feminina. Durante as primeiras décadas do século XX a educação física e a prática esportiva foram consideradas medidas de higiene destinadas a combater o ócio e o mundanismo da juventude. O exercício do corpo, realizado como uma profilaxia para os “males modernos” servia também para reforçar as diferenças de gênero, em que, sob a cobertura do natural, a educação física feminina era incentivada apenas pelos efeitos estéticos.

Do mesmo modo, na revista, esse assunto foi repercutido e assumiu, na época, uma política de incentivo às práticas esportivas no cotidiano feminino. Para a revista, como o corpo da mulher somente seria valorizado quando esse estivesse associado a uma mente sã, podemos notar que a publicação estimulava a prática de exercícios físicos menos impactantes e que, de certa forma, contribuíssem para a formação moral de suas leitoras.

A ginástica seria a atividade mais recomendada pelos higienistas que escreviam na *Revista Feminina*⁷⁷. Ela proporcionaria a manutenção da forma física feminina e também seria responsável pela formação do caráter e de uma educação de controle corporal e psíquica. Além disso, suas vantagens consistiriam na prática de um exercício físico individual, repetitivo e que podia ser praticado sem o afastamento do lar, conciliando, portanto, as obrigações domésticas com o desenvolvimento da forma física.

Não resta a menor dúvida que os exercícios físicos são da maior importância para a beleza harmônica da mulher. Em primeiro lugar, figura a ginástica, sob a forma de exercícios físicos ordenados que deve ser sempre feita ao ar livre. (...) A ginástica mais adequada é a ginástica sueca, pois não exige nenhum esforço muscular exagerado e sim movimentos compassados que aceleram a circulação do sangue e as trocas internas do organismo, vivificando todos os órgãos, músculos e os nervos. Em pouco tempo nota-se uma modificação benéfica no corpo inteiro. O nervosismo

⁷⁶ Izabel de Léon. “Páginas escolhidas- a educação da mulher, a esposa, a mãe”. *Revista Feminina*, março de 1923.

⁷⁷ O médico baiano, Heitor Prager Fróes, filho da militante feminista Francisca Prager Fróes, publicou na *Revista Feminina* uma série de artigos em que recomendava a atividade física feminina. Cf. “Na evolução da mulher normal: o di-morfismo sexual em face da cultura física- orientação racional da educação física feminina. *Revista Feminina*, julho de 1923.

diminuí, desaparecem as preocupações e o organismo sente-se como que renovado, rejuvenescido, possuidor de um bem-estar e uma saúde perfeita.⁷⁸

Dessa forma, assim como Mônica Schpun defende, a ginástica - exercício despido de qualquer desejo de vitória e competitividade - buscava apenas “a beleza e o ritmo do gesto e do movimento feminino”.⁷⁹ Tratando-se ainda das atividades físicas femininas, podemos observar as recomendações higiênicas, para as caminhadas ou corridas ao ar livre. Excluídas das pistas e das competições de atletismo, às mulheres eram aconselhados esses exercícios para o sentido estritamente necessário da manutenção de sua saúde. No entanto, além do compromisso com a forma física, a locomoção feminina, desenvolvida com o pretexto da educação física, permitia que essas mulheres desfilassem mais pelo espaço público, ruas, lojas e espaços de lazer, onde elas se tornavam também, alvo de novas atenções e vigilâncias sob o olhar masculino.⁸⁰

Uma modalidade física bastante recomendada pelas páginas da *Revista Feminina* foram os exercícios para defesa pessoal da mulher.

O sexo fraco deve, mais do ninguém, conhecer os processos de ‘self-defense’. Num segundo, o adversário caíra por terra. Outro ótimo processo de defender-se devem ser contra os batedores de carteira, etc. Ela prende o braço esquerdo do mau-feitor com ambas as mãos, forçando-o forte e rapidamente para baixo. Ao mesmo tempo aplica um dos seus pés no sapato do adversário, que assim não se poderá mover. Todos esses golpes não requerem força e sim, apenas, rapidez.⁸¹

A dança também foi uma atividade física muito instigada nos artigos da revista. Atuando suavemente pelo desenvolvimento do corpo feminino, a dança não poderia ser responsabilizada pelo seu desgaste e tampouco atuaria na degeneração do comportamento da mulher, desde que essa não se deixasse corromper pelos ritmos modernos.

Diz um grande sábio higienista que se deve ensinar às crianças a dança, para que seus músculos não percam a flexibilidade durante o crescimento. Ele assegura que a dança é um exercício muito mais conveniente (...) do que o tênis ou o futebol. Não há dúvida que o dançar constitui um a ginástica graciosa e pouco fatigante, embalada como é pelo compasso suave da música. (...) Estou certa, porém, que este, quando deu tal conselho, não previu que o tango, o **fox-trott** e o **rag time**

⁷⁸ “A mulher e o esporte.” *Revista Feminina*, junho de 1925.

⁷⁹ SCHPUN, Mônica Raisa. *Op. cit.* p. 42.

⁸⁰ *Ibidem.* p.38.

⁸¹ “Fortalecendo o sexo fraco”. *Revista Feminina*, janeiro de 1925.

entrariam para a ordem das danças familiares. Nem tudo se pode prever no mundo!⁸²

Numa revista em que a modernidade convivia e a tradição, muito se debatia em suas páginas sobre os perigos que as últimas novidades traziam para as mulheres brasileiras durante as décadas de 1920 e 1930. A *Revista Feminina* reagia contra os ritmos “lascivos” de dança: o maxixe brasileiro, o tango argentino, o fox-trot e o rag-time de procedência norte-americana.⁸³

Certas danças modernas, sob o ponto de vista moral ainda deixam a desejar muito. Sob o ponto de vista estético não menos. As antigas figuras do minueto, da pavana, da furlana, etc, eram cheias de respeito, onde os cavalheiros faziam aristocráticas mesuras às damas, mal lhes tocando (...). Hoje em dia as coisas mudaram. O que se procura nos bailes é a vertigem dos giros, onde os cavalheiros e as damas, colados um ao outro, parecem um ser único, (...) cirandando monstruosamente ao som lascivo dos tangos modernos.⁸⁴

Além da dança, outra forma de lazer considerada perigosa para a moral feminina foi o cinema que, popularizado no Brasil durante a virada do século XIX para o XX, logo conquistou um vasto público. Por meio dele, os filmes românticos passaram a constituir a preferência do público feminino, alimentando, segundo a *Revista Feminina*, os sonhos de muitas jovens.

É comum observar-se uma grande afluência do elemento juvenil nas salas de exibição cinematográfica. Para obter isso, basta que o empresário anuncie, nos seus grandes cartazes, a novidade da semana. Essas novidades, já se sabem de antemão o que sejam: ora é um herói de grandes aventuras de assassinatos e roubos, (...) que sempre se exercem à custa de novos crimes, ora é uma cena de corrupção entre um apache e uma mulher de ínfima categoria, ora ainda são episódios de uma paixão violenta, inteiramente fora da moral.⁸⁵

O cinema, portanto, além de uma forma de entretenimento, tornava-se naquele período um instrumento poderoso de mudanças, contribuindo para a criação de novos tipos femininos. A admiração que mantinham pelas atrizes, mitificadas através de publicações da

⁸² Chrysanthème, “A dança como higiene”. *Revista Feminina*, junho de 1920.

⁸³ LIMA, Sandra L. *Op.cit.* p.180.

⁸⁴ “A moral dos ritmos”. *Revista Feminina*, agosto de 1920.

⁸⁵ “A influência do cinematógrafo”. *Revista Feminina*, março de 1918.

grande imprensa, levavam-nas a imitarem seus hábitos e a adotarem a nova imagem de melindrosas. A *Revista Feminina* alertava, portanto, sobre o perigo dessa prática.

Será preciso dizer mais para provar o perigo desses filmes? Será possível que continuemos de braços cruzados? O melhor seria desejar uma campanha enérgica e tenaz das mães, para que suas filhas só freqüentem cinemas dos quais fossem banidos os filmes que pudessem macular os seus juvenis e inocentes corações.⁸⁶

Dessa forma, em nome da família brasileira, os esforços contra o cinema integraram-se ao palco de campanhas já noticiadas nas páginas da *Revista Feminina*. Muito embora esses “perigos” fossem constantemente publicados na revista, existiam nessas mesmas páginas diversas autoras e autores que não enxergavam a situação com tamanho pessimismo.

O mesmo pode ser dito, por exemplo, quanto ao posicionamento dessa revista diante da moda dos cabelos curtos. Ao passo de que a revista recebia, nos seus anos iniciais, diversas contribuições de autoras criticando esse tipo de corte de cabelo⁸⁷, com o decorrer da década de 1920, o mesmo periódico, que assumia a posição de instigar a emancipação feminina, passou a defender a praticidade desse embelezamento feminino.

Já pensaram no tempo perdido pela mulher que tem de ir para o seu emprego, precisando primeiro escovar, entrançar, enrolar, pôr ganchos em cinquenta ou sessenta centímetros de cabelos e metê-los em seguida dentro de um chapéu? (...) Cabelos compridos estão fora da moda, pertencem ao tempo antigo.⁸⁸

Podemos concluir, portanto, que a argumentação defendida pela revista variava de acordo com o momento histórico da modernização brasileira. Sua posição rígida que valorizava a manutenção da moral e dos bons costumes foi, aos poucos, com o correr das primeiras décadas do século XX, abrindo brechas para que uma visão mais ampla e liberal - na qual se destacava, principalmente, a defesa pelo processo de emancipação feminina - convivesse harmoniosamente com os aspectos mais conservadores da revista.

Essa proposta editorial da *Revista Feminina* encontrou uma grande repercussão nos textos de Anna Rita Malheiros. No trecho abaixo, a cronista narrou a ocasião em que

⁸⁶ “Os cinemas”. *Revista Feminina*, novembro de 1921.

⁸⁷ Cf. Ana Rita Malheiros, editorial. *Revista Feminina*, maio de 1917.

⁸⁸ “Ainda... a moda dos cabelos curtos”. *Revista Feminina*, abril de 1925.

supostamente teria conhecido Virgilina Salles e o momento em que aceitou a missão pela causa feminina.

Lembro-me ainda da primeira vez em que ela [Virgilina Salles] me falou de seu sonho, de seu grande sonho. Estávamos em Caxambú, sentadas no canto do salão de jogos do Palace Hotel...conversamos, falamos da imprensa feminina na Europa e América do Norte e foi quando ela me confiou seu plano, seu programa, seu sonho...Prometi-lhe desde então minha colaboração que pouco vale, e nestes 5 anos passados esforcei-me por acompanhá-la na sua nobre, imensa e abnegada missão.⁸⁹

Foi por meio desse encontro que essa escritora “nascida em São Paulo, em 1886, e hoje, pois com 34 anos”⁹⁰ assumiria até junho de 1922 a responsabilidade de redigir as crônicas de abertura dessa revista. Por meio de seu tom claramente incisivo, tais textos funcionavam como um editorial e também, como principal instrumento de crítica, defesa, reivindicação, protesto ou enaltecimento dos assuntos em foco no mês. O sucesso de seus editoriais despertou tamanha curiosidade em torno de sua pessoa que a *Revista Feminina* publicou, em virtude do “seu aniversário”, a trajetória de sua vida.

(...) Logo após a morte do marido [o suposto milionário Dr. Ricardo Malheiros], Ana Rita, que o idolatrava, e com ele se ligara por uma paixão violenta, regressou ao Brasil, liquidou diversos assuntos e foi se internar numa fazenda de uma tia, não em Mato Grosso, mas em Goiás, onde não chega a estrada de ferro (...). Uma boa notícia podemos dar às nossas leitoras. Ana Rita parece disposta a atender aos inúmeros pedidos de seus amigos e abandonar seu exílio de 10 anos e mudar-se para o Rio de Janeiro, para uma propriedade sua na Tijuca.⁹¹

Acompanhando as crônicas de Ana Rita Malheiros até a data em que ela encerrou sua colaboração nos editoriais da revista é possível destacarmos a grande contribuição da autora no que concerne à divulgação das campanhas feministas.

Uma das mais importantes campanhas defendidas pela cronista foi em oposição aos crimes praticados contra a mulher, especialmente os que permaneciam impunes. Como a maioria dos crimes cometidos contra as mulheres eram crimes passionais, a impunidade da justiça, juntamente com a intolerância à quebra das normas morais – como o adultério, por exemplo - e da inferioridade jurídica a que estava sujeita a parcela feminina do período,

⁸⁹ Ana Rita Malheiros, “Maio”. *Revista Feminina*, maio 1920.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Ibidem*.

contribuíram para que a violência e os assassinatos de mulheres crescessem muito no início do século XX. Somente em 1940⁹² a lei definiria que os crimes cometidos em defesa da honra sexual masculina não ficariam isentos de responsabilidade criminal.⁹³

Ana Rita Malheiros, a fim de conscientizar suas leitoras em torno do problema, denunciava constantemente o crescimento desses crimes contra as mulheres.

(...) uma estatística feita no ano passado por paciente perscrutador da criminalidade nacional ficou apurado que, (...) sucede no Brasil, de 12 em 12 horas, o assassinato de uma mulher... Se fossem contados os crimes que se dão nas pequenas cidades, onde não há jornais, e que representam um terço, pelo menos, do país, aquele coeficiente seria muito mais elevado e se chegaria à prova, talvez, de que, de 6 em 6 horas, assassina-se no Brasil uma brasileira.⁹⁴

Ainda quem a fonte de tais dados não fossem declarados, a autora afirmava que esses crimes assumiam proporções cada vez maiores em virtude particularmente de um júri, que além de absolver os assassinos, ainda festejava e parabenizava os homicidas.

No caminho em que vamos, dia virá em que a mulher brasileira será obrigada a reagir pela força, a entrar pelas salas do júri, por esses imundos albergues da politicagem e do suborno, e a expulsar do templo que deverá ser da justiça, toda essa tropa de vendilhões da própria justiça. Porque não é possível que continue (...) crescendo o massacre feminino que é devido, principalmente (...) ao júri brasileiro. Abaixo o júri! deve ser o grito de todas as brasileiras.⁹⁵

Revoltada diante da passividade da sociedade e do governo, Ana Rita Malheiros ao combater o crime praticado contra as mulheres, assumia sua posição a favor da conquista de direitos, em nome de um exercício de cidadania plena para o público feminino.

A brasileira ainda não compreendeu que enquanto não pugnar pelo seu sexo, continuará a ser apenas instrumento passivo, sem voz social, corrida a tiras à menor falta. (...) Equiparadas na constituição política do país aos idiotas e aos menores, sem faculdade de deliberação, sem representação alguma, nem administração da coisa privada, para a qual dependemos da outorga do marido, nem na administração

⁹² Somente com o novo código penal de 1940, durante o regime do Estado Novo, os crimes sexuais e contra a família, não seriam mais isentos de responsabilidade criminal nos casos de perturbações psicológicas, como os excessos passionais incontroláveis. Sobre o assunto ver mais em CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ Ana Rita Malheiros. “Os assassinos de mulheres”, *Revista Feminina*, maio de 1921.

⁹⁵ Ana Rita Malheiros. “Abril”. *Revista Feminina*, abril de 1920.

pública, da qual somos absolutamente excluídas por nossa inferioridade mental, somos um animal doméstico (...).⁹⁶

Apesar da intensa marca moralista que permeava as páginas da publicação, incompatíveis com o adultério e quaisquer outras “corrupções” femininas, a *Revista Feminina* se posicionava radicalmente contra a ideia de se pagar com a vida a quebra de um padrão de conduta por ela defendido e propagado.⁹⁷

Por meio dos editoriais de Ana Rita Malheiros, a revista protestava contra esses crimes e também abria um importante espaço para crítica ao governo e à justiça, ambas as instituições, que segundo a autora, careciam da presença íntegra e moralizadora da mulher. Sendo assim, sua proposta incorporava outras medidas que pudessem combater a limitação dos direitos femininos. Em defesa do voto feminino, sua campanha foi igualmente difundida nos seus editoriais e por isso não deve ser esquecida, nem tampouco desconsiderada.

O envolvimento na campanha sufragista representou o aspecto político mais marcante de toda atuação de Ana Rita Malheiros. Em nenhum outro momento a autora se propôs a adentrar tão convictamente o universo masculino, na defesa daquele que acreditava ser o direito mais disseminado pela *Revista Feminina* e por todas as mulheres: o de votar e ser votada.

Tendo em vista que o movimento de emancipação feminina provocou inúmeras discussões e fortes oposições nos diversos órgãos de imprensa, Ana Rita Malheiros, por meio do espaço que lhe era designado na revista, deixou bastante clara a sua posição - e também a posição da revista - a favor do sufrágio feminino. A iniciativa tomada por Malheiros ao defender a constitucionalidade do voto feminino tinha como base os projetos apresentados, sem sucesso, nas assembléias estaduais e federais. Em 1917, o deputado Maurício Lacerda apresentou à Câmara fluminense aquele que seria um dos primeiros projetos pelos direitos políticos da mulher. Embora esse projeto não tenha sido nem votado na assembléia fluminense, Ana Rita Malheiros teceu diversos elogios ao plano do deputado e afirmava que,

⁹⁶ Ana Rita Malheiros, “Outubro”. *Revista Feminina*, outubro de 1923.

⁹⁷ LIMA, Sandra Lúcia L. *Op.cit.* p.91.

(...) o voto feminino não implica a falsa doutrina de desfeminização (sic) da mulher... O ato simples, e em sua maternidade banal, e de pouco esforço, de levar uma cédula a uma urna eleitoral, não vai, na meia hora que se requer, anarquizar o lar e a família.⁹⁸

Opondo-se radicalmente contra a violência provocada pelas sufragettes inglesas, Ana Rita Malheiros defendia que a luta pelo voto feminino no Brasil viesse seguida de uma consciência feminina, na qual esse movimento não poderia ser uma “corrente destruidora, anárquica e iconoclasta: nem se pode tingir chamejantes que lhe não vão à alma, nem lhe vestem o corpo, pois somos nascidas para criar e não para destruir”.⁹⁹ Além disso, Malheiros afirmava que a mulher trazia “preservado, na dissolução da hora, o relicário de suas virtudes, de sua moral e de sua fé para o contingente de regeneração, de benemerência, de recalcificação (sic) moral do regime democrático.”¹⁰⁰

Aproximando-se por diversas vezes do feminismo moderado de Bertha Lutz¹⁰¹, Malheiros defendeu essa conquista feminina, de acordo com seu caráter elitista, que ao mesmo tempo mantinha-se inconciliável com as tendências reivindicatórias das mulheres anarquistas do período.¹⁰² Mesmo com o fim de seus editoriais no segundo semestre do ano de 1923, o debate na *Revista Feminina*, assim como na imprensa em geral, continuava e a atuação feminina no trabalho e na educação foram argumentos utilizados para aumentar ainda mais as opiniões a favor do sufrágio feminino.

A autora, portanto, não se cansava de apresentar os inúmeros valores femininos como prova de que as mulheres estariam aptas a amparar tanto o lar como os assuntos públicos. Entretanto, mesmo com o direito à igualdade civil, essas mulheres não deviam se desviar de suas principais virtudes, uma vez que sob o caráter feminino brasileiro eram depositadas todas as expectativas de moralização da política brasileira. Sendo assim, segundo a escritora,

⁹⁸ *Revista Feminina*, agosto de 1918.

⁹⁹ *Revista Feminina*, junho de 1921.

¹⁰⁰ *Revista Feminina*, fevereiro de 1922.

¹⁰¹ Sobre a campanha sufragista da líder Bertha Lutz, abordaremos melhor o assunto no terceiro capítulo dessa dissertação.

¹⁰² LIMA, Sandra L. *Op.cit.* p.108.

Não, minhas patricias, não nos desviemos de nosso sexo, não nos façamos homens, não cedamos ao instinto o que temos de nobre, de belo, de inatingível para o homem (...). Continuemos mulher, com grande, com orgulhoso brio. Masculinalizadas, travestidas em calças que nos atropelam, patrões que nos sufocam, cartolas que nos desequilibram, não lograremos personalidade nova, senão um terceiro sexo, estéril e apenas pitoresco.¹⁰³

Além dessa campanha, Malheiros também se pronunciou diante de outras questões bastante debatidas na revista. A autora mostrava-se contrária à influência devastadora do cinema americano;

Mas eis que surge uma nova praga, de efeitos imensamente mais devastadores: o cinema. (...) Uma psicologia inteiramente nova que põe em perigo todas as tradições, da sã moral que nos herdaram nossos maiores. (...) O cinema, vai mais longe, suas raízes alcançam as pequenas cidades, as vilas, os povoados, e até mesmo as fazendas. Só quem não conhece o forte poder da imaginação feminina, pode negar a influência nefasta que o cinema está exercendo na psicologia de nossas mulheres.¹⁰⁴

Indispunha-se com as modas modernas;

Inverteram-se assim as dimensões dos nossos vestuários e enquanto o decote defluiu para os lados, (...) a saia erguia-se progressivamente. O pescoço avistou o tornozelo; logo a seguir a terceira e a quarta costelas disseram adeus aos músculos das pernas; e logo se pôs a última costela, a confabular, amistosa, com o joelho...¹⁰⁵

E, por fim, apoiava a campanha de educação feminina, que consistia num forte apelo divulgado por meio da revista, a fim de valorizar e incentivar o ensino feminino para que essa se tornasse apta a receber e exercer os seus direitos.

A mulher, tímida por natureza, tem sido quase sempre uma vítima da má orientação imprimida pelos pais à educação feminina. Fica-lhe muitíssimo bem a timidez, contudo urge que ela colabore com os negócios do pai, do irmão e do marido, sob cuja dependência vive, para que possa ser sempre a útil e valiosa companheira. Mas como? (...) Eduque-se a mulher por um modo idêntico àquele por que o homem é educado, dê-se-lhe o conhecimento exato das coisas, ilustre-se-lhe o espírito com noções positivas, que a tornem apta para compreender seu fim social, e a mulher fortemente, cientificamente formada para a vida, aceitará a vida com mais energia, com mais firmeza, com mais compreensão real do dever.¹⁰⁶

¹⁰³ *Ibidem.*

¹⁰⁴ Ana Rita Malheiros, “Maio”. *Revista Feminina*, maio de 1920.

¹⁰⁵ Ana Rita Malheiros, “Fevereiro”. *Revista Feminina*, fevereiro de 1920.

¹⁰⁶ Ana Rita Malheiros, “Julho”. *Revista Feminina*, julho de 1921.

Dessa forma, podemos constatar que Ana Rita Malheiros se tornou a principal porta-voz da *Revista Feminina*, aquela pela qual era possível criticar, advertir e reivindicar os direitos das mulheres no início do século XX. Seus editoriais faziam tanto sucesso que ao final de cada um deles, a escritora solicitava às outras revistas que, no caso de transcrições do seu material, mantivessem claras a sua autoria e a importância da revista de que fora retirada. Seu estilo literário consagrado por figuras respeitáveis na época – como, por exemplo, Coelho Netto de quem recebeu inúmeros elogios – era motivo de grande orgulho da revista e um testemunho “real” da capacidade intelectual feminina.

No entanto, tal mulher que seria o símbolo de destaque da revista, o ideal feminino a ser seguido, na verdade era somente um pseudônimo, sob o qual se escondia a figura de Cláudio de Souza¹⁰⁷. Não se tratava mais de uma porta-voz das mulheres, mas sim de um homem falando pelas mulheres, a partir de uma ótica fundamentada na ideologia de gênero que ele, homem, oriundo da classe média alta do início do século XX, sustentava.

Por fim, a figura de Cláudio de Souza, como Ana Rita Malheiros, nos mostra que a *Revista Feminina* não era uma realização de exclusividade feminina. Com sua projeção literária, Cláudio de Souza angariou a colaboração de importantes figuras como Olavo Bilac, Menotti del Picchia, Afonso Arinos, Amadeu Amaral dentre tantos outros; suas viagens para o exterior traziam ricas curiosidades e informações culturais para as páginas da revista e sua indústria de produtos de beleza¹⁰⁸, além de sustentar a revista nos seus primeiros anos, nunca deixou de estar presente nos espaços de publicidade dessa revista.

¹⁰⁷ No trabalho precursor de Sonia Mascaro, a pesquisadora obteve, durante a entrevista realizada com Avelina Salles, filha de Virgilina de Souza Salles, a informação de que seu tio, Claudio de Souza era quem escrevia os editoriais da revista sobre o pseudônimo de Ana Rita Malheiros. Cf. MASCARO, Sonia. *Op.cit.* p.

¹⁰⁸ Sobre a fabricação de produtos de beleza desenvolvidos pelo, também farmacêutico, Claudio de Souza, ver mais em: SOARES, Ana Carolina E. C. “Tinturas Petalina, Creme Dermina e a felicidade ao alcance de uma página: a *Revista Feminina* e seus anúncios publicitários.” In: *Anais do Fazendo Gênero 9- Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis, agosto de 2010.

Publicidade e propagandas

Na metrópole em formação e em acelerado desenvolvimento, fabricantes e novos comerciantes encontravam na publicidade um importante espaço para a visibilidade de seus produtos e serviços. A partir desse momento, a imprensa, sedenta por esquemas de sustentação financeira, incorporou, receptivamente, as novas formas de propaganda e por meio dessas; abriram-se novos lugares de difusão dos códigos de valores e conduta para inúmeros setores da população urbana.¹⁰⁹

Com intuito de vender produtos, a propaganda estabelecia uma comunicação eficaz com o público e assim o fez, na maioria das vezes, através de imagens estereotipadas. Não é possível ignorarmos a complexidade das construções de um discurso normativo e disciplinador proporcionado pela publicidade do período, todavia, não devemos esquecer também que ela só desempenhou esse papel porque respondia à necessidade de estabelecer com o público uma relação de influência mútua e troca de informações sobre as práticas cotidianas. Conforme Padilha apresenta,

Se é certo que a publicidade constituiu um sistema de poder simbólico que legitima a ordem social existente, não é menos certo que os sentidos que produziu variaram de acordo com a recepção dos diversos grupos que se formavam na cidade e, ainda do embate constante entre o discurso normativo e a inventividade de suas práticas cotidianas, o que caracterizou o processo de ‘adaptação’ da população paulistana aos novos padrões de vida da metrópole.¹¹⁰

Muito embora a publicidade fosse indissociável da ideologia capitalista burguesa dos anos 1920 e 1930, interpretá-la tão somente como instrumento ideológico de dominação mostra-se insuficiente face às questões que permeiam os estudos sobre a *Revista Feminina*. Dessa maneira, assim como Padilha propôs, pretendo tratar a publicidade não apenas como discurso dominante e/ou normativo, mas também como zona de intersecção entre tais discursos e as práticas cotidianas, nas quais a publicidade ressaltava imagens

¹⁰⁹ Cf. CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana- 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

¹¹⁰ PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

consumidas e transformadas a partir das experiências e das recepções compartilhadas pelo seu público consumidor.

Desde os primeiros números publicados, as propagandas dos produtos da Empresa Feminina já estavam inseridas ao longo das páginas dessa revista. No formato de pequenos artigos, apresentava-se um problema, considerado típico da mulher, cuja solução somente poderia ser alcançada por meio dos produtos anunciados.

Apesar de muitas revistas já terem aplicado esse tipo de anúncio opinativo/instrutivo, a *Revista Feminina* empregava esse ramo propagandístico utilizando-se de inovadores recursos gráficos - como fotografias, paisagens e desenhos variados - a fim de atrair, ainda mais, a atenção de suas leitoras. Por meio de um tom confidente, torna-se certo que as redatoras faziam questão de assegurar a qualidade do benefício pretendido, demonstrando a preocupação com o bem-estar de suas “amigas” leitoras. Assim sendo, podemos citar o caso da atriz Alda Garrido, que atestava na publicidade do produto *Água de Beleza* a eficácia dos resultados “para minha pele, que se conserva macia e aveludada”.¹¹¹ Intenções e sinceridades à parte, tais estratégias editoriais impulsionavam o aumento de vendas da *Revista Feminina* e, também, dos produtos que a ela eram vinculados.

A partir de 1916, esse periódico proporcionava um espaço reservado nas suas páginas iniciais e finais da publicação para as propagandas. Essas páginas apresentavam a publicidade dos produtos mais reconhecidos do período e desenvolviam uma estruturação simples – um box de anúncio embaixo do outro – como numa página de classificados, de forma lacônica e direta. Seu conteúdo de natureza informativa dava à leitora o conhecimento sobre o quê havia de melhor no ramo.

No seu corpo central, onde se localizava o edital, os artigos, contos e seções, era comum encontrar alguns anúncios redigidos e paginados na parte inferior e no lado direito dessas páginas, como se fossem artigos, e somente depois de uma leitura minuciosa, descobria-se que tratava, na verdade, de uma forma específica de propaganda.¹¹²

Para fornecer uma ideia do que constituía a publicidade da *Revista Feminina*, busquei analisar, sistematicamente, os produtos anunciados naquelas páginas e assim,

¹¹¹ *Revista Feminina*, janeiro de 1925.

¹¹² MASCARO, Sônia. *Op.cit.* p.28.

realizar um levantamento sobre o material publicado em diversos períodos. Como já foi dito anteriormente, a escolha dos anos de 1918, 1924 e 1935, em virtude da importância desses momentos para a história da revista, também será aplicada nesse levantamento.

No mês de janeiro de 1918 a revista anunciava uma grande variedade de lojas, cujos produtos eram destinados, em sua maioria, para o uso doméstico. A *Casa Dodsworth- para enfeitar minha casa*, a *Casa de Móveis Ao Grande Oriente- alta novidade e preços sem competência*, a *Casa Genin- Especialidade em artigos para trabalho de senhoras: para bordar, para crochê, tricô e macramê*, A *Moderna- camas de luxo, esmaltadas e decoradas a fogo* e a *Casa Andrade- Ver, Decorar e Guardar*, lojas renomadas na época¹¹³, tiveram seus anúncios publicados, nessa publicação durante todo o ano de 1918. Em alguns exemplares da revista *Fon-Fon*¹¹⁴ também foi possível encontrar a publicidade dessas lojas, permitindo, portanto, a conclusão de que ambas as lojas divulgadas destinavam-se a um público paulista de elite, haja vista o alto preço anunciado desses produtos.

As lojas de vestuário e acessórios femininos também compunham um ramo forte de propagandas na *Revista Feminina*. Estabelecimentos como a *Casa Excelsior- alfaiataria, oficinas de costura-modas*, o *Empório Toscano- vestidos e tailleurs*, a *Casa Grumbach- único importador dos afamados relógios Áurea*, a *Casa Viúva A. Baudon- coleteria*, a *Casa da Época- O maior e o mais chique sortimento de Caxemiras Inglesas para homens e mulheres e Brins de linho e Algodão* e a *Casa Villaça Sapatos* faziam parte desse corpo publicitário, presente em diversos exemplares da revista.¹¹⁵

Por fim, uma característica importante que se deve levantar a respeito das propagandas do ano de 1918 é sobre a presença constante de publicidades da indústria farmacêutica, sobretudo o ramo de cosméticos femininos, que recheavam as páginas da *Revista Feminina*. Muitas dessas indústrias compravam o espaço de uma página inteira e nela divulgavam seus artigos. A marca *Granado* era uma delas e no espaço de uma página, comercializava seus diversos produtos; a *Água de Colônia- extra-concentrada, o melhor para o banho e toilette*, o *Polvilho anti-séptico- recusem as imitações!*, a *Água Inglesa- para anemia, impaludismo e convalescença* e a *Magnésia fluida- indicada por todos os*

¹¹³ Cf. Zuleika Alvim & Solange Peirão, *Mappin 70 anos*. São Paulo: Ex Libris, 1985.

¹¹⁴ Levantamento referente aos exemplares do mês de janeiro a junho do ano de 1918.

¹¹⁵ *Revista Feminina*, fevereiro de 1918.

médicos¹¹⁶. A *Sociedade de Produtos Químicos L. Queiroz*, a qual no espaço de duas páginas, frente e verso, igualmente anunciava seus produtos: *a Água da beleza- é o encanto das senhoras*, o *Petróleo Americano- para os vosso cabelo brilhantes, leves e ondulantes, para ter vossa cabeça livre de caspas e de quaisquer parasitas*, o *Limão Bravo e Bromoformio- xarope para tosse, asma, coqueluche e catarro crônico*, o *Guederin- para força e aumento de peso* e a *Lithobilina- para cólicas do fígado, cálculos biliares e cólicas hepáticas*.¹¹⁷ (Anexo- Imagem 8) A própria Empresa Feminina anunciava seus produtos para a beleza feminina, o *Crema Dermina* e a *Tintura Petalina*, ambas as fórmulas de exclusividade do também farmacêutico, Claudio de Souza¹¹⁸(Anexo- Imagem 6). Dessa mesma maneira, Francisco Giffoni também divulgava os produtos farmacêuticos de sua manipulação, o *Juglandino de Giffoni- para crianças pálidas, linfáticas, escrofulosas, raquíticas e anêmicas*, o *Lycetol Granulado Giffoni- Dissolve e expele o ácido úrico* e o *Vinho Biogênico Giffoni- Poderoso tônico estimulante da Vitalidade*, todos artigos comercializados na *Pharmácia e Drograria Francisco Giffoni & Cia*¹¹⁹, no centro da cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Com o final da Primeira Guerra Mundial, o uso de recursos sensoriais foi uma inovação muito utilizada na publicidade divulgada pela revista. Em janeiro de 1924, as propagandas se intensificaram e muitos recursos visuais passaram a ser empregados nos inúmeros produtos de beleza continuavam a abarrotar as páginas da *Revista Feminina*. Os artigos *Reny* anunciavam toda sua coleção de produtos: o *Pó de arroz Reny- Aderente, perfumado e medicamentoso*, a *Água de colônia Reny- Extra-perfumada, superior a melhor estrangeira*, a *Brilhantina Reny- produto de perfume delicioso*, a *Pomada Reny- para sarnas, panos, cravos, rugas e manchas na pele* e a *Pasta Dentrifícia Reny- cuidar dos dentes é cuidar da saúde*.¹²⁰

Para a cura de certas doenças eram anunciados os seguintes remédios: *Toluol-remédio para tosse, bronquite, asma e dores de garganta*, *Kola Soel- anemia, fraqueza, raquitismo, moléstias de estômago*, *Emplastro Phênix- cura prontamente qualquer dor*

¹¹⁶ *Revista Feminina*, fevereiro de 1918.

¹¹⁷ *Revista Feminina*, março de 1918.

¹¹⁸ *Revista Feminina*, abril de 1918.

¹¹⁹ *Revista Feminina*, setembro de 1918.

¹²⁰ *Revista Feminina*, janeiro de 1924.

*reumática, dores nas costas e no peito, rins, torceduras, mau-jeito, etc. Elixir Nogueira-grande depurativo do sangue, Elixir de Inhame- Depura, Fortalece e Engorda, Emulsão Scott- fortificante para fraqueza pulmonar e o Mentholatum- pomada para queimaduras e cortes, anti-inflamatório e analgésico.*¹²¹

Com intuito de incentivar o consumo feminino, a *Revista Feminina* permanecia a publicar e divulgar certas lojas, tais como, *A Nortista- Casa de Rendas- Especialista em rendas, roupinhas, vestidinhos para crianças e artigos similares: é a casa que mais se recomenda nesta capital*, a *Casa Baudon* que comercializava a *Cinta elástica Baudon- corrige a obesidade, torna-a elegante e alivia-lhe o sofrimento*, a *Casa Henrique* que vendia brincos de prata *à la garçonne* e por fim, as lojas de móveis como a *Casa Emílio - Arte, Perfeição - Modicidade: Ninguém deve instalar seus interiores sem fazer uma prévia visita ao nosso estabelecimento* e a sua concorrente, *M. Coulicoff- Móveis finos: Antes de organizar seus interiores, não deixem de fazer uma visita à nossa casa.*¹²²

Durante todo ano de 1935, o número de propagandas é notavelmente menor que nos anos anteriores e apenas alguns produtos seguem anunciando nessa revista, foram eles, o *Elixir de Inhame*, *A Nortista*, o *Kola Soel* e o *Toluol*.¹²³

A respeito dos novos artigos divulgados nesse período, é possível afirmar que grande parte desses anúncios se mostrava no formato de propagandas opinativas e instrutivas, as quais introduziram a novidade dos depoimentos dos usuários bem-sucedidos com seus produtos. Esse formato específico de publicidade podia ser observado em três grupos distintos: aquelas comercializadas por grandes empresas, como a *Maizena Duryea*, o *Sal de fruta Eno*, o *Saponáceo Radium*, *Chocolate Lacta* e a *Magnésia Bisurada- contra problemas de estômago*¹²⁴, os produtos destinados à saúde feminina, *A Saúde da Mulher- O santo remédio das mocinhas, moças casadas e senhoras de idade* (Anexo- Figura 17), o *Patentex- anti-séptico e poderoso preservativo das infeccções*, *Metrolina- Querendo conservar a sua saúde e juventude, cuide da sua higiene íntima* e o *Ovarion- age contra perturbações ovarianas.*¹²⁵ E, por fim, o último grupo, constituído por tônicos e

¹²¹ *Revista Feminina*, janeiro de 1924.

¹²² *Revista Feminina*, fevereiro de 1924.

¹²³ *Revista Feminina*, ano de 1935.

¹²⁴ *Revista Feminina*, janeiro de 1935.

¹²⁵ *Revista Feminina*, março de 1935.

fortificantes, a *Emulsão Kepler- Óleo de fígado de bacalhau com extrato de malte. Complemento alimentar, vitaminas para o desenvolvimento do corpo*, o *Deschiens- Debilidade, convalescença, anemia, tome vinho e xarope Deschiens* e o tônico *Vinovita- poderoso restaurador das forças*.¹²⁶

A comunicação publicitária da *Revista Feminina* se enriqueceu bastante ao aplicar os avanços visuais e textuais, frutos das tendências modernizadoras, ante uma sociedade em plena transformação, como a paulista. Ainda sobre o aspecto da modernidade, vale ressaltar que os anúncios das empresas de carro¹²⁷ que, por exemplo, sob o signo da tecnologia e do maquinismo, retratavam esses veículos como símbolos de uma percepção de uma sensibilidade típica das grandes metrópoles.

Destinadas a um público jovem das classes mais abastadas, essas propagandas que apareciam, geralmente, em boxes com imagens, seguidas de textos ao longo de sua publicação, reiteravam os artefatos tecnológicos e difundiam um apelo à velocidade como indicador de um estilo de vida sofisticado e ao mesmo tempo, moderno. Num artifício da linguagem publicitária, esses anúncios tomavam para si, por meio de uma relação complementar entre o texto e a imagem, as qualidades expressadas no produto; geralmente a ideia de modernidade e bem-estar¹²⁸. Dessa forma, recorrendo à elegância e ao status, tais propagandas responderam aos anseios de uma elite ansiosa por exibir sua condição de prestígio social.¹²⁹

Além dessas propagandas que ressaltavam a ideia de modernidade, é possível destacar os anúncios da empresa *Bayer*, a qual comercializava o remédio *Aspirina*. Tanto as imagens divulgadas, quanto o texto anunciado, demonstravam os avanços e os progressos tecnológicos da ciência.

Os olhos dos pastores foram, em épocas remotas, os primeiros que trataram de estudar os mistérios dos céus. Mais tarde veio o Galileu que representava um estupendo progresso. Em seguida, os astrônomos, desejosos de penetrar os segredos da mecânica celeste, aperfeiçoaram aquele aparelho até chegar ao poderoso telescópio moderno. Na terapêutica sucedeu o mesmo; primeiramente não se

¹²⁶ *Revista Feminina*, março de 1935.

¹²⁷ A marca de carro mais anunciada na *Revista Feminina* foi a *Israel Company Ltda* e o modelo de maior repercussão dessa empresa era o Indianópolis Cole e suas versões de dois, quatro e sete lugares.

¹²⁸ *Revista Feminina*, maio de 1920.

¹²⁹ PADILHA, Márcia. *Op.cit.*, p.117.

contava para aliviar a dor, senão com elementos de escasso poder e drogas perigosas; mais tarde operou-se a descoberta da Aspirina, que representou um avanço; atualmente a ciência moderna deu mais um passo, e combinando esse analgésico com a Cafeína, o aperfeiçoou convertendo-os nos **Comprimidos Bayer de Aspirina e Cafeína** que são um remédio de muitíssimo ‘mais alcance’ pra dores de cabeça (especialmente as que têm por causa do trabalho mental ou intemperança); dores de dente e ouvidos; nevralgias, enxaquecas, resfriados, cólicas menstruais, etc. Absolutamente inofensivo para o coração. Aceitem somente o tubo com a Cruz Bayer.¹³⁰ (Anexo- Imagem 12)

Tendo em vista todo material apresentado, acredito, assim como Ana Luiza Martins que,

Dos vários suportes que se prestaram à propaganda e à publicidade, a revista talvez tenha sido dos mais efetivos, concentrando a força da propaganda e a evolução dinâmica da publicidade, expressando-as em suas representações mais acabadas. (...) A revista, pois, *era* a publicidade; ou por outra, no periodismo da época, a revista transformou-se na embalagem ideal para o produto publicidade.¹³¹

Responsável pelas decisões de gasto da família, as mulheres recebiam pelas páginas da *Revista Feminina*, uma grande quantidade de anúncios de produtos, lojas e magazines que pretendiam trazê-las para o seu universo de consumo. Ainda que, a princípio, muitas mulheres saíssem apenas para abastecer e suprir as necessidades do lar, logo essa tarefa se aliaria ao lazer e à individualidade feminina. Caminhando pelas ruas do Triângulo - local onde circulavam não só o comércio elegante da capital paulista, mas também alguns clubes esportivos, teatros, floriculturas e bancos - muitas senhoras e senhoritas “praticavam” seus *footings* no final da tarde e ainda exibiam as últimas e mais luxuosas novidades da moda adquiridas no *Mappin Stores* e/ou na *Casa Allemã*.¹³²

A *Casa Alemã*, fundada no final do século XIX pelos irmãos Daniel e Adolf Heydenreich, comercializava tecidos como linho, rendas e outros artigos de qualidade da sua terra natal. Em 1893, com o elevado crescimento de sua clientela, decidem mudar de endereço, instalando-se na Rua Direita. Esse prédio luxuoso, com elevador e amplas vitrines, acaba por assustar seus antigos clientes - pessoas modestas, ou vindas do interior -

¹³⁰ *Revista Feminina*, junho de 1920.

¹³¹ MARTINS, Ana Luiza. *Op.cit.* p.244.

¹³² Muitos são os trabalhos que enfocaram a questão da instalação e o desenvolvimento de grandes lojas de departamento no Brasil. Como exemplo, podemos citar a obra de Zuleika Alvim & Solange Peirão, *Op.cit.* 1985 e o livro de Maria Cláudia Bonadio, *Op.cit.* 2007.

por conta de sua suntuosidade e elegância. No entanto, com intuito de assegurar seu público consumidor, cria-se um lema que será utilizado em todas as suas propagandas, por todo seu período de existência: “Do bom só o melhor, a preços fixos e provavelmente baixos.”¹³³

Com o início da Primeira Guerra Mundial, veio a determinação de seu fechamento compulsório devido a sua origem e, assim, os donos Heydenreich amargaram quase uma década em crise. Somente na segunda metade dos anos 1920, a Casa Alemã retorna com suas atividades, ampliando-se os negócios, pois, além de mercadorias, a casa inaugura seu setor de serviços, tendo como carro-chefe seu salão de chá. Deste modo, a *Casa Alemã* retoma seu fôlego instaurando-se como um grande magazine e um forte concorrente ao *Mappin Stores*, inaugurado em 29 de novembro de 1913.

Em suas propagandas, a *Casa Alemã* oferecia, para as tardes de montaria, ou para os passeios automobilísticos, a vestimenta mais adequada e também, a mais fina, ressaltando sempre a comodidade e a beleza do corte de suas roupas. Nos anos de 1915- 1917 seus anúncios eram constituídos de imagens, desenhos femininos que ilustravam a propaganda com os modelos de vestuários a serem comercializados. Suas pinturas e molduras denotavam exemplares da *art-nouveau*, assim como a tipografia escolhida para os textos, a qual apresentava um aspecto requintado de estilo clássico.¹³⁴ A partir de 1925, com a retomada das atividades da *Casa Alemã* a forma de anunciar assume um aspecto distinto. Os anúncios passam a ser ilustrados por fotografias nítidas que ocupavam um espaço de uma até duas páginas na *Revista Feminina*.¹³⁵

Embora o público-alvo da revista e também dessas propagandas fossem as mulheres de elite, já não era mais exclusividade dessas classes abastadas o usufruto das novidades vindas do mundo industrializado. Por meio das liquidações anuais ou semestrais, essas grandes lojas abrangiam um grande leque de consumidores, dos quais muitos ainda tinham acesso aos produtos das seções mais simples e passeavam, mesmo nas seções mais caras.

Como o consumo caminhava inexoravelmente atrelado à distinção e à hierarquização social, o discurso publicitário, ao promover novas formas de sociabilidade e identidades, não permanecia imune às tensões presentes no processo de urbanização da

¹³³ BONADIO, Maria Cláudia. *Op.cit.*, p.63.

¹³⁴ *Revista Feminina*, outubro de 1916.

¹³⁵ *Revista Feminina*, agosto de 1927.

cidade de São Paulo. Ao contrário, como nos afirma Padilha, ele se movia por entre elas, tornando-se um elemento característico desse processo.

O espaço físico das lojas, um dos elementos do universo do consumo, assim como os anúncios, também não estava isento dos conflitos do espaço urbano. O caso do prédio do *Mappin Stores* é exemplar no que diz respeito à construção de identidades de diversos grupos sociais e à coexistência de identidades múltiplas em São Paulo.

Fundado em 1913 por iniciativa dos irmãos Walter e Hebert Mappin, a loja, que já era sucesso em Londres e Paris, abre sua segunda franquia¹³⁶ no Brasil, com prédio na Rua 15 de Novembro, em São Paulo. Em 1919, a sede é transferida para um espaço maior e mais sofisticado, a antiga casa do Barão de Iguape. Localizado numa das esquinas do Triângulo, Rua da Quitanda número 23, com a Rua São Bento número 16 e com a Rua Direita número 30, o novo prédio se instalava numa posição estratégica, num dos locais mais prestigiados do comércio paulistano.

Tendo se firmado como símbolo de progresso e de modernidade da cidade de São Paulo, o *Mappin Stores* foi um dos maiores indicativos no que diz respeito à moda, vitrines e perfumarias e ainda disponibilizava as clientes, serviços de chá e de salão de beleza, assim como as lojas européias e americanas já realizavam desde o início do século XX. Em seus anúncios que circulavam diariamente por toda a imprensa da cidade, a loja confirmava a escolha do seu público-alvo; a mulher cidadina moderna, pertencente às classes mais abastadas. Nesse espaço, elas podiam caminhar livremente e se divertir sem despreocupar de suas tarefas de mãe/esposa/dona-de-casa, pois nessa loja, as mulheres ainda tinham a possibilidade de “comprar roupas e brinquedos para os filhos, renovar o estoque de meias dos maridos e – por que não? – comprar um uniforme para as criadas.”¹³⁷

Esse espaço de sociabilidade feminina permitia às mulheres, mesmo inclusas no espaço público, serem preservadas, mantendo-se distante dos “perigos” urbanos e desfrutando de um convívio social “saudável”, entre pessoas de semelhantes classes sociais. No entanto, assim como a *Casa Alemã*, durante os períodos de liquidações semestrais, o *Mappin* abria suas portas para uma clientela mais ampla, de classes mais populares, as

¹³⁶ De acordo com Zuleika Alvim e Solange Peirão em *Mappin: 70 anos*, a primeira franquia da loja inglesa teria sido fundada no Rio de Janeiro em 1911.

¹³⁷ BONADIO, Maria Cláudia. *Op. cit.* p.100.

quais, por meio de preços muito mais baixos, também desfrutavam das mercadorias do refinado estabelecimento. Nesse período, portanto, as clientes mais fiéis podiam ser atendidas pessoalmente, em salas fechadas, com horário marcado e atendimento diferenciado.

Nota-se que a casa se caracterizava, intencionalmente, como um espaço feminino. A mulher era, sem dúvida, o público-alvo da loja, que recebia em seus anúncios os ideais de feminilidade vigentes na época; além disso, essas imagens comercializavam uma nova imagem para as mulheres, uma figura feminina completamente imbuída do status da modernidade, graças à publicidade de novas modas e hábitos. Ao associar a loja às mulheres, de preferência à figura da mulher melindrosa, o *Mappin* estava sublinhando o tipo de público que queria atingir e também a imagem que almejava de si mesmo, uma casa comercial vanguardista e um refinado centro de novidades, que ao mesmo tempo conservava o recato e a honra das mães/esposas/donas-de-casa das mulheres da elite paulistana.

Na propaganda do *Mappin*, o texto tem seu papel de destaque, já que não se restringia a anunciar somente os preços e as novidades. Com frequência, essas propagandas incentivavam as leitoras da *Revista Feminina* a saírem de suas casas e conhecerem as novas modas e vitrines da loja¹³⁸ (Anexo- Imagem 9). Os anúncios de roupas e acessórios para irem ao teatro ou à ópera também eram muito comuns e o *Mappin* fazia questão de reiterar que, durante a temporada lírica da cidade de São Paulo, suas oficinas de costura funcionavam a pleno vapor a fim de atender as grandes demandas¹³⁹. A loja noticiava ainda o lançamento e o funcionamento de seus setores de serviços, como o *Salon de Beauté*¹⁴⁰ e o seu refinado salão de chá¹⁴¹, ambos os locais onde se exigiam respeito às regras e aos bons costumes sociais. Além disso, anunciava-se, casualmente, a seção de utilidades domésticas, como peças de cama, mesa e banho e artigos de limpeza da marca *Mappin*.¹⁴²

Graças aos seus anúncios, foi aberta uma brecha, ainda que estreita, para que, através do comércio e das transformações da moda, fosse possível uma reformulação do

¹³⁸ *Revista Feminina*, agosto de 1920.

¹³⁹ *Revista Feminina*, outubro de 1918.

¹⁴⁰ *Revista Feminina*, janeiro de 1927.

¹⁴¹ *Revista Feminina*, fevereiro de 1916.

¹⁴² *Revista Feminina*, dezembro de 1933.

conceito de feminilidade, no qual o tripé feminino de mãe/esposa/dona-de-casa ganhava o novo status de consumidora e sociável. Por mais que toda publicidade do *Mappin* fosse voltada para os periódicos consumidos pelas classes mais abastadas, a loja, ao promover liquidações e uma linha de produtos mais simples, como os de utilidades domésticas, promovia uma massificação do consumo, pela qual as mais distintas classes sociais tinham a oportunidade (mesmo que pequena) de desfrutar dos produtos daquele estabelecimento.

Além do espaço reservado para as publicidades das casas e lojas de vestuário, a *Revista Feminina* manteve desde o ano de 1914, um espaço fixo na revista destinado a divulgar novidades no tocante a roupas, acessórios e penteados. Com o nome de *Notas sobre a moda*, iniciava-se a primeira seção específica sobre moda, cujo crescimento se deu rapidamente, chegando ao início do ano de 1915 com cerca de três páginas por edição.¹⁴³ Ainda nesse mesmo ano, a seção passava a se intitular *A moda* e levava a assinatura da cronista Marinette. Por meio de um texto bastante erudito, opinativo e retórico, suas crônicas apresentavam traços de ironias e críticas à vida mundana paulista; tornando-se a primeira e única seção permanente da revista que recebia assinatura. Até setembro de 1926, data de sua última crônica, a seção não sofreria nenhuma alteração perceptível. Diferente das revistas similares de sua época, tais como *A Cigarra*, *A Vida Moderna* e *Fon-Fon*, a seção de moda da *Revista Feminina* constituía-se de 20% de imagens e 80% de texto que ocupavam até cinco páginas da publicação, ao contrário de suas concorrentes que eram muito mais ilustrativas que textuais, onde seus comentários não ultrapassavam três linhas.

144

Sempre afoita por novidades, Marinette, por meio de uma linguagem pontuada de termos ingleses e franceses, iniciava suas crônicas descrevendo minuciosamente os menores detalhes dos modelos apresentados nas imagens. A cronista exercia um papel de orientadora e selecionava aquilo que seria o mais apropriado para o uso da leitora e por fim, ainda refletia sobre algum tema atual, na maioria das vezes mais politizadas, como, por exemplo, a crise econômica nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial.¹⁴⁵

¹⁴³ MASCARO, Sônia. *Op.cit.* p. 82.

¹⁴⁴ BONADIO, Maria Cláudia. *Op.cit.* p. 165.

¹⁴⁵ “A moda”. *Revista Feminina*, fevereiro de 1920.

Durante os anos dessa guerra, a cronista relatava a desaceleração do ritmo de transformações da moda. Nesse período de carestia, a autora apelava para a importância de se economizar nos trajes, assim como as senhoras européias estavam fazendo. Marinette alertava para o alto preço de certos acessórios, como luvas e chapéus, os quais deveriam ser excluídos dos armários femininos, durante esses tempos difíceis.¹⁴⁶ Até o final do período de guerra foi raro o momento em que a autora não incentivasse a contenção de gastos com os luxos do vestuário.

Em vista desse momento de crise mundial, a moda feminina passou a ser bastante ponderada e racional, assumindo em pouco tempo, novas formas, cores e tecidos inspirados nas roupas dos combatentes; soldados e marinheiros.¹⁴⁷ De acordo com a cronista Marinette,

A grande nau que vem do velho mundo carregada de figurinos que são de nossos senhores mostra a influência que exerceu a guerra no vestuário feminino. Vimos os mais clamantes disparates e também as mais lindas e originais combinações- tudo isso influência do soldado, do homem de guerra e das condições de guerra (...). Mas foi também porque os tecidos estavam caros e as fábricas monopolizavam a produção de suprimentos às intendências, tanto que apenas o preço do couro subiu e logo os canos das botinas desceram a proporções razoáveis.¹⁴⁸

Foi, portanto, em meio à luta pela contenção de gastos no vestuário feminino que Marinette nos revelou sua antipatia pela imagem de uma mulher matrona “afogada em tecidos e armações”, imagem à qual ela se opunha promovendo, de outro modo, um grande incentivo à praticidade e à simplicidade no trajar.

Assim como eram inovadores os aspectos gráficos de suas crônicas no início da década de 1920 - paginação mais leve, atraente e com ilustrações acrescentadas de informações - o pronunciamento da cronista também era diferente de tudo aquilo que era dito pelas vozes moralistas ouvidas, frequentemente, nas páginas dessa revista. Na medida em que Marinette divulgava as novidades que vinham para facilitar a vida feminina – como os cortes de cabelo e os vestidos, com saias e mangas, mais curtas – a cronista dialogava também com a classe média em ascensão, pois, ao relatar que os custos com vestuário

¹⁴⁶ “A moda”. *Revista Feminina*, junho de 1917.

¹⁴⁷ BONADIO, Maria Cláudia. *Op.cit.* p.171.

¹⁴⁸ “A moda”. *Revista Feminina*, março de 1917.

podiam onerar menos os gastos domésticos, ela permitia que as leitoras dessas classes se inserissem no universo da moda, espaço onde anteriormente predominavam as elites daquela época.¹⁴⁹ Segundo Maria Cláudia Bonadio,

Ainda que seja entusiasta das novidades da moda, a leitura do total das crônicas produzidas por Marinette para a *Revista Feminina* permite concluir que as roupas simples, discretas e sóbrias estão entre as suas preferidas e são, para ela, sinônimos de elegância e distinção, ou seja, passaportes para o ingresso no espaço citadino.¹⁵⁰

Dessa forma, durante a primeira metade dos anos 20, Marinette traz para sua seção de moda as influências vindas dos Estados Unidos. Ao passo que os grupos conservadores reprovavam as novas formas de se vestir, a cronista exaltava em seu argumento a liberdade e o conforto da moda norte-americana,

Já dissemos uma vez que a moda, graças à influência americana, se tem tornado mais natural, mais higiênica, mais lógica. A saia curta, por exemplo, é uma imposição norte-americana. A mulher de Nova York ou de qualquer das grandes cidades daquele prodigioso país tem uma vida ativa de movimentos, e de tal maneira que nós não fazemos bem uma ideia disso. (...) Desapareceram os espartilhos que afogavam o colo das senhoras, que lhes torturava a cintura: as saias encurtaram-se e o corpo da mulher ganhou liberdade de movimentos e adquiriu uma ondulação natural que antes não tinha.¹⁵¹

Por conta da sua abordagem, a seção *A moda* assinada por Marinette “se constitui em importante dissonância na *Revista Feminina*, na qual, em um contexto mais amplo, as novidades da moda não eram sempre vistas com muita simpatia.”¹⁵² Por não se preocupar se as saias curtas, os decotes e os cabelos *à la garçonne* atentavam à moral católica que dava certo tom à revista, foi possível perceber nas páginas escritas por Marinette a convivência, mesmo que contraditória, de dois discursos que se contrapunham acerca das novas identidades e dos modernos conceitos de feminilidade. O embate, ainda que não declarado, entre os editoriais de Ana Rita Malheiros, nos quais os ataques às modas eram feitos, frequentemente, em tom de alerta ou conselho, e as crônicas de Marinette, nas quais o intuito pelo despertar da simplicidade e praticidade feminina podia ser encontrado, nos

¹⁴⁹ BONADIO, Maria Cláudia. *Op.cit.* p. 180.

¹⁵⁰ *Ibidem.* p.182

¹⁵¹ “A moda”. *Revista Feminina*, março de 1920.

¹⁵² BONADIO, Maria Cláudia. *Op.cit.* p. 183.

alerta para essa especificidade dessa revista: a coexistência de discursos distintos, que buscavam cada qual a sua reformulação dentro desse contexto de modernização das questões de gênero.¹⁵³

Tendo em vista a impossibilidade de se “estudar uma arte, tão comprometida pelas injunções sociais como é a moda, focalizando-a apenas nos seus elementos estéticos”¹⁵⁴, procuro observar, através da pesquisa com a *Revista Feminina*, o contexto histórico em que essas mudanças periódicas nos estilos de vestimenta e ornamentação pessoal se sucederam e como elas modificaram a maneira de muitas mulheres se comportarem.

Nas páginas destinadas às crônicas de moda de Marinette, nota-se frequentemente pela escrita da autora, uma preocupação com a sociabilidade feminina, assim como a ligação da moda com o espaço público. Ao longo de seus escritos na revista, a cronista evidenciou que o universo da moda no início do século XX era um espaço de entretenimento das classes mais altas, por isso fazia questão de noticiar no seu texto que grande parte do vestuário anunciado podia ser encontrado nas lojas mais apreciadas da época.

A inserção de anúncios em meio à seção era uma prática muito comum; desde 1915 os modelos de *Mme. Genny*, *Mme. Bonilha*, *La Sailon* e *Casa Surmannn*, eram os principais anunciantes desse período. A partir de 1918 a *Casa Alemã* e especialmente, o *Mappin* - que se tornou o anunciante de maior frequência dessa seção - tiveram suas referências adicionadas ao texto redigido pela cronista, onde ela enfatizava as comodidades e as novidades oferecidas por essas lojas,

A Casa Mappin fornece às suas clientes os mais variados e ricos elementos para *toilette*; na sua seção de confecções vêem-se os mais elegantes modelos de roupas passíveis de adaptação e que podem ser corrigidos segundo o tipo e o gosto da cliente.¹⁵⁵

¹⁵³ BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999.

¹⁵⁴ SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁵⁵ “A moda”. *Revista Feminina*, janeiro de 1918.

O *Mappin* importava os figurinos e as tendências estrangeiras lançando, portanto, novas modas no Brasil; as quais foram, por intermédio das crônicas de Marinette, anunciadas às leitoras da revista.

Os diversos modelos que acompanham essas páginas são tudo quanto há de mais recente no cenário da moda. Pode bem ser que nem todos mereçam o vosso agrado. Estamos nesse ponto de perfeito acordo. Mas a V. Exa. que cultiva, certamente, a elegância com um cuidado assaz metucioso é de interesse visitar nosso departamento de modas (do *Mappin*). Os graciosos modelos atualmente distribuídos em nossas grandes exposições da sobreloja refletem em toda sua plenitude a moda imperante.¹⁵⁶

Dessa forma, concordando com Maria Claudia Bonadio, o principal ponto de cruzamento entre a seção *A moda* da *Revista Feminina* e os diversos anúncios publicados do *Mappin Stores* foi a comercialização de novas imagens para a mulher; talvez sendo essas as principais mercadorias que ambos estabelecimentos tinham a apresentar. “Mais do que roupas, perfumes, tecidos e cortes de cabelo, é o ‘modo de vida’ da melindrosa, (...) o maior atrativo que ambas disponibilizam para a mulher por intermédio do consumo da moda.”¹⁵⁷

Esse “modo de vida”, ser melindrosa, significaria assumir uma nova identidade, que por muito tempo foi incentivada no público feminino pelas páginas da *Revista Feminina*. As novas modas consumidas pelas mulheres das classes médias e altas, no contexto de urbanização do início do século XX, produziram um novo padrão de feminilidade, em que esse público feminino, leitor da revista e forte consumidor do *Mappin*, usufruíam de certa liberdade de consumo, disfarçada na forma de autonomia¹⁵⁸. Esse sentimento de “pseudo-emancipação”¹⁵⁹ se desenvolvia no público composto pelas leitoras da *Revista Feminina* e também de outros veículos da imprensa, que, em virtude do seu alto poder de consumo, desfrutavam abertamente do local comércio das cidades; espaços privilegiados para a capacidade/possibilidade de serem vistas e ouvidas.¹⁶⁰

¹⁵⁶ “A moda”. *Revista Feminina*, março de 1925.

¹⁵⁷ BONADIO, Maria Cláudia. *Op.cit.* p. 193.

¹⁵⁸ LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo. A vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983, *apud, Ibidem*, p. 195.

¹⁵⁹ Termo empregado por Maria Cláudia Bonadio. *Op.cit.* p.199.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

Em setembro de 1926, Marinette assinou a sua última crônica de moda, marcando um período de mudança dessa seção, a qual passava a ser assinada pela cronista portuguesa, Maria de Eça. Enquanto a crônica de Marinette nunca perdeu de vista a mulher brasileira, sobretudo, a paulista; a escritora Maria de Eça utilizava mais imagens e ilustrações na sua coluna *Modas e Elegâncias* e ainda expunha, por meio de sua escrita sofisticada, os passeios, as festas e o estilo de vida da mulher européia, sem ao menos fazer uma referência a maneira como se vestiam, se penteavam e se divertiam as suas leitoras brasileiras.¹⁶¹

A seção Jardim Fechado.

Segundo Sonia Mascaro, a seção *Jardim Fechado* nasceu da iniciativa de uma leitora que, ao se corresponder com a *Revista Feminina*, propôs a criação de uma seção em que essas mulheres pudessem corresponder-se sob pseudônimos¹⁶². Com o propósito de privilegiar a prática da leitura e da escrita de suas assinantes, a revista proporcionou, portanto, um espaço determinado para que suas leitoras publicassem seus textos, cartas ou poesias.

(...) trata-se, de fato, de um jardim fechado, isto é, de um jardim privado onde só são recebidas as pessoas de nossa intimidade. Quer isto dizer que as pessoas, cujos nomes não estão incluídos no nosso livro de assinantes, não serão recebidas no nosso 'Jardim'.¹⁶³

Desde seus primeiros números, foi possível notar na *Revista Feminina* um material abundante de contos, novelas, romances que atraíam a atenção de muitas leitoras. Nessas páginas, valorizavam-se a contribuição de letradas e no mínimo enquanto projeto, a revista se propôs a desempenhar um importante papel na formação do público brasileiro, uma vez que pela seção *Jardim Fechado* a revista passava a agenciar a autoria feminina e também, a divulgar títulos dos mais diversos autores.

Outra característica bastante interessante dessa seção foi o incentivo ao desenvolvimento do gosto literário entre as leitoras. Nessas correspondências, muitas delas

¹⁶¹ MASCARO, Sônia. *Op.cit.* p. 95.

¹⁶² *Ibidem.*

¹⁶³ “Jardim Fechado”, *Revista Feminina*, fevereiro de 1918.

pediam a indicação de “romances modernos, brasileiros e sadios”, outras lançavam uma enquete para escolher “o mais belo soneto brasileiro” e ainda existiam aquelas que, mensalmente, pediam a indicação literária, como Lygia Marques (pseudônimo da gaúcha Sybilla Schans) solicitava:

Tenciono fazer um álbum de sonetos e outras poesias de poetas que vou colecionar. Peço-vos, o favor de enviar-me caso tiverdes poesias de Olavo Bilac, Olegário Mariano, Hermes Fontes, Amadeu Amaral, Alberto de Oliveira, Augusto de Lima, Carlos M. de Azeredo, Júlio Dantas, Humberto de Campos, Pinto da Rocha, Coelho Cavalcante e Raymundo Correa.¹⁶⁴

De acordo com Barbara Heller¹⁶⁵, o provável aumento de assinantes da *Revista Feminina* não deve ser atribuído única e exclusivamente ao *Jardim Fechado*, no entanto, é impossível ignorarmos que as colaborações femininas, diante das tais condições impostas na própria seção, deram a garantia da manutenção desse periódico.

A permanência dessa seção durante muitos anos de publicação da revista, assim como a insistência estampada em sua página para que as leitoras produzissem e publicassem seus textos (no limite máximo de 30 linhas em prosa e 14 linhas em verso), promoveu uma enorme atuação literária feminina. Além disso, a seção *Jardim Fechado* tinha como objetivo “facilitar-lhes uma correspondência útil e interessante” pelas quais suas leitoras teciam pequenas comunicações entre elas, numa espécie de resposta aos seus questionamentos, sem contar com a intervenção direta das editoras da revista.

Ainda segundo Barbara Heller, diante de tantas colaborações a respeito de poesia, indicações de leitura e literatura, não se pode mais afirmar, que as mulheres das primeiras décadas do século XX estavam completamente despreparadas para o exercício de se corresponder e até, de publicar suas produções literárias, conforme citamos abaixo:

Ouve: o afeto melhor não é como a áurea messe
que abre ao passante o seio amplo e desimpedido
Não é fruto qualquer mal-amadurecido
que se colhe e se guarda, ao ver se amadurece.
Muitas vezes o mais puro é o que não se oferece
e desejando, se espera; e foge se é seguido

¹⁶⁴ “Jardim Fechado”, *Revista Feminina*, novembro de 1920.

¹⁶⁵ HELLER, Bárbara. “ ‘Jardim Fechado’- A voz das leitoras da Revista Feminina.” In: BALOGH, Anna Maria et. all. *Mídia, cultura, comunicação*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

Nunca te perdoarei não teres compreendido
o coração que se calou, mas não esquece.

Tiveste-o palpitar longamente ao teu lado,
E ele embalde esperou, com um sorriso entre dores
Como um jato de sol num arvoredado escuro.

E não quiseste abrir este jardim fechado!
E passaste, a colher, de pressa, as pobres flores,
que ao alcance da mão pendiam sobre o muro...¹⁶⁶

Na seção *Jardim Fechado*, os temas mais apreciados pelas leitoras assíduas giravam em torno da troca de sonetos, das cartas, das crônicas, das opiniões sobre o amor e o papel da mulher na sociedade. Nota-se, contudo, durante o mês de junho de 1920, um interessante debate sobre os direitos femininos.

O feminismo não é somente a reivindicação pela mulher de sua honra e de seu pão. É antes uma doutrina que reivindica para a mulher, no código, certos direitos desconhecidos pelas leis; e na sociedade, um lugar justo e legítimo, recusado pelos costumes. (...) O Congresso Feminino não pode ter um ideal religioso oficial porque ele deve ser o conagraçamento de todos os espíritos femininos em destaque, os quais por certo terão suas convicções sectárias.¹⁶⁷

Além disso, o *Jardim Fechado* instituía um ambiente propício, em que a voz da mulher comum, a tímida aluna do magistério, a íntegra dona-de-casa, a inexperiente e jovem esposa, pudesse se informar, debater e até se pronunciar diante das campanhas já levantadas pela revista. No exemplo abaixo podemos visualizar o posicionamento de uma leitora, referente às apreciações de Ana Rita Malheiros no que diz respeito às críticas ao cinema da época.

Sou nova, e tive um dia por conselho de um cavalheiro, uma espécie de reprimenda pelo fato de colecionar retratos de atrizes de cinema sob a razão de que a quase totalidade das atrizes não são honestas, e se alguma o é de fato, nos atos, não o é na linguagem, pela interpretação que são forçadas a dar, a diversos papéis que lhes confiam. (...) Isto não significa desprezo, porém um toque de alarme que avisa e que de estímulo deve servir a toda mulher (...).¹⁶⁸

¹⁶⁶ Autoria desconhecida, “Jardim Fechado”, *Revista Feminina*, março de 1921.

¹⁶⁷ Lylia Guedes, “Jardim Fechado”, *Revista Feminina*, junho de 1920.

¹⁶⁸ Ophélia R. Athayde. “Jardim Fechado”, *Revista Feminina*, abril de 1921.

Apesar do sucesso que a seção obtinha entre o público feminino, a partir do mês de fevereiro de 1927, a seção *Jardim Fechado*, sem nenhuma nota explicativa, deixou de ser publicada e o espaço reservado às colaborações literárias das leitoras da *Revista Feminina* passou a diminuir consideravelmente. Mesmo assim, faziam parte dessa revista, um grupo seleto de colaboradoras que se mantinham presentes nas páginas dessa publicação e ainda, integrantes de um pequeno grupo de mulheres engajadas e articuladas na luta pelo direito ao voto, ao trabalho e à instrução feminina.

Muitas dessas colaboradoras sofriam o estigma do amadorismo e sendo assim, o seu desenvolvimento artístico literário era acusado de padecer de profissionalismo e incapaz de ser ombreado com o masculino. A figura do artista profissional, percebida, sobretudo na essência masculina, impunha uma classificação hierárquica em que os valores culturalmente disseminados na sociedade brasileira do início do século XX aceitavam a carreira artística feminina, com a condição de que fossem “leves”, uma extensão de suas habilidades domésticas, exercidas sem detrimento de suas funções tradicionais esperadas.¹⁶⁹

Dessa forma, por entre as páginas dessa revista, foi possível observar a iniciativa e a participação feminina nos mais diversos setores. A imagem da mulher moderna, emancipada, constantemente veiculada nas publicidades, nos anúncios e também no corpo textual da revista, evidenciavam a proposta central que tal empreendimento almejava: promover um meio de comunicação, em diálogo com as teorias higienistas, jurídicas e sanitárias das primeiras décadas do século XX e capaz, por fim de instruir o seu público leitor feminino para sua emancipação.

O pioneirismo de Virgilina Salles em promover do seu pequeno jornal, uma revista de grande repercussão, amparada por uma vasta rede de influências, interlocuções e solidariedades com o universo literário, proporcionou para as mulheres daquele período; desde as mais singelas contribuições literárias de muitos pseudônimos femininos na seção *Jardim Fechado* até o desenvolvimento de campanhas, pelas quais algumas mulheres letradas buscavam acelerar o processo de suas emancipações.

No capítulo seguinte, analisaremos as contribuições políticas e literárias das principais colaboradoras da *Revista Feminina*. Para tanto, utilizaremos elementos

¹⁶⁹ SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: Pintoras e Escultoras Acadêmicas Brasileiras*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2008.

biográficos a fim de compreender e resgatar os itinerários e os entraves enfrentados por essas mulheres que optaram pelo exercício da pena literária. Observaremos cada qual com suas determinações, percalços e experiências de vida, pois da mesma maneira que existiam mulheres que enxergavam na contribuição escrita para a imprensa, uma forma de conseguir o sustento dos seus, como por exemplo, a cronista Chrysanthème; haviam outras que, inseridas em lares de artistas¹⁷⁰, como a renomada escritora Júlia Lopes de Almeida, utilizavam-se do espaço já conquistado por seus familiares para expor suas ideias e pretensões. Algumas às margens do cânone, outras envoltas sobre uma névoa de excepcionalidade; mesmo assim, todas essas artistas possuíam uma mesma condição de gênero e o interesse por se afirmarem como protagonistas e profissionais da cena intelectual, espaço ainda circunscrito, nessa época, pelas vozes e vezes masculinas.¹⁷¹

¹⁷⁰ Expressão muito utilizada pela historiografia para designar os laços familiares que, em alguns casos distintos, beneficiavam o acesso de seus membros ao mundo literário. Sobre o assunto, ver a primeira parte do livro de ELEUTÉRIO. Maria de Lourdes. *Vidas de romance: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

¹⁷¹ELEUTÉRIO. Maria de Lourdes. *Op.cit.* p.34.

Capítulo II

Mulheres de letras: escritas e trajetórias na imprensa periódica

Olhares atentos para a educação feminina

Já no final do século XIX, muitos intelectuais acreditavam que somente por meio da educação o Brasil se constituiria em uma grande nação, dentro dos moldes europeus. Assim, fazia-se necessário que se educassem as mulheres para que essas educassem seus filhos, futuros cidadãos de uma sociedade civilizada e ordeira.¹⁷² Com a chegada do século XX e também com as novas oportunidades que se abriam as parcelas femininas, muitas mulheres transformaram a educação na bandeira de luta pelos seus direitos sociais e políticos, pois, somente aquela que fosse devidamente educada poderia ter a consciência da sua situação degradante e da sua capacidade em lutar pela sua emancipação.¹⁷³

A defesa de uma educação feminina foi, portanto, um dos objetivos arduamente perseguidos pelas mulheres letradas daquele período. Na *Revista Feminina*, não foi tampouco diferente; muitas das colaboradoras desse periódico insistiam na necessidade de uma educação adequadas e emancipatória a todas as mulheres brasileiras, e ainda criticavam a educação fútil e deformada, que por muito tempo foi oferecida.

Mulheres como a cronista romancista e versista Júlia Lopes de Almeida¹⁷⁴ foram o símbolo de realização para muitas outras que aspiravam uma educação de qualidade a fim de se emanciparem. A sua própria trajetória literária nos revela como essa escritora atuou como uma testemunha ocular e presencial, das transformações histórico-sociais que se processavam no Rio de Janeiro da *belle époque* tropical.

¹⁷² REIS, Maria Candida Delgado. *Tessitura de destinos: mulher e educação, São Paulo, 1910/20/30*. São Paulo: EDUC, 1993.

¹⁷³ *Ibidem*.

¹⁷⁴ 24 de setembro de 1862, Rio de Janeiro, RJ.

Atrelada à elite política e intelectual do período, a filha de Valentim José da Silveira Lopes¹⁷⁵ e de Antônia Adelina do Amaral Pereira¹⁷⁶, irmã de Adelina Amélia Lopes Vieira¹⁷⁷ e mais tarde, esposa de Francisco Filinto de Almeida¹⁷⁸, engajou-se nas lutas políticas de seu tempo, integrando a geração dos anos 1870, composta por aqueles grupos de intelectuais dispostos a pensar sobre a realidade e o futuro do país.

Dessa forma, oriunda de uma família tradicional, criada num espaço em que não seria infundada a sua vocação para a intelectualidade, Júlia Lopes de Almeida conseguiu alcançar uma carreira de sucesso, consagrando-se, em vida, como a escritora profissional mais bem-sucedida no entresséculos. Comprometida, pois, “com os valores de uma sociedade ainda estruturada sobre um conjunto de estereótipos que postulavam a complementaridade entre os sexos”¹⁷⁹, desde seus primeiros escritos, a autora mostrava uma grande preocupação em torno da educação feminina.

Distanciada de uma postura revolucionária, Júlia Lopes expressava um perfil que não tinha a intenção de romper com os valores defendidos pelo universo intelectual, até então, predominantemente masculino. Seu posicionamento não sugeria, em momento algum, que as mulheres negassem os papéis a elas atribuídos pela sociedade (mãe/esposa/dona-de-casa), mas propunha que as mulheres conciliassem a essas funções o

¹⁷⁵ Português, natural de Lisboa. Na década de 1850, traz sua família para a cidade de Macaé, RJ, onde estabelece residência e praticava o exercício do magistério. Em 1860, transferem-se para a cidade do Rio de Janeiro, fundando o *Colégio de Humanidades* onde também trabalhava. Escritor de obras didáticas, de peças teatrais e ensaios literários, Valentim abandona o magistério para cursar a faculdade de Medicina na Alemanha. Retornando ao Brasil em 1867, assume a função de médico substituto do Hospital da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro até 1870, quando a família novamente muda de cidade, se estabelecendo na cidade de Campinas, SP. Nessa cidade, o então Dr. Valentim funda a Casa de Saúde do Senhor Bom Jesus e torna-se sócio fundador da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas, da Irmandade da Misericórdia de Campinas e da Santa Casa de Misericórdia. Cf. MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

¹⁷⁶ Portuguesa, natural de Lisboa. Musicista formada em canto, piano e composição. Assume na década de 1860 as aulas e a direção do *Colégio de Humanidades* fundado por seu marido, Valentim José da Silva Lopes. Cf. BRAZIL, Érico Vital & SCHUMACHER, Schuma (Orgs). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

¹⁷⁷ Brasileira, natural do Rio de Janeiro, nascida no ano de 1850. Irmã mais velha de Júlia Lopes. Atuava no exercício do magistério e também colaborava nas revistas *A Renascença* e *A Semana*. Responsável pelo ingresso de sua irmã no meio literário. Adelina a teria alfabetizado e também informou, para o pai, a composição de seus primeiros versos, 1881. Cf. *Ibidem*.

¹⁷⁸ Português, natural do Porto, nascido em 1857. Deputado estadual, redator d’ *A Província de São Paulo* e editor chefe da revista *A Semana*, pela qual conheceu Júlia Lopes, casando-se dois anos depois, no dia 28 de novembro de 1887. Cf. MENEZES, Raimundo de. *Op.cit.* p.54.

¹⁷⁹ FANINI, Michele Asmar. “Julia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras”. In: *Estudos de Sociologia*. Araraquara, v.14, n.27, p.317-338, 2009.

seu desenvolvimento intelectual. O caráter de “ajustamento” de suas ideias proporcionava uma interação entre a escritora e o meio em que convivia, tornando possível a sua presença, por exemplo, nas séries de conferências inauguradas por Coelho Netto e Olavo Bilac¹⁸⁰.

Mesmo convivendo nesse processo de adequação ao campo literário, a escritora não deixou de levantar seu posicionamento contestador. Perpassando a crítica à frivolidade e à apatia das mulheres de classes mais abastadas, Júlia Lopes incentivava, nas suas primeiras colunas redigidas na *Gazeta* e no *Correio de Campinas* (1881-1886), a luta por mudanças na situação das mulheres na sociedade. O direito feminino à instrução foi, num primeiro momento, o mais tematizado pela escritora.

Júlia Lopes de Almeida afirmava que, por meio da educação, a emancipação feminina seria algo possível, pois devido ao potencial transformador desses estudos, as mulheres assumiriam uma nova consciência e uma atuação social renovadora¹⁸¹. Em seus textos, a figura feminina, além de ser a personagem principal do enredo, também era aquela que possuía conhecimentos e até profissão, mas que por algum motivo - na maioria dos casos, o casamento – teve de abandoná-los¹⁸².

Como exemplo, podemos levantar a personagem Elisa da peça teatral, *A Herança*¹⁸³ que largara os seus sonhos de realização profissional para dedicar-se ao casamento. Ainda que o tema fosse recorrente no discurso da época - a normalista que deixava os estudos em busca do casamento - são colocadas na trama da estória algumas particularidades que a diferenciam das demais obras. Condenada à dependência por conta de um casamento infeliz, a personagem de Elisa lamentava ter abandonado o curso do magistério, pois acreditava que somente por meio dos seus estudos ela chegaria a ser alguém. Outro aspecto que difere das outras obras, é que o conflito maior do enredo se dava entre mulheres e não entre um homem e uma mulher. A sogra de Elisa, dona Clementina, era a personagem responsável por representar a ideologia machista da sociedade da época; criticava a ambição profissional de Elisa, ambas disputavam o controle sobre a casa e conviviam entre

¹⁸⁰ FANINI, Michele Asmar. *Fardos e Fardões- Mulheres na Academia Brasileira de Letras, (1897-2003)*. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2009.

¹⁸¹ *Ibidem*. p.240.

¹⁸² DE LUCA, Leonora. *Op.cit.* p. 280.

¹⁸³ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Herança*. Rio de Janeiro: Tipografia do Comércio, 1909. Peça representada em 4 de setembro de 1908 no Teatro d' Exposição Nacional Comemorativa do Centenário de Abertura dos Portos na cidade do Rio de Janeiro.

constantes discussões. Como a preocupação maior da trama era discutir as questões femininas¹⁸⁴, no que diz respeito à concepção teatral Júlia Lopes não desenvolveu um roteiro convencional; a maneira política como as personagens articulavam seus diálogos e o conteúdo de crítica ao casamento como única carreira possível de assegurar o futuro feminino nos apontam importantes avanços para os debates da época.

Muito embora Júlia Lopes de Almeida não sobrevivesse única e exclusivamente do exercício da escrita - tendo em vista que ela fazia parte de uma família economicamente estável, de classe média alta – a escritora, contudo, adentrou, desde o início de sua carreira no campo da imprensa em busca de um maior reconhecimento no campo literário. Para tanto, dedicava-se a uma extensa lista de jornais e revistas, escrevendo para os mais respeitados periódicos de seu tempo.

N’*O País*, a sua coluna do canto esquerdo da primeira página, intitulada *Dois dedos de prosa*¹⁸⁵, se estendeu, por muitos anos debatendo os temas que sondavam as discussões políticas e sociais, sobretudo no que dizia respeito às questões em torno da emancipação feminina. Nesse contexto, a problemática da educação feminina também ganhou destaque nas suas colunas.

Há escolas onde não há mestras, isto é, em que a professora não pode sozinha ensinar a oitenta e mais meninas de frequência diária, e tem de despedir da porta com um gesto de mágoa, de remorso, de profundo sentimento, os pobres pais que lhe suplicam de mãos dadas que lhes matriculem as filhas. (...) Compreende-se que haja pouco quem se sujeite a ir servir em escolas muito afastadas do centro da cidade, o que obrigaria a grande dispêndio de tempo e de dinheiro a moças a quem ordinariamente falta uma e outra coisa, a não ser que lhes aumentassem os ordenados proporcionalmente aos sacrifícios e às despesas exigidas, o que não seria injustiça nenhuma.¹⁸⁶

No ano de 1915, momento em que Júlia Lopes de Almeida alcançava uma visibilidade ainda maior nas páginas da grande imprensa, a escritora passou a contribuir para a *Revista Feminina* com seus textos que, propagando certos valores liberais burgueses,

¹⁸⁴ Para uma análise mais aprofundada sobre essa peça teatral ver mais em, MENDONÇA, Cátia Toledo. “Júlia Lopes de Almeida: a busca da liberação feminina pela palavra”. In: *Revista Letras*, Curitiba: Editora UFPR, n°60, p.275-296, julho/dezembro 2003.

¹⁸⁵ Coluna semanal, escrita por Júlia Lopes de Almeida durante os anos de 1908-1912.

¹⁸⁶ Júlia Lopes de Almeida. “Dois dedos de prosa”. *O País*, 05 de março de 1912.

se lançavam a favor de uma melhoria na instrução feminina. Cumprimentando a colaboração da escritora, assim a revista nos introduz a sua primeira participação:

São Paulo hospeda neste momento uma das mais exímias escritoras - D. Júlia Lopes de Almeida - cujo estilo simples e delicioso reflete toda suavidade da alma feminina. Saudando a consagrada escritora, a Revista Feminina oferece em seguida às suas leitoras um dos capítulos do seu lindo volume, *Eles e Elas*, respeitando-lhe a ortografia.¹⁸⁷

Em 1916, com o título *Um maço de cartas*, a autora disponibilizava uma série de correspondências¹⁸⁸ - cujo formato assemelhava-se ao de pequenas crônicas - em que ela discutia com uma interlocutora, a personagem Ângela, sobre as questões em torno da maternidade e da educação aos filhos. Na publicação referente ao mês de março, Branca (que correspondia à voz de Júlia Lopes) escreve para sua amiga Ângela com o intuito de alertá-la a propósito da educação de seus filhos.

As excessivas condescendências das mães que, um pouco por indolência e outro pouco por mal entendida ternura, permitem aos filhos todas as liberdades; o desapego dos pais comodistas, que deixam a cargo das esposas todas as preocupações concernentes à formação do caráter e da intelectualidade desses mesmos filhos, concorrem para tornar estes desapegados e egoístas.¹⁸⁹

Na carta do mês de março também observamos o posicionamento da autora em defesa da educação da língua portuguesa, contra os estrangeirismos daqueles que arriscavam aprender e falar outras línguas sem ao menos conhecer bem o português.

E a propósito manifesta-me a intenção de ensinar desde já aos teus filhinhos francês e inglês; mesmo antes de os fazeres soletrar a língua materna! Dir-te-ei antes de tudo que um povo que fala mal o seu próprio idioma deixa de cumprir o seu principal dever de patriota. Pensar em nosso país é pensar na nossa língua, estragar uma é deprimir o outro. Nada radica uma pessoa a terra em que vive, mesmo de empréstimo, como a língua dessa própria terra.¹⁹⁰

¹⁸⁷ Júlia Lopes de Almeida, "O inimigo". *Revista Feminina*, abril de 1915.

¹⁸⁸ A coleção *Um maço de cartas* foi publicada na *Revista Feminina* durante o ano de 1916, mais especificamente nos meses de março, maio, junho e julho.

¹⁸⁹ Júlia Lopes de Almeida, "Um maço de cartas". *Revista Feminina*, março de 1916.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

Ainda nesse ano, a carta referente ao mês de maio deu continuidade aos debates em torno da educação,

O descaso da educação é um dos mais dolorosos sintomas desta época (...). Para que te não aconteça para o futuro (sic) qualquer dissabor semelhante aos muitos por que vês passarem certas pessoas, esmera-te na educação das tuas filhas. (...) Para concluir, citar-te-ei as palavras de um educador francês, Maurice de Fleury, com que estou de acordo; diz ele, ‘(...) Capacitemo-nos de que a educação não é a arte de ensinar as crianças a uma submissão cega; mas a arte de as tornarem livres e de saberem usar dignamente dessa liberdade’.¹⁹¹

Ângela, a personagem destinatária das cartas de Branca, respondia, no mês de junho, aos alertas e às recomendações que lhe foram enviadas, mostrando-se bastante preocupada com a educação dada aos seus filhos,

Ora, imagine que percorri hoje todas as livrarias à procura de livros brasileiros sobre educação e voltei para casa... como sai. Que fazem os nossos médicos, os nossos fisiologistas, os nossos educadores de coração, que não se lembram de instruir as jovens mães, suas patrícias, com noções modernas da arte tão complicada de dirigir os filhos? De dia para dia a nossa vida nacional muda de aspecto e de sentimento; não posso por isso, pensar em transmitir a meus filhos a mesma educação (aliás, deficientíssima) que recebi.¹⁹²

Como término dessas correspondências entre amigas, Branca expôs os principais valores a serem transmitidos às crianças e concluiu que,

Nenhum esforço bem intencionado se perde no mundo (...). Educando-nos, esclarecendo-nos; amando a justiça, a lealdade, tornando-nos amigos da lei, conscientes dos nossos direitos e bons cumpridores dos nossos deveres, é que está, assim como nas doces mãos de mães como tu, a prosperidade e a ventura do Brasil de amanhã.¹⁹³

Abordando uma nova temática, Júlia Lopes de Almeida, em novembro de 1916, também colaborou com o conto *Só dois anos de casados*, pelo qual se observava, a partir da perspectiva da esposa, os relatos de um casamento fracassado. Por meio de uma linguagem bastante crítica, a narradora do texto mostrava-se contrária à indiferença com que era

¹⁹¹ Júlia Lopes de Almeida, “Um maço de cartas”. *Revista Feminina*, maio de 1916.

¹⁹² Júlia Lopes de Almeida, “Um maço de cartas”. *Revista Feminina*, junho de 1916

¹⁹³ Júlia Lopes de Almeida, “Um maço de cartas”. *Revista Feminina*, julho de 1916.

tratada por seu marido, lamentava sobre os maus-tratos despendidos por ele e ainda, recriminava a irresponsabilidade do mesmo para com seus deveres domésticos.

Quando estamos sós, boceja, não acha o que dizer: esgotou os assuntos nas palestras, da confeitaria, ou do bonde; pergunta-me sempre as mesmas coisas, mal responde ao que eu pergunto, arrasta-se da mesa para a cadeira de balanço, da cadeira de balanço para a sua secretária, enche-me a casa de papelada e revistas sem graça e quando chega a hora das responsabilidades, ninguém aparece.¹⁹⁴

Sem submeter-se à situação, a narradora - que dava voz à autora Júlia Lopes de Almeida – discorria suas teorias a respeito do divórcio e por fim, concluía que essa poderia ser a solução de muitos casamentos fracassados.

(...) o divórcio não é só uma libertação para os casamentos desgraçados, como uma ameaça útil para os felizes. O homem ama tanto mais a mulher quando tem medo de perdê-la. É talvez por isso que em certas ligações ilegais as mulheres são adoradas como deusas, enquanto nas legítimas são tratadas como criaturas humanas sujeitas a todos defeitos... É que os bens definitivos acabam por nem parecerem bens se não se erguer diante deles uma ameaça qualquer... Quem sabe? (...) Para o castigo do sofrimento que meu marido me infligiu ontem, quem vai logo à noite, fazer apologia do divórcio, sou eu!

Podemos observar que, ao longo dos anos iniciais da *Revista Feminina*, a colaboração da escritora Júlia Lopes de Almeida se fez regularmente presente sobre o tema da educação feminina. Além disso, pronunciou-se, ainda que não abertamente, a respeito da submissão feminina no casamento e do divórcio; assuntos tratados de maneira delicada, e que relatavam o posicionamento conciliatório da autora em torno da condição feminina de sua época.

Mesmo que a contribuição da escritora tenha sido em forma de contos ou crônicas que discutiam diversos aspectos da vida feminina, a regularidade com que suas contribuições foram publicadas na *Revista Feminina* certamente conferiu credibilidade a esse periódico, que ainda estreava no mercado editorial. Entretanto, podemos afirmar que o principal destaque de Júlia Lopes nessa revista se deu em torno das discussões a respeito da inclusão feminina na Academia Brasileira de Letras, ABL.

¹⁹⁴ Júlia Lopes de Almeida, “Só dois anos de casado”. *Revista Feminina*, novembro de 1916.

Em virtude do peso literário que as obras de Júlia Lopes possuíam no universo letrado do entresséculos, os intelectuais Lúcio de Mendonça¹⁹⁵ e Magalhães de Azeredo¹⁹⁶ conhecidos por promover a literatura feminina, propuseram o oferecimento de uma Cadeira àquela escritora que na época, participava ativamente da vida cultural urbana. Somados a esses esforços, Filinto de Almeida, Valentim Magalhães¹⁹⁷, e José Veríssimo também se mostraram favoráveis às propostas lançadas. No entanto, tais apoios foram insuficientes para que a indicação do nome feminino fosse aceita pela agremiação.¹⁹⁸

As objeções levantadas pelo demais integrantes da ABL confirmavam as insatisfações já manifestadas por outros “homens de letras”; a proeminência literária de Júlia Lopes deveria ser tratada como excepcionalidade, um rótulo que legitimava a sua posição social hierarquicamente superior, tendo em vista suas características e habilidades singulares, mas que não assegurava a sua inserção nessa instituição. Outra justificativa bastante apontada para a exclusão feminina foi a fidelidade aos critérios de admissão adotados pela Académie Française, que por sua vez, não consentia a entrada de indivíduos do sexo feminino.¹⁹⁹

Nas diversas conferências e encontros literários do período, assim como nas principais páginas reservadas ao público feminino²⁰⁰, Júlia Lopes de Almeida era constantemente citada como figura emblemática no movimento pela admissão feminina naquele que seria o “pólo aglutinador da República das Letras”, a ABL. Por mais que a própria escritora não tenha se pronunciado publicamente ante a exclusão de seu nome pela

¹⁹⁵ Lúcio Eugênio de Meneses e Vasconcelos Drummond Furtado de Mendonça, advogado, jornalista, carioca nascido em 1854. Foi um dos principais idealizadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando durante os anos de 1897-1909 a Cadeira 11, cujo patrono era o poeta romântico, Fagundes Varela. Cf. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *Op.cit.* p. 245.

¹⁹⁶ Carlos Magalhães de Azeredo, poeta, jornalista e diplomata, nascido em 07 de setembro de 1872 no Rio de Janeiro. Fundou a Cadeira 9 da ABL, tendo sido considerado o escritor mais jovem, com apenas 25 anos, ao integrá-la. Cf. *Ibidem*.

¹⁹⁷ Antônio Valentim da Costa Magalhães, escritor e jornalista, nascido em 16 de janeiro de 1859 no Rio de Janeiro. Bacharel em Direito pelo Largo do São Francisco em São Paulo e ainda, diretor do periódico *A Semana*, veículo de propaganda abolicionista e republicana por jovens escritores da época, Valentim Magalhães integrou-se ao grupo de idealizadores da ABL, fundando a Cadeira 7 que tinha como patrono o poeta Castro Alves. Cf. *Ibidem*.

¹⁹⁸ FANINI, Michele. *Op. cit.* p.120.

¹⁹⁹ FANINI, Michele. *Op. cit.* p.120.

²⁰⁰ Refiro-me nesse caso, ao espaço destinado pela imprensa ao público feminino. Antes de existirem os periódicos de conteúdo exclusivamente feminino, muitos jornais e revistas dispunham de seções e/ou colunas que atendiam as demandas desse público.

Academia em 1897, podemos constatar em algumas de suas produções²⁰¹ um evidente posicionamento de apoio a essa campanha feminina. De acordo com sua opinião, a inclusão feminina nessa Academia seria a consagração necessária para muitas mulheres que, por meio de seus trabalhos literários e esforços políticos, lutavam por uma emancipação feminina.

A mulher brasileira conhece que pode querer mais do que até aqui tem querido; que pode fazer mais do que até aqui tem feito. Precisamos compreender antes de tudo e afirmar aos outros, atados por preconceitos e que julgam toda a liberdade de ação prejudicial à mulher na família, que é a bem da própria família, principalmente d'ela, que necessitamos de desenvolvimento intelectual e do apoio seguro de uma educação bem feita. Os povos mais fortes, mais práticos, mais ativos e mais felizes são aqueles onde a mulher não figura como mero objeto de ornamento; em que são guiadas para as vicissitudes da vida com uma profissão que ampare num dia de luta, e uma boa dose de noções e conhecimentos sólidos que lhe aperfeiçoem as qualidades morais.²⁰²

Em 1911, retomando a polêmica em torno da elegibilidade feminina na ABL, cogitou-se o nome da filóloga Carolina Michaelis para compor o quadro de sócios. Mais uma vez, a “inconveniência das mulheres nas sociedades masculinas” foi a justificativa utilizada para barrar a candidatura de Michaelis. Em virtude desses acontecimentos, o membro da Cadeira 32 da ABL, Carlos de Laet²⁰³, publicou uma crônica no jornal *O País* em que se contrapunha à posição tomada pela agremiação,

A exclusão do sexo feminino, tido como inábil para formar parte de uma companhia literária, qual a nossa Academia, far-nos-ia deploravelmente retrogradar muitos séculos, revelando, outrossim, cabal desconhecimento da história das letras.²⁰⁴

Na imprensa feminina, mais especificamente, na *Revista Feminina*, as discussões sobre a admissão feminina na ABL foram trazidas a partir do pronunciamento de Magalhães de Azeredo realizado no dia 22 de dezembro de 1921 nessa instituição. Após

²⁰¹ Cf. DE LUCA, Leonora. *A mensageira: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

²⁰² ALMEIDA, Júlia Lopes. “Entre amigas”. *A Mensageira*. 15 de outubro de 1897.

²⁰³ Carlos Maximiliano Pimenta de Laet, professor, jornalista e poeta nascido em 1847 no Rio de Janeiro. Fundador da Cadeira 32 que tinha como patrono o intelectual Manuel de Araújo Porto Alegre. Em 1919 é eleito presidente da ABL, sucedendo o cargo de Ruy Barbosa até 1922, quando renuncia. Cf. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *Op.cit.* p.246.

²⁰⁴ LAET, Carlos de. *O País*, 13 de setembro de 1911.

parabenizar a premiação da escritora Rosalina Coelho Lisboa²⁰⁵ e Gilka Machado²⁰⁶ no concurso de poesias²⁰⁷, Magalhães de Azeredo insistia em ressaltar as possíveis contribuições femininas para a Academia.

Por minha parte, persisto em afirmar que seria tão vantajoso, como justo, consagrar-lhes a elegibilidade. Não repetirei os argumentos, que se resumem no dever de considerarmos com absoluta igualdade de critérios as mulheres e os homens, como cultores das letras, das artes e das ciências. (...) Ora, continuo a pensar que a colaboração de algumas escritoras, longe de perturbar a ordem e a serenidade dos programas acadêmicos, contribuiria para estimular o zelo dos colegas, pelo edificante exemplo de pontualidade e perfeição no desempenho de seus compromissos que elas nos dariam (...).²⁰⁸

Humberto de Campos²⁰⁹, membro da Cadeira 20 da ABL, também se pronunciou nas páginas da *Revista Feminina*, em torno da possibilidade de inserção feminina na instituição. Assim como no discurso de Magalhães de Azeredo, o jornalista iniciou seu texto ressaltando as vitórias femininas no concurso articulado pela Academia.

Entre sessenta e três candidatos, couberam a duas senhoras os dois primeiros lugares no concurso da Academia Brasileira de Letras. (...) Essa universalidade de conquistas literárias despertou na mulher, como era natural, o desejo de pertencer aos cenáculos operadores de competências, nos seus respectivos países. Na França, como aqui, perguntaram elas se lhes não era permitido disputar lugares, ocupando dentro das Academias a situação que as Academias lhes reconheciam fora do seu grêmio. E a resposta, aqui, como lá, foi ou a negativa absoluta, áspera, decisiva, ou o silêncio inteligente, que dói às mulheres, às vezes, muito mais que uma negativa formal.²¹⁰

²⁰⁵ Brasileira, nascida em 1900 na cidade do Rio de Janeiro, filha do senador paraibano João Gonçalves Coelho Lisboa. Educada por preceptoras estrangeiras, Rosalina iniciou sua carreira literária cedo; aos 14 anos já escrevia poemas para revista *Fon-Fon* e *Careta*. Cf. BRAZIL, Érico Vital & SCHUMAHAR, Schuma (Orgs). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

²⁰⁶ Gilka da Costa de Melo Machado, poetisa e sufragista nascida em 1893 no Rio de Janeiro. Proveniente de uma família de artistas de teatro, Gilka Machado, apesar de ter manifestado seu interesse pela poesia desde a infância, precisou conciliar a vida difícil com a carreira literária. Foi a pioneira na utilização do erotismo na poesia feminina brasileira. Cf. BRAZIL, Érico Vital & SCHUMAHAR, Schuma. *Op.cit.* p.249.

²⁰⁷ Concurso organizado pela Academia Brasileira de Letras no ano de 1921 premiava o melhor livro de poemas da época; Rosalina Coelho Lisboa vence com sua obra, *Rito pagão* e Gilka Machado com seu livro *Poesias*.

²⁰⁸ Magalhães Azeredo, "A mulher na Academia". *Revista Feminina*, março de 1922.

²⁰⁹ Humberto de Campos, jornalista, crítico, cronista e memorialista maranhense, nascido em 25 de outubro de 1886. É eleito em 30 de outubro de 1919 para a sucessão da Cadeira 20, precedida por Emílio de Menezes, e recebido na ABL pelo acadêmico Luís Murat em 08 de maio de 1920. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *Op.cit.* p.247.

²¹⁰ Humberto de Campos, "Mais uma vitória do feminismo brasileiro". *Revista Feminina*, maio de 1922.

Para Amélia Bevilácqua²¹¹ a resposta também não fora diferente. Inserida, assim como Júlia Lopes de Almeida, no universo literário em virtude do estímulo e da convivência intelectual tecida por seus laços familiares e por seu casamento com Clóvis Bevilácqua, a escritora teve suas habilidades literárias despertadas para a publicação de revistas.

Amélia Bevilácqua, ao lado de outras escritoras²¹², fundou uma revista, de periodicidade mensal, voltada para o público feminino, *O Lyrio*. Embora a publicação tenha funcionado por apenas dois anos, foi graças a sua participação mais ativa nessa revista, que a escritora tramou uma grande rede de contatos em mais de 30 cidades e 15 estados, que viriam mais tarde, em 1930, respaldá-la e encorajá-la a pleitear uma vaga na ABL.²¹³

No que diz respeito à *Revista Feminina*, as editoras do periódico, que provavelmente mantinham-se inseridas nesses círculos de relacionamentos com outras jornalistas do período, transcreveram em setembro de 1931²¹⁴ - sob o formato de um pequeno artigo - alguns dos trechos de abertura do livro *A Academia Brasileira de Letras e Amélia Bevilácqua- Documentos Histórico-Literários*, como forma de expressar o desconforto face à inadmissão da candidata à Cadeira 23 de Alfredo Pujol.

Tendo a Academia Brasileira de Letras recusado a minha inscrição, como candidata à vaga de Alfredo Pujol, provocou revolta natural na mentalidade brasileira contemporânea, que se traduziu em escritos de grandes vibrações e notável elegância de frases, e em outras manifestações mais íntimas, igualmente expressivas de simpatia pela minha causa, principalmente pelo pensamento a que ela, dignamente deu expressão.²¹⁵

²¹¹ Amélia Carolina de Freitas Bevilácqua, escritora e jornalista nascida em 07 de agosto de 1860 no Piauí. Filha do importante desembargador e presidente das províncias do Piauí, Maranhão e Pernambuco, José Manuel de Freitas. Casou-se em 1883 com o eminente jurista cearense, Clóvis Bevilácqua, principal elaborador do Código Civil Brasileiro de 1916. Cf. BRAZIL, Érico Vital & SCHUMACHER, Schuma. *Op.cit.* p.45.

²¹² Amélia Bevilácqua, Adalgisa Duarte Ribeiro, Edwiges de Sá Pereira, Francisca Isadora, Úrsula Garcia, dentre outras, fundam em, 15 de novembro de 1902, a primeira revista mensal dedicada ao público feminino pernambucano. De acordo com a autora Maria de Lourdes Eleutério, *O Lírio* representou para Pernambuco, o mesmo espírito de estímulo intelectual feminino que a revista *A Mensageira* desenvolveu em São Paulo. Cf. ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes, *Op. cit.* p.166.

²¹³ *Ibidem.* p.168.

²¹⁴ “A Academia Brasileira de Letras e Amélia Bevilácqua- Documentos Histórico-Literários”. *Revista Feminina*, setembro de 1931.

²¹⁵ *Ibidem.*

Trazendo à tona, novamente, a inelegibilidade de Júlia Lopes como membro da ABL, Amélia apelava para que suas leitoras, assentadas no companheirismo, se manifestassem, em cartas, artigos, livros como forma de protesto ao “golpe desferido contra mim pelos imortais misogenistas”.²¹⁶ Infelizmente, nos exemplares seguintes da *Revista Feminina* são inexistentes quaisquer outros tipos de registros no que concerne à candidatura encaminhada por Amélia Bevilácqua. Tais lacunas constatadas na revista, ratificam a argumentação de que a recusa da ABL foi um tema pouco abordado pela imprensa, uma vez que esse espaço era sobrepujado pelos próprios imortais. Mais especificamente no caso da *Revista Feminina*, não constam registros de que o imortal Cláudio de Souza, ocupante da Cadeira 29²¹⁷, tenha se pronunciado a respeito desses debates.

Sob uma perspectiva bastante similar à de Júlia Lopes, a escritora mineira Maria Eugênia Celso²¹⁸ também contribuiu regularmente com a *Revista Feminina*. No ano de 1924 - momento em que a revista inaugurava sua sucursal no Rio de Janeiro²¹⁹ - a escritora mineira iniciou sua atuação como colaboradora na redação, esporádica, dos editoriais da revista; utilizando-se do espaço que lhe era designado, para promover um novo olhar sobre a educação feminina.

Neste momento em que um surto de tão elevado progresso subleva a alma feminina e o interesse pelas coisas do espírito parece querer definitivamente espancar a treva de frivolidade e de estagnação intelectual em que se atolava até não muitos anos atrás a mulher brasileira, um órgão feminino, onde a mulher possa libertamente demonstrar as suas capacidades, é positivamente da mais nímia oportunidade.²²⁰

Em grande parte do seu material publicado na revista, observamos que a escritora almejava para as suas leitoras uma instrução capaz de as desenvolverem intelectualmente.

²¹⁶ *Ibidem*.

²¹⁷ Cláudio de Souza foi o terceiro ocupante da Cadeira 29, eleito em 28 de agosto de 1924, na sucessão de Vicente de Carvalho e recebido pelo acadêmico Alfredo Pujol em 28 de outubro de 1924. Cf. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *Op.cit.* p. 250.

²¹⁸ Filha do conde Afonso Celso, político e membro da ABL, nascida em São João del-Rei, MG, no ano de 1886, portadora de certas debilidades motoras, com as quais conviveu por toda sua vida. Teve sua educação empreendida no Colégio Sion, em Petrópolis, onde a família morava. Suas primeiras publicações foram os poemas, *O solar perdido* e *À chácara*. Em 1917, com mais maturidade intelectual e sob o pseudônimo de *B.F. (Baby Flirt)* passava a assinar, semanalmente, a coluna de crônicas, *Feminina*, na edição da tarde do *Jornal do Comércio*, que devido ao tamanho sucesso, foram organizadas no livro *De relance*, de temática variada. Além desses jornais, mantinha-se como colaboradora no *Correio da Manhã*, no *Diário Carioca* e em periódicos como, *O Malho*, *Revista do Brasil*, a *Revista Feminina*, dentre outros.

²¹⁹ Maria Eugênia Celso, “Boas vindas”. *Revista Feminina*, fevereiro de 1924.

²²⁰ *Ibidem*.

O direito de se engrandecer intelectualmente é o primeiro dos direitos; é o direito de viver, de desenvolver o seu ser em todos os sentidos, de o elevar incessantemente para a verdade, para o amor e para a beleza. Comparado com este, os direitos puramente políticos e civis têm pouca importância. Num estado livre, é preciso, não somente que este direito fundamental seja reconhecido e protegido, mas que a opinião pública eleve a voz para declarar que esse direito é sagrado e inviolável. É a consequência dum princípio universal, e que se aplica tanto à mulher como ao homem. O domínio das inteligências, das consciências não conhece sexo.²²¹

Assim como Júlia Lopes, Maria Eugênia Celso acreditava no potencial transformador dos estudos e reiterava que a emancipação feminina não seria uma antítese dos papéis culturalmente nomeados como femininos; sustentava a complementaridade entre uma educação formal e o exercício do tripé feminino de mãe/esposa/dona-de-casa.

Não é só a mulher que sente ampliado o seu papel na sociedade (...) a cooperação da mulher em todos os ramos de sua atividade, já se apresenta como absolutamente imprescindível. O gineceu já não pode mais ser para ela o cárcere privado em que não raro se lhe estiolavam e finavam, por falta de cultivo, as faculdades intelectuais. Além dos seus deveres básicos de esposa, dona de casa e de mãe, outros deveres a solicitam e a reclamam. Seu espírito, todavia, ou antes, as qualidades essenciais que a caracterizam bem entre as mulheres do mundo, permanecem as mesmas.²²²

De acordo com a escritora, a emancipação feminina proporcionaria uma “igualdade na diferença”. Defendia a igualdade de direitos entre homens e mulheres, já que, as diferenças de sexo não significavam nenhuma distinção quanto à capacidade social, intelectual e política. Dessa forma, segundo a autora, a mulher não precisaria se assemelhar ao homem para adquirir seus direitos, pois, ela possuía uma natureza diversa, mas de equivalente valor e de semelhantes capacidades para atuar na esfera pública.²²³

Qual é a melhor educação para a mulher? A que fizer dela no mais alto grau um ser humano completo, sábio, amante e forte. Que trabalho convém à mulher? Todo trabalho que a auxilie a tornar-se melhor. O que é proibido à mulher? Tudo que possa degradá-la, diminuí-la e envilecê-la, mas só isso. O que é que ela tem direito de fazer? Todos os atos belos, bons e úteis que estejam na sua aptidão e que não se

²²¹ Maria Eugênia Celso, “Variações sobre a mulher e sua educação”. *Revista Feminina*, julho e agosto de 1924.

²²² Maria Eugênia Celso, “O espírito da mulher brasileira”. *Revista Feminina*, julho de 1928

²²³ Esse lema de “igualdade na diferença” foi utilizado pelos debates feministas das décadas de 1920-1930 e também muito questionado pela historiografia dos anos de 1990, principalmente por Joan Scott; que apontou nesse discurso uma hierarquização de gênero, em favor dos homens. Cf. SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

arrisquem a prejudicar a sua dignidade ou a diminuir o seu valor como criatura humana.²²⁴

A ampliação da educação formal foi uma das principais campanhas defendidas por Maria Eugênia Celso. Além dessa, como vice-presidente da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, FBPF*²²⁵, Maria Eugênia Celso não se furtou em atuar na *Revista Feminina* a respeito da luta pelo sufrágio feminino.²²⁶ Ainda nessa revista, sob o pseudônimo de Inês Sabino, Maria Eugênia coordenava a seção esporádica, *Mulheres ilustres do Brasil*, pela qual exaltava as figuras femininas importantes para a história do país - Ana Nery, Barbara Heliadora, Maria Quitéria dentre outras - e também, destacava o papel diferenciado que a educação assumia na vida dessas heroínas.

Diante desse vulto imponente de brasileiras em que se encontram todas as virtudes, todas as nobrezas, todos os heroísmos de nossa terra, o peito se intumescer do mais raro, do mais sagrado dos orgulhos: o orgulho de nos sabermos, como ela, brasileira. Esse orgulho, não era preciso que vos viesse recordar a lição que, do passado, sugestivamente nos provem, para que sentíssemos em nós, arraigado e vivaz, tomado de promissórias possibilidades. Para que, no entanto, sejam as brasileiras de hoje, dignas do heroísmo destas grandes antepassadas, basta que saibam sentir e tornem seus filhos capazes de o sentir também, o frêmito do amor, ao solo natal (...).²²⁷

A emancipação feminina pelo trabalho

Desde meados do século XIX, a educação feminina tornara-se a principal reivindicação daqueles que defendiam os direitos da mulher.²²⁸ Os escritos de Júlia Lopes, principalmente no seu registro ficcional, problematizavam a questão do trabalho feminino e

²²⁴ Maria Eugênia Celso, Editorial, *Revista Feminina*, maio de 1925.

²²⁵ Sobre os membros que compunham a *FBPF*, trataremos melhor esse assunto no terceiro capítulo dessa dissertação.

²²⁶ No terceiro capítulo dessa dissertação, apresento os principais artigos da escritora Maria Eugênia Celso, publicados pela *Revista Feminina*, sobre a campanha pelo sufrágio feminino.

²²⁷ Maria Eugênia Celso, “Mulheres ilustres do Brasil”. *Revista Feminina*, julho de 1928.

²²⁸ Segundo a autora Constância Lima Duarte, desde a primeira metade do século XIX foi erguida a primeira bandeira feminista em torno do direito básico de aprender a ler e a escrever. Nesse momento, 1830-1840, destacava-se o nome de Nísia Floresta; uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites da esfera privada e a publicar seus artigos em jornais da grande imprensa. Cf. DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

delineavam, a partir da instrução feminina, novas possibilidades para que as mulheres se libertassem da submissão estabelecida pelo casamento. Por meio de personagens femininas vistas como dissonantes, a própria escritora reivindicava uma autonomia a ser apreendida não como um embate entre as supostas funções femininas, mas sim, como um complemento às possibilidades de realização da mulher por meio do casamento e da maternidade.

O seu romance epistolar *Correio da roça*²²⁹, primeiramente divulgado em folhetim pelo jornal *O País*²³⁰, nos apresenta essa faceta da escritora. A trama da narrativa se dava em torno da trajetória de uma viúva e suas filhas que, falidas no Rio de Janeiro, se transferem para um pequeno sítio herdado no interior. Por meio de cartas, Maria correspondia-se com Fernanda, sua amiga que ficara na capital, queixando-se do abandono em que viviam. No entanto, a destinatária Fernanda, tecendo uma crítica aos hábitos urbanos, trazia conselhos para que essas mulheres pudessem aproveitar tudo que a vida urbana lhes tinha oferecido, revertendo esses seus conhecimentos para se adaptarem e incrementarem a vida no campo. Essas cartas, além de levarem entusiasmo e um pouco de conforto à Maria, também a ensinavam como tornar a terra mais produtiva com o auxílio dos novos aparelhos de tecnologia. Tal diálogo incentivava ainda um aprimoramento por parte de Maria, a qual, por meio do seu trabalho dedicado e dos seus estudos, conseguiria administrar melhor suas terras, resgatando, enfim, a família da falência.

No artigo intitulado *A época das possibilidades* Júlia Lopes apontava o grande leque de oportunidades acessíveis ao público feminino com o deflagrar da Grande Guerra. Segundo a autora, a mais importante dessas novas conquistas era o feminismo, que, no entanto, quando assumido em determinadas condições, tornava-se passível de críticas.

E como a época é de possibilidades, nada mais natural do que discutirmos neste momento uma das mais possíveis, que é do feminismo. (...) *Feminismo*, não pela ideia, mas pela palavra em si mesma, provoca ainda em muita gente um sorriso de mofa e desrespeito. (...) Se em vez de clamar quase exclusivamente pelo direito de voto meramente político, a mulher clamasse com igual força e igual tenacidade pela igualdade de direitos o feminismo não teria encontrado os imensos empecilhos em frente aos quais foi obrigado a parar (...). Se em vez de quererem, com seus casacos

²²⁹ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Correio da roça*. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

²³⁰ Publicado, primeiramente, no formato de folhetim pelo jornal *O País* de 07 de setembro de 1909 a 17 de outubro de 1910 e em 1913, no formato de livro, pela editora Francisco Alves.

e colarinhos, parecer homens, as feministas mostrassem à evidência que queriam continuar a ser mulheres, mas mulheres com direitos iguais aos dos homens, autônomas e livres, creio bem que as hostilidades pequeninas de muitos e a má vontade, ou a indiferença de quase todos nunca teriam chegado a existir.²³¹

Em virtude da guerra, nos principais países da Europa, assim como no Brasil, muitas mulheres ocuparam o lugar, antes masculino, nas fábricas, no comércio e noutros serviços exercidos no espaço público. Dessa forma, Júlia Lopes afirmava que, nos grandes centros urbanos, as oportunidades de atuação feminina cresceriam conforme perdurasse o conflito.

Ora, como todas as revoluções, todas as propagandas, todas as reformas são urdidas, preparadas e executadas nos grandes centros, é claro que as mulheres aí terão um predomínio tão forte que só por um extraordinário e imprevisto acontecimento não usarão dele para a consecução dos seus fins. O mesmo fenômeno se dará na Inglaterra, na Bélgica, na Alemanha, na Áustria, na Itália, por toda Europa... Serão delas nas fábricas, os lugares antes preenchidos pelos maridos, pelos irmãos, pelos filhos; serão elas os operários, os caixeiros, os comerciantes, os condutores de veículos, os limpadores de rua, os guardas de armazéns. E quanto maior for a duração da presente guerra, tanto maior será a certeza do triunfo feminino.²³²

Ainda sobre as consequências da guerra, cerca de 10 mil mulheres foram incorporadas ao exército e a marinha. Em virtude da falta de contingente, essas instituições passaram por cima de toda a burocracia que proibia o alistamento de mulheres e nessa ocasião, puderam contar com o trabalho feminino atuando, principalmente, como verdadeira força de trabalho, e não somente como enfermeiras; função que há muito tempo lhes era reservada.²³³

Por fim, diante de tais avanços, Júlia Lopes afirmava que mesmo com o fim desse conflito internacional, muitas mulheres teriam desenvolvido competências próprias, capazes de impulsioná-las ao mundo do trabalho e da política, independente da situação sócio-econômica estabelecida.

É claro que muitas dessas trabalhadoras, voltarão, depois da guerra, às suas primitivas ocupações. O que é, porém evidente, é que sua capacidade de trabalho e

²³¹ Júlia Lopes de Almeida, “A época das possibilidades”. *Revista Feminina*, abril de 1917.

²³² *Ibidem*.

²³³ HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

a sua *necessidade de ação* estarão então de tal modo desenvolvidos, que só muito dificilmente se resignarão essas criaturas a não se agitar e a trabalhar.²³⁴

Nesse entresséculos, a exemplo da escritora Júlia Lopes de Almeida, outras mulheres pronunciaram-se em torno do direito à educação, inclusive a de nível superior, através da qual a população feminina seria capaz de assumir um uma profissão e assim, a sua independência. Cecília Moncorvo Bandeira de Melo²³⁵ foi uma dessas escritoras que, durante as décadas de 1920 e 1930, discutiram a respeito da necessidade feminina de se instruir profissionalmente, a fim de alcançar, portanto, sua independência financeira e também, a sua emancipação.

Em meio à produção intelectual da “República das Letras”, Cecília cresceu muito influenciada pela figura de sua mãe - então conhecida pelo pseudônimo de Carmen Dolores²³⁶. Dessa forma, seguindo os passos de sua mãe, optou por inserir-se também no universo letrado através da publicação de crônicas no periódico *A Imprensa*, no ano de 1907, sob o pseudônimo de Chrysanthème - personagem feminina do romance francês de Pierre Loti²³⁷.

Após sua breve atuação nesse periódico, Chrysanthème passou a escrever, regularmente, para o *Correio Paulistano*, o *Diário de Notícias* e ainda, *O País*, no qual assumiu o espaço que fora de sua mãe.²³⁸ Entre as revistas, colaborou no *Mundo Literário*, na *Única*, n’*O Cruzeiro* e na *Revista Feminina*.²³⁹ Além desses periódicos, publicou mais de vinte títulos, entre os quais constam contos infantis, romances biográficos, históricos e sensacionais, peças teatrais e também, críticas literárias.

²³⁴ Júlia Lopes de Almeida, “A época das possibilidades”. *Revista Feminina*, abril de 1917.

²³⁵ Nascida no dia 08 de fevereiro em 1869, na cidade do Rio de Janeiro. Cf. BRAZIL, Érico Vital & SCHUMAHER, Schuma (Orgs). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

²³⁶ Carmen Dolores, pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Mello, nascida em 11 de março de 1852, no Rio de Janeiro. Desenvolveu uma carreira literária de prestígio atuando, principalmente, na grande imprensa, pela qual reivindicava, por meio de suas crônicas, um novo lugar para a mulher na sociedade. Escreveu durante os anos de 1905 e 1910 para a coluna de primeira página, abrindo os exemplares de domingo do periódico *O País*. Além disso, foi autora de uma extensa lista de livros que contemplavam os mais diversos debates de sua época. Cf. ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Op.cit.* p.234.

²³⁷ Pierre Loti, importante romancista francês, autor do livro *Madame Chrysanthème*, 1887. Provavelmente, esse pseudônimo, foi escolhido pela escritora em virtude do modismo francês, muito comum daquela época.

²³⁸ A pesquisadora Maria de Lourdes de Melo Pinto realizou, na sua tese de doutorado, um inventário em que constam 1.530 contribuições de Chrysanthème na grande imprensa brasileira, do início do século XX. *Op.cit.* p.205.

²³⁹ *Ibidem*.

Na *Revista Feminina* um dos temas mais discutidos pela escritora foi acerca das modernas necessidades para uma emancipação feminina. A respeito da educação feminina, na sua crônica *Feminismo*, Chrysanthème debateu com suas leitoras,

Outrora, minha camarada, criava-se uma moça para o casamento e, hoje, cria-se a mesma moça para independência, da qual não lhe ensinam em que consiste. (...) O feminismo não será nunca, como se faz crer, a libertação da mulher, mas, sem o reconhecimento de que esta pode tomar a responsabilidade dos seus atos, se tiver consciência, personalidade e cultura. (...) Eduque sua filha, elevando-lhe a alma pessoal, (...), aponte-lhe o trabalho como um futuro. Mostre-lhe a necessidade de se fazer uma existência própria, torne-a orgulhosa de si própria, sem esperar pelo socorro de um marido e você terá cumprido o seu dever, minha amiga.²⁴⁰

A autora alegava, portanto, que com o advento dos tempos modernos, os espíritos femininos seriam capazes de se desenvolverem mais rapidamente, adquirindo uma personalidade mais competente para superar os entraves impostos, há muitos séculos, pelo homem, seu grande inimigo. Chrysanthème defendia a independência feminina e contrapunha-se à soberania masculina que as cerceava sob pretexto de uma suposta superioridade.

No combate da vida a que ela se atirou agora com coragem, com energia e com desenvoltura ela esbarra ainda com muitos tropeços, manejados pelas mãos dos homens que, debaixo da hipócrita máscara da lisonja, procuram continuamente reduzir ao papel que ela desdenhou para adquirir uma mentalidade e um campo de ação mais largos e mais altos.²⁴¹

Chrysanthème assegurava que somente pelo exercício do seu trabalho as mulheres alcançariam a emancipação. Independente da profissão que essas mulheres escolhessem, o importante, conforme a autora, era a necessidade de agir, de desenvolver uma habilidade, uma competência própria que as tornasse livres do domínio masculino.

Emancipação quer dizer trabalho próprio, subsistência própria, utilidade própria, aptidões próprias, capacidade, pois, para a vida autônoma (...). Há o triunfo feminino pelo Trabalho e pela Honra, em todos os ramos da atividade humana. E é o triunfo que caracteriza a existência da mulher no século que passa, e que não pode

²⁴⁰ Chrysanthème, “Feminismo”. *Revista Feminina*, abril de 1923.

²⁴¹ Chrysanthème, “A mulher moderna”. *Revista Feminina*, novembro de 1926.

sofrer restrições ou limitações arbitrárias. E se o trabalho fez a mulher subir alguns degraus, ela ainda poderá subi-los todos...²⁴²

Portanto, a parcela feminina, assim que, devidamente instruída, optasse pelo exercício de uma profissão, não deveria mais ser alvo de censuras masculinas; pois, segundo Chrysanthème,

numa época, em que quase todas as mulheres do povo trabalham e em que uma terça parte das pertencentes às outras classes é empregada ou como professoras, ou como datilógrafas ou estudam para advogadas e para médicas, o valor e a inteligência da mulher têm forçosamente de ser reconhecidos e de constituir um fato realizado.²⁴³

Em nome da concretização desse direito feminino, Chrysanthème pronunciou-se também em torno da regulamentação do trabalho dessas mulheres. Concordava-se que, para efetivar a entrada feminina nesse universo, seria importante, num primeiro momento, o estabelecimento de certas condições para o trabalho das mulheres. A reivindicação em nome dos direitos trabalhistas femininos passou, dessa forma, a integrar o horizonte panfletário da escritora,

O trabalho feminino é já, entre nós, um fato, mas o seu resultado é ainda por enquanto um problema. Em todas as ocasiões em que uma mulher é chamada (...) a mostrar o seu esforço, a sua energia, o seu talento, a mesma dúvida, a mesma ironia e a mesma exploração a recebem e a diminuem.²⁴⁴

Chrysanthème incentivava a autonomia feminina, pois entendia que a mulher deveria ter o pleno direito de escolher se gostaria, ou não, de se casar, sem que isso representasse uma vergonha ou um defeito de sua personalidade. Para isso, a escritora afirmava que era necessário um ensino que as instrísse profissionalmente, mostrando-lhes que a felicidade não residiria única e exclusivamente no casamento.

Na nossa pátria adorada, sempre um fato me impressionou e feriu; todas as qualidades, às vezes aparentes, que se cuidam nas meninas e nas raparigas, todas as ocasiões de as instruir que se lhes proporcionam, instrução supeRevista Femininaicial e enganosa, tem sempre por objeto o casamento. Desde que na

²⁴² Chrysanthème, “O Feminismo triunfa pelo trabalho”. *Revista Feminina*, março de 1927.

²⁴³ Chrysanthème, “Feminismo”. *Revista Feminina*, abril de 1923

²⁴⁴ Chrysanthème, “Palestra Feminina”. *O País*, 29 de setembro de 1919.

menina se principia a formar a mulher, o marido é lhe apontado como única razão de tudo e por isso é lhe ensinado o canto, a dança e o mau francês! Do resto ninguém cogita. Da educação fina de moral, da instrução sólida que talvez lhe sirva um dia para ganhar a sua vida honestamente, a mãe moderna não quer saber para a sua filha moderníssima. De que lhe servirá tal talento e tal qualidade, se ela não é apreciada pelo homem, único arbítrio do seu destino?²⁴⁵

Em sintonia com essas discussões, seu romance *Enervadas*²⁴⁶ trazia uma forte crítica a muitas mulheres de classe média e alta, que buscavam suas satisfações no amparo e nos pequenos luxos decorrentes do casamento.

Lúcia, a personagem principal do enredo, narrava sua história de vida a partir da consulta que fizera ao médico, na qual diagnosticou ser uma mulher “enervada”. Segundo os relatos da personagem, sua suposta doença seria fruto da educação dada pelo seu pai, muito superficial e extremamente baseada em interesses. Como filha única e órfã de mãe desde a infância, a personagem via-se muito desamparada, e acreditava que somente alcançaria sua satisfação quando viesse a se casar. Como solução para essa condição em que vivia, Lúcia decidiu, portanto, se casar, todavia, lamentava-se por não ter encontrado a sua realização na união com Júlio, acusado de nunca ter lhe dado o mínimo de atenção. Ainda infeliz, Lúcia procurava, mais uma vez, o conforto na relação a dois, dessa vez com seu amante Roberto, com o qual desfrutava grande cumplicidade. Por mais que a separação judicial do casal fosse admitida²⁴⁷, lastimava-se, pois, seu (ex) marido estava vivo e, conseqüentemente, não poderia se casar outra vez. Nota-se que a satisfação da personagem em nenhum momento se desvinculou do status de mulher casada, assim como o desfecho da estória, no qual Lúcia foge grávida, com seu amante, porém, infeliz diante da impossibilidade de novo casamento.

Dessa forma, para Chrysanthème, as mulheres deveriam ser educadas a não se submeterem à figura masculina, já que, instruídas, estariam aptas para reclamar por seus direitos, diante, por exemplo, de um casamento fracassado. Chrysanthème, portanto, não condenava o divórcio, pelo contrário; defendia-o como um recurso essencial para o

²⁴⁵ Chrysanthème, “A educação feminina de hoje”. *Revista Feminina*, janeiro de 1920.

²⁴⁶ Chrysanthème. *Enervadas*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922.

²⁴⁷ Sobre o Código Civil em atuação nesse período confira, SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Receitas de felicidade e espectros da infelicidade: o Código Civil de 1916 e as lições de comportamento na Revista Feminina no início do século XX*. Rio de Janeiro: UERJ, Tese de doutorado, 2007.

desenvolvimento de uma nova condição feminina, não mais cerceada pelo poder masculino no casamento.

E se chega o momento terrível em que se vêem deslocadas na vida, reduzidas a um papel subalterno de bonecas irresponsáveis ou de escravizadas unicamente à vida monstruosa e dura das preocupações caseiras cheias de dificuldades da hora presente, (...) há a necessidade de se mudar a lei, pois infelizmente, em nosso país, muitos pais realmente ainda imaginam que a melhor forma ‘arrumar’ as filhas, é casá-las, não vendo em volta de si o desastre que ideias acarretam (...).²⁴⁸

O posicionamento de Chrysanthème diante da questão do vínculo matrimonial não destoava de outros pronunciamentos femininos veiculados pela *Revista Feminina*. Naquelas páginas, foram publicados inúmeros discursos críticos do público feminino, o qual, tomado por uma onda de inconformismo com as normas vigentes manifestava-se contra as desigualdades de gênero estabelecidas na sociedade brasileira do início do século XX. Portanto, nesse espaço privilegiado de debate e difusão da temática do casamento, escritoras como Odette Donah²⁴⁹, Iracema²⁵⁰ e até mesmo Júlia Lopes de Almeida²⁵¹, repudiavam, em seus escritos, a imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e ainda contestavam a tirania e a atitude déspota com que os maridos daquela época “governavam” o âmbito doméstico.²⁵²

Ainda sobre casamento, a Igreja católica, sempre que possível, se pronunciava nessa revista e, principalmente, pela figura do Cardeal Arcoverde - personalidade de muito prestígio na publicação – criticavam a prática de dissolução matrimonial.

Recentes e verídicas estatísticas demonstram o crescimento assustador dos casos de divórcio. O fenômeno, revelador das terríveis proporções que um errado e funesto conceito de liberdade individual, têm assumido ali, pode e deve ser tomado pelos outros povos americanos, como um exemplo, como uma lição, como um aviso, do que resultam certas teorias quando levadas às últimas consequências. A liberdade é um bem precioso, que, no entanto, pode se tornar um terrível perigo. (...) O

²⁴⁸ Chrysanthème, “Pela soberania da mulher”. *Revista Feminina*, fevereiro de 1927.

²⁴⁹ DONAH, Odette. “A felicidade no lar”. *Revista Feminina*, agosto de 1920

²⁵⁰ IRACEMA. “Porque o casamento emudece o homem?” *Revista Feminina*, dezembro de 1921.

²⁵¹ No seu monólogo, *Eles e Elas*, Júlia Lopes trouxe à tona, o argumento de que o casamento era uma instituição cheia de conflitos, desmoralizada e cujas bases necessitavam de uma reformulação, sob o risco de um total desaparecimento. Cf. SILVA, Cleusa Gomes da. *Modernizando o casamento: a leitura do casamento no discurso médico e na escrita literária feminina no Brasil moderno (1900-1940)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

²⁵² *Ibidem*.

casamento, que, em alguns países vai sendo visto como um ato supérfluo e até mesmo indesejável, é um belo e grande acontecimento na vida humana. Certo, poderão nos responder os céticos, nem sempre realiza ele essa eterna aspiração das criaturas. Convimos, nem sempre, infelizmente! Mas não é isso razão bastante para que se o elimine da terra. (...) Ele [o casamento] é o que é, porque é necessário que assim o seja, e porque, de outra qualquer forma, sempre será um fator de anarquia moral, de rebaixamento de costumes, de decadência de nacionalidades. Tirar-lhe seu caráter sagrado é o mesmo que eliminá-lo, (...) por isso, como ainda pelo lado religioso que a questão encerra, seremos sempre contra essa medida violenta, sem elevação e contraproducente que é o divórcio, estribado na força da lei e na fragilidade dos costumes.²⁵³

Muitos homens também mantiveram um posicionamento crítico a respeito da dissolução do casamento e contribuíram para a ampliação da discussão dessa temática no espaço da imprensa. Nesse grupo de autores atuantes na *Revista Feminina*, incluíam-se intelectuais e médicos importantes da época, os quais enfatizavam um modelo de casamento moderno, baseado nas relações equitativas entre os cônjuges. Nomes como o psiquiatra Antônio Austregésilo Lima²⁵⁴ e o clínico Heitor Pragner Fróes²⁵⁵ procuravam, a partir de um discurso que enfatizava as necessidades de se reformular as antigas bases do casamento, reajustá-lo aos princípios higienistas disseminados no período; que propunham, sobretudo, civilizar o amor.²⁵⁶

Portanto, como vimos, ao mesmo tempo em que circulavam na *Revista Feminina* as ideias de Chrysanthème a respeito do casamento, o periódico em questão também trazia outros posicionamentos disseminados nessas primeiras décadas do século XX; como o da Igreja Católica que não aceitava a dissolução desse importante sacramento religioso e os

²⁵³ Cardeal Arcoverde, “Um fator de dissolvimento social: o divórcio”. *Revista Feminina*, agosto de 1923.

²⁵⁴ O psiquiatra e também escritor, Antônio Austregésilo Lima, dedicou um capítulo de seu trabalho *O perfil da mulher brasileira* à educação dos instintos amorosos femininos e ao fortalecimento dos laços amorosos no interior do casamento, o qual somente seria possível por meio de sentimentos brandos e de um amor higiênico e controlado. Cf. “O perfil da mulher brasileira”. *Revista Feminina*, outubro de 1920. Mais tarde, em 1934, ele publicava o livro *Comportamento Sexual*, no qual desenvolvia adequadamente essas questões. Cf. “Comportamento Sexual”. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, Vol III, 1945.

²⁵⁵ Médico e intelectual, nascido em 25 de setembro de 1900, cujo trabalho fora de grande prestígio no Estado da Bahia durante a primeira metade do século XX. Pertenceu à Academia de Letras da Bahia, pela qual desenvolveu e publicou vários de seus trabalhos como poeta e cronista. Além dessa, pertenceu também à Academia de Medicina da Bahia, pela qual traduziu diversas obras médicas e redigiu seu principal trabalho; *Lições de Medicina Tropical*. Cf. <http://medicosilustresdabahia.blogspot.com/2011/02/160-heitor-pragner-froes.html>. Material consultado em setembro de 2011.

²⁵⁶ Para saber mais sobre os propósitos higienistas do início do século XX confira, MATOS, Maria Izilda. *Op.cit.*

discursos médicos e higienistas que viam no matrimônio a oportunidade de reforçar a sua importância para o patrimônio biológico da nação.²⁵⁷

Assim como o pronunciamento das escritoras citadas, a escritora portuguesa Ana de Castro Osório²⁵⁸ também participava do debate existente nessas páginas da *Revista Feminina*²⁵⁹, apregoando suas propostas acerca da emancipação feminina, todavia, com o enfoque um pouco direcionado ao contexto de Portugal.

Os pais já contam hoje em Portugal com a instrução das raparigas, como contam com as dos rapazes e pensam muito bem, que não havendo hoje nada certo nem como fortuna nem como posição social, o melhor dote que podem deixar às filhas é um curso que as habilite a ganharem, a todo tempo, a sua vida sem sacrifícios nem vergonhas escusadas. Não é, pois, a cultura que nos vai faltando, (...) o que em primeiro lugar falta, em geral, à mulher portuguesa, é o amor ao trabalho libertador e o orgulho da sua personalidade moral.²⁶⁰

Muito aclamada pelo movimento feminista português²⁶¹, Ana de Castro Osório tinha uma vasta experiência de colaboração com a imprensa de seu país²⁶². No Brasil, convidada

²⁵⁷ SILVA, Cleusa Gomes da. *Op.cit.* p.119.

²⁵⁸ Membro de uma família da aristocracia portuguesa – filha única do juiz e bibliófilo João Batista de Castro e de Mariana Osório de Castro Cabral, descendente do Governador de Macau – Ana de Castro foi instruída no ambiente doméstico por seus pais, pelo qual teve acesso às novas ideias que se alastravam pela Europa e que aos poucos ganhavam adesão em Portugal. Acompanhando a família, passou a residir em 1895 na cidade de Setúbal, onde assumiu aos 23 anos a carreira de escritora, publicando as suas primeiras crônicas no jornal semanal *A Mala da Europa*. Foi também nessa cidade que começou a compilar contos populares portugueses, publicados sob o título *Para as Crianças*. Graças ao sucesso desse trabalho, Ana de Castro, ainda hoje, é identificada como uma das fundadoras da literatura infantil em Portugal. Ainda em Setúbal, casou-se, no ano de 1898, com o poeta e republicano Francisco Paulino Gomes de Oliveira. A partir do seu casamento, influenciada pelas causas sociais e políticas de seu marido, Ana de Castro Osório começou a dedicar-se também às essas lutas, porém com um enfoque distinto; preocupava-se com a condição feminina do entresséculos e, por meio de sua militância política na causa, propunha que se rompessem as limitações cívicas, literárias e políticas em torno das mulheres portuguesas da época. Cf. SOUZA, Antonio Ferreira de *et.alli. Dicionário no feminino: séculos XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p.90.

²⁵⁹ No que concerne a contribuição de Ana de Castro Osório na *Revista Feminina* podemos observá-la em dois momentos distintos; no primeiro deles, entre 1918 e 1921, a escritora colaborava como uma espécie de correspondente internacional e informava os avanços do feminismo português para as leitoras da seção *Vida Feminina*. Noutro momento, a partir de 1924, Ana de Castro, regressando ao Brasil para proferir uma série de conferências no Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, retoma seus contatos com a *Revista Feminina* e assume a seção *A Questão Feminina*, além de oferecer, por vezes, artigos e crônicas que abordavam, sobretudo, a questão da emancipação feminina. Até o último exemplar referente ao ano de 1935 ainda é possível constar a frequente colaboração da escritora.

²⁶⁰ Ana de Castro Osório, “Educação Feminina”. *Revista Feminina*, abril de 1927.

²⁶¹ Em 1905 publicou a obra pioneira do movimento feminista português, *As Mulheres Portuguesas*, considerada como pilar da luta pela transformação da condição feminina nesse país. Cf. SOUZA, Antonio Ferreira de *et.alli. Op.cit.*, p.91.

²⁶² Empenhada na divulgação dos ideais feministas, bem como da sua literatura, Ana de Castro Osório colaborou regularmente com a imprensa diária portuguesa. *Ibidem*. p.92.

a atuar na *Revista Feminina*²⁶³, a escritora também se dirigiu às mulheres estimulando-as aos estudos que as capacitassem para o desenvolvimento de uma profissão.

A beleza passa e o trabalho fica. Motivo porque todas as mulheres devem ser hoje educadas para produzirem trabalho e com ele adquirirem a sua independência econômica, única, verdadeira, duradoura e respeitada. É, pois, o ponto de partida para qualquer caminho por onde tenham de dirigir os seus passos o terem uma educação profissional (...).²⁶⁴

Concordava com a responsabilidade feminina na educação dos filhos, no entanto, afirmava que esse não seria o único papel realizável pela mulher.

O dizermos que a mulher deve exercer dentro da sua sociedade a sua mais bela função moral como educadora e dirigente, mantendo em suas mãos delicadas o coração das crianças (...), de modo a preparar as gerações de amanhã para um destino melhor elevando o nível intelectual e moral da sociedade, não quer significar que essas mulheres educadas e dirigentes morais sejam sempre mães!²⁶⁵

De acordo com sua opinião, a maternidade, assim como o casamento, não deveria restringir a atuação feminina em outros setores, como o exercício profissional longe dos recônditos do lar. Nesse sentido, sua crítica mais comum atacava os homens, acusados de subjugar suas esposas ao lugar de escravas domésticas.

Uma das causas que tornam o profissionalismo feminino uma questão irritante e das mais complicadas na moderna crise social é a falta de apoio, de solidariedade e - diremos até - de inteligência com que os homens, sob o aspecto profissional têm encarado o fato iniludível da entrada da mulher na vida de trabalho (...). É costume de alguns homens de 'má vontade' que não tendo coragem moral necessária para exprimir francamente o seu modo de pensar relativo às mulheres - que não desejariam ver sair nunca do lugar inferior de escravas - hipocritamente, lhes apontam o casamento como sua única função na vida (...).²⁶⁶

A condenação do casamento como a única carreira disponível às mulheres podia ser atribuída, conforme Ana de Castro, à educação deficiente e bastante superficial oferecida pelos pais daquela época, que as tornava incapazes de sobreviver somente dos recursos proporcionados pelos seus próprios esforços. A ampliação da educação formal era,

²⁶³ “A Revista Feminina em Portugal- D. Ana de Castro Osório”. *Revista Feminina*, novembro de 1924.

²⁶⁴ Ana de Castro Osório, “O trabalho da mulher”. *Revista Feminina*, novembro de 1925.

²⁶⁵ Ana de Castro Osório, “Questão Feminina- As mulheres e as crianças”. *Revista Feminina*, dezembro de 1925.

²⁶⁶ Ana de Castro Osório, “O profissionalismo feminino”. *Revista Feminina*, setembro de 1926.

portanto, a principal bandeira sustentada pela autora, sem a qual, muitas mulheres, infelizmente, ainda recorreriam ao casamento, de modo a se esquivar do estigma da “solteirona”.²⁶⁷ Ao criticar a unilateralidade dessa escolha feminina, a escritora defendia que era possível desenvolver livremente as qualidades afetivas das mulheres, deixando-lhes o pleno direito de escolha, o “direito sagrado de amar ou não amar”²⁶⁸, sem que isso significasse um fracasso na vida.

Sem educação profissional que a destine a um trabalho certo e aproveitável, os primeiros e melhores anos da mocidade perde-os a tentar, o que para a mulher de ontem era quase uma certeza e para de hoje é mais do que problemático: o casamento como colocação estável na vida. Nesta situação, sem estudos, moralmente inferior e da qual não era responsável, a mulher não esperava o homem para quem naturalmente o seu coração se inclinaria, mas sim aquele que mais depressa a livrasse do ridículo de ser considerada ‘solteirona’ (...). Quando essa rapariga é inteligente e naturalmente bem equilibrada reconhece com amargura que toda a vã e aparatosa educação que lhe deram, toda a sua desenvoltura que tal vida lhe garante, não conduz a felicidade nenhuma.²⁶⁹

A educação moral e intelectual tornava-se então o novo dote para complementar as suas qualidades naturais. As chamadas “atividades femininas” não deveriam mais ser consideradas como obrigações ou habilidades intrínsecas às mulheres, mas sim como um dom a ser aperfeiçoado, se essa fosse a escolha.

As chamadas ‘prendas femininas’ que eram uma das mais inúteis e desgraciosas maneiras de cometer esse crime [a submissão masculina] são hoje coisas tão fora do nosso tempo e do gosto geral, que os vemos espantosos certas obras que consumiram anos de paciência feminina estragando os olhos das pobres meninas que dentro de casa tinham de ‘matar o tempo’ enquanto não entrassem na vida pela porta do casamento. Nessas inutilidades, acompanhadas do torturante piano, como prenda de sala, se consumiram anos e vidas que muito poderiam ter produzido para aumentar o tesouro coletivo da arte, que está tanto no que diretamente pertence a todos, como no que momentaneamente se guarda no poder individual.²⁷⁰

²⁶⁷ Sobre o assunto, confira FONSECA, Cláudia. “Solteironas de fino trato: reflexões em torno do (não) casamento entre pequeno-burguesas no início do século XX”. In: *Revista Brasileira de História*, v.9, nº 18, agosto-setembro 1989, p.99-120.

²⁶⁸ Termo empregado pela autora no seu livro *Às Mulheres Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.

²⁶⁹ Ana de Castro Osório, “O trabalho profissional da mulher”. *Revista Feminina*, março de 1926.

²⁷⁰ Ana de Castro Osório, “As pequenas indústrias artísticas.” *Revista Feminina*, março de 1926.

A educação profissional mostrava-se também de grande importância para a escritora; seria por meio desse estudo que as mulheres se preparariam para o desempenho de seu verdadeiro papel social.

Não saindo do âmbito em que nos temos querido limitar, do ponto de vista do trabalho feminino, o que se nos depara em matéria de ensino profissional, que dirija para o seu verdadeiro e grande papel social da nossa mulher? Pois não será o primeiro problema a resolver numa sociedade que quer progredir, o da educação e instrução das suas mulheres, que são a base estável, segura e continuadora da Nação? Qualquer legislador, qualquer governante que tomasse bem a sério o difícil encargo de criar para um melhor futuro o país não deveria pôr diante dos olhos este simples problema: Qual é o papel da mulher moderna na sociedade? E como a solução é clara como água, concluiria: Educar e preparar a família laboriosa, morigerada e culta, que se faz necessária (...).²⁷¹

Ana de Castro Osório parabenizava, portanto, aquelas mulheres que se interessavam pelos estudos e ao mesmo tempo, apontava esses exemplos como motivação e também como conforto para as que ansiavam pela emancipação.

A mulher advogada foi uma inovação da última metade do século XIX, pois mesmo através da história só em casos esporádicos, vemos algumas mulheres envergando trajes masculinos frequentar as Universidades (...). De fato, em Portugal, a faculdade de Direito, só há poucos anos, só mesmo após a República, é que se abriu a frequência feminina. (...) Em Portugal não podemos ainda afirmar nem negar-lhe essas qualidades [eloquência e retórica], mas já na França, onde a luta tem sido violenta e a resistência dos colegas muito áspera, vemos hoje uma advogada secretária da ‘Conferência’ nos tribunais de Paris. (...) A sua eloquência admirou e seduziu seus julgadores e venceu os mais severos críticos. (...) Tenhamos, porém, confiança e as novas gerações justificarão o nosso esforço e compensarão a nossa fé.²⁷²

Portanto, podemos observar que Ana de Castro Osório proporcionou à *Revista Feminina* uma grande variedade de textos, pelos quais conseguia expor, de maneira bastante clara e coesa, as propostas - também discutidas por outras escritoras do período - acerca da emancipação feminina.

Para alcançar este fim, será necessário que todos se juntem no mesmo propósito de finalidade interessante e honesta: as mulheres estudando e preparando-se para

²⁷¹ Ana de Castro Osório, “Escolas Profissionais e Domésticas”. *Revista Feminina*, fevereiro de 1926.

²⁷² Ana de Castro Osório, “Profissionalismo intelectual feminino- A mulher formada em direito”. *Revista Feminina*, outubro de 1928.

serem fatores úteis num trabalho condizente com suas forças e aptidões; os pais reconhecendo que o futuro das filhas lhes deve merecer tanto cuidado como o dos rapazes para o fato de as dotarem com uma profissão remuneradora que as ponha ao abrigo das terríveis contingências da vida; os dirigentes e administradores do Estado abrindo escolas necessárias para o desenvolvimento dum profissionalismo feminino inteligentemente orientado; e ainda da iniciativa particular que mais rapidamente pode solucionar os casos existentes com seriedade e energia (...).²⁷³

A crítica feminina

Por meio da oportunidade que tinha de escrever em importantes veículos da época, Júlia Lopes adquiriu uma maior envergadura para refletir diretamente acerca dos acontecimentos e das dificuldades do período. N' *O País*, sua coluna do canto esquerdo da primeira página se estendeu por muitos anos, utilizando uma linguagem simples, pela qual a escritora debatia os temas que sondavam o comportamento político e social, sobretudo no que dizia respeito às questões em torno da condição feminina da época.

Essa coluna semanal de crônicas²⁷⁴ serviu de tribuna para dar seguimento à missão de instruir e informar o seu público leitor. Com um tom coloquial, porém assertivo, as crônicas de Júlia Lopes se dirigiam ao público, sobretudo o feminino, a fim de promover um debate acerca dos assuntos na pauta do dia da sociedade brasileira de então. Nesse período, a cidade do Rio de Janeiro vivia um clima de contradição entre as reformas urbanísticas que tinham o intuito de inserir o aspecto de modernidade no Brasil e as necessidades objetivas da população mais pobre que antes habitavam esses espaços. Diante desses fatos, a escritora Júlia Lopes de Almeida se posicionava a favor da preservação do morro de Santo Antônio²⁷⁵ e conclamava, em sua coluna, a população para unir-se perante dessa luta.

²⁷³ Ana de Castro Osório, “O trabalho profissional da mulher”. *Revista Feminina*, março de 1926.

²⁷⁴ Essa não foi a sua primeira contribuição n' *O País*, a mesma se deu no ano de 1884, por meio da publicação de contos. Já sua última colaboração é constatada em 1934, mesmo ano de seu falecimento.

²⁷⁵ A polêmica girava em torno do possível arrasamento do morro de Santo Antônio; o qual, por conta das péssimas condições de saneamento em que se encontravam os moradores desse espaço, foi visado por alguns grupos internacionais com interesses de especular imobiliariamente o local após a sua demolição. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Quem me ajudará a defender este formoso morro de Santo Antônio da ameaça de morte com que o afligem agora? Será possível que toda a gente desta cidade maravilhosa seja indiferente à beleza e ao futuro deste sítio de tão pitoresca topografia, a ponto de consentir, sem reflexão nem tino, no seu arrasamento? (...) Arrasá-lo por quê? Ele (o morro) não prejudica em nada a higiene da cidade, não encobre belezas nem abafa o ar. Os seus inconvenientes não são por culpa sua, mas pelo criminoso desmazelo em que o conservam os poderes públicos.²⁷⁶

Por meio do espaço que lhe era prenotado nesse veículo de grande imprensa, Júlia Lopes expressava sua ousadia em contestar a disposição política da sociedade de sua época. A respeito da inserção feminina no campo da política, a autora se justificava no texto,

Mas, diga-me: quando uma criatura está dentro de um círculo em que ao menor dos seus gestos esbarra com as mãos nas correntes afoleguecidas (sic) da política, em que ao menor esforço dos seus pulmões aspira um ar saturado de ameaças políticas, e onde ao mais rápido relançar de seus olhos descortina visões políticas que as entristecem, de que poderá falar essa criatura? Do solo, das estrelas, das coisas divinas, imutáveis e serenas que lhe povoam o espírito, sonhos e a alma de bons desejos? Não! (...) Quem vive hoje no Rio de Janeiro, seja homem ou mulher, criança, moço ou velho, há de fatalmente imiscuir-se na onda turva da política (...).²⁷⁷

Na *Revista Feminina*, suas críticas foram exercidas em torno da futilidade feminina. Em *As mulheres pensam...* através de uma voz literária masculina, o narrador tecia reprovações à parcela feminina que, por conta de uma preocupação exagerada com o vestuário, privava-se do convívio com os amigos.

Que refinada tolice, deixar de ir dançar e comer (...) só por que não tem senão um vestido, já muito visto e demais a cor de rosa? Não posso deixar de me rir. A presunção de algumas mulheres é que a sua imagem fique estampada na memória do que as vêem de longe em longe, com todos os lacinhos e todas as bugigangas com que se enfeitavam em tal ou tal ocasião. Quem se lembrará se ela foi à última festa do Jonathas de roxo, de verde ou de encarnado? Nem eu, nem ele, nem ninguém...Um verdadeiro vício nas mulheres esta preocupação ridícula de 'toaletes'! Ah! mas os vícios corrigem-se com o critério, e combatem-se à força de vontade.²⁷⁸

²⁷⁶ Júlia Lopes de Almeida. "Crime premeditado". *O País*, 02 de fevereiro de 1910.

²⁷⁷ Júlia Lopes de Almeida. "Dois dedos de prosa". *O País*, 27 de fevereiro de 1912.

²⁷⁸ Júlia Lopes de Almeida, "As mulheres pensam..." *Revista Feminina*, junho de 1917.

Em *Males do estio*²⁷⁹, a autora ironizava novamente a excessiva vaidade de certas mulheres. Nesse pequeno conto, a personagem feminina se preocupava tanto com o chapéu novo de 95 mil réis, durante um passeio com seu marido, que acabou obrigando tal rapaz a desprender mais de 150 mil réis só para protegê-los, ela e o chapéu, ao longo do dia.

Ao depararmos com esse material de Júlia Lopes de Almeida, percebemos o tratamento diferenciado com que a escritora abordava as questões nacionais de sua época. Numa combinação de avanços e recuos, a autora, ao mesmo tempo em que avançava em torno das denúncias sobre o estado de desamparo de certos aspectos essenciais à sociedade, como a saúde e a educação; exprimia também um discurso mais condizente com a classe média em formação, enfatizando certos valores sócio-culturais – como o amor materno e a moral feminina – regularmente disseminados por essa camada social. Observando tais características da escritora, podemos afirmar que Júlia Lopes, na posição de mulher pública e escritora, possuía consciência da labilidade do seu lugar no mundo jornalístico e literário de sua época, de tal modo que; para conservar o seu reconhecimento dentro do espaço público seletivo e bastante vulnerável da imprensa, ela optou por se manter “nas fronteiras que margeavam o público e o privado, graças a sua maneira inteligente, criativa e sutilmente dissimulada de estar na sociedade brasileira” do entresséculos.²⁸⁰

Sem integrar as redes de influências que circundavam o universo literário das décadas de 1920 e 1930, Chrysanthème alcançou, por meio de sua competência e habilidades com a escrita, um notável espaço na *Revista Feminina*, no qual atuava constantemente em nome das causas femininas. Além disso, assumiu na grande imprensa uma posição de destaque pelo jornal *O País*, pelo qual manteve entre os anos de 1914 a 1937 – apesar da suposta proteção de Alcindo Guanabara²⁸¹ – uma série de colunas semanais, em que publicou contos, traduções e, sobretudo, crônicas. Durante as segundas-

²⁷⁹ Júlia Lopes de Almeida, “Males do estio.” *Revista Feminina*, março de 1918.

²⁸⁰ MOREIRA, Nadilza M. de B. “A crônica de Júlia Lopes de Almeida dialoga com o projeto de modernidade do Brasil Republicano”. In: *Terceira Margem*. Rio de Janeiro, n°20, janeiro/julho 2009, p.185.

²⁸¹ De acordo com Maria de Lourdes de Melo Pinto, Chrysanthème manteve um caso com Alcindo Guanabara (influyente jornalista e político do período) até o seu falecimento em agosto de 1918. Tal relacionamento extraconjugal (Alcindo Guanabara era casado e de família constituída) teria prejudicado muito a imagem da escritora, pois, por muito tempo, insinuavam que sua entrada na imprensa seria apenas resultado de um intermédio político dessa importante figura. Cf. PINTO, Maria de Lourdes de Melo. *Op. cit.* p.68.

feiras, imiscuía-se no meio jornalístico, através da sua coluna *Palestra Feminina*²⁸² – espaço de sua exclusividade – e pronunciou-se a respeito das questões sócio-políticas da época.

Seu livro *Memórias de um patife aposentado*²⁸³ também fazia parte dessa categoria de críticas. Nessa estória, o narrador Serapião contava, em primeira pessoa, a sua trajetória de vida; um migrante nortista que vivia no Rio de Janeiro sustentando-se de pequenos roubos e/ou de golpes em suas amantes. A imagem desse anti-herói ganhou ainda mais tom de crítica a partir do momento em que esse “patife” tornou-se cronista de *O Globo*, órgão pelo qual estreitava suas redes de contatos e compunha artigos sobre eventos sociais que não era convidado. Serapião, após casar-se por conveniência com uma importante figura da elite carioca, ascendia notavelmente de status; no entanto, seu caráter permanecia inescrupuloso. Cultivava um caso com a empregada da casa, que por sua vez o traía com seu próprio motorista e, além disso, instruía seu filho, desde muito pequeno, a roubar, pois, “roubar muito e com sucesso é trabalhar”.

O alvo da crítica proposta pela autora nessa obra foi a sociedade como um todo, sem distinção de gênero. Ao mesmo tempo em que relatou o execrável submundo urbano por onde Serapião andava, também nos mostrou o seu panorama aterrador sobre os salões da elite, ambos os espaços de uma cidade degenerada pela ausência de ordem²⁸⁴. Seu notório cinismo e o tratamento impiedoso que dava ao homem e à mulher distanciam-na da postura conciliatória assumida, por exemplo, pela literatura de Júlia Lopes de Almeida. De acordo com Maria de Lourdes Eleutério²⁸⁵, a independência com que conduzia seus argumentos a aproximava da produção de João do Rio, autor de críticas mordazes à vida mundana do Rio de Janeiro de 1920.²⁸⁶

²⁸² Chrysanthème iniciou sua atuação no periódico *O País* a partir do ano de 1911, com apenas alguns títulos na coluna *Conversa Feminina*, a qual dividia com outros colaboradores. Somente na edição do dia 15 de junho de 1914, essa coluna veio a se transformar em *Palestra Feminina*, de sua exclusiva autoria, perdurando até 1º de agosto de 1921 *Ibidem*. p.134.

²⁸³ Chrysanthème. *Memórias de um patife aposentado*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1924.

²⁸⁴ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Op.cit.* p.249

²⁸⁵ *Ibidem*. p.252.

²⁸⁶ Segundo Maria de Lourdes de Melo Pinto, João do Rio e Chrysanthème mantinham laços de amizade consolidados pela figura de Carmen Dolores, com a qual João teria convivido durante seus anos de atuação no periódico *O País*. Cf. *Op.cit.* p.175.

Chrysanthème também registrou suas críticas políticas nas páginas da *Revista Feminina*. Na crônica *Pedra que rola*, a autora condenava os gastos excessivos com a visita do rei Alberto²⁸⁷,

É o povo então que vai pagar as somas gastas com a visita do rei Alberto, visita em que ele foi constantemente posto de lado no meio de tanto complicado protocolo, de tanta aristocracia linha defensiva, de tanta fidalga atitude?

Criticava a indolência do governo em contornar a crise econômica que afetava todas as camadas da sociedade,

Numa confusão extrema, numa anarquia convulsiva foram votados novos impostos que sugarão o povo, o aumento de subsídio que engordará ainda mais a bolsa dos congressistas, as ameaçadoras leis que amarrarão o nosso congresso e a nossa indústria que os farão naufragar de vez. (...) Acima da desgraça de todo um povo, acima da ruína de toda classe, acima do interesse da Pátria, sobrenadou a vontade de um só homem.²⁸⁸

Concluindo, convocava a todos, sem distinção de gênero, para que em luta, se unissem contra os abusos que afligiam à pátria.

Nesta hora grave, hora triste que badala o sino da miséria e do combate ao pão, congreguemo-nos todos, homens e mulheres, unidos firmes certos da vitória! (...) É a fome, é a ruína, é a revolta, que avançam para nós mascaradas em determinações legislativas, em vontades presenciais, em soluções governamentais. (...) Nunca questão tão séria mereceu maior interesse de todos os brasileiros... A nossa luminosa e grande Pátria é uma pedra que rola.²⁸⁹

Vale lembrar que os pronunciamentos de Chrysanthème na imprensa não ficaram imunes da crítica masculina. Na *Revista Feminina* foi possível notar em 1921²⁹⁰ a polêmica trazida, por esse autor, pelo formato de carta, a respeito da abordagem de Chrysanthème sobre a incapacidade masculina em conservar o amor.

²⁸⁷ Sobre a visita da Coroa belga ao Brasil, confira o segundo capítulo do livro de CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

²⁸⁸ Chrysanthème, “Pedra que rola”. *Revista Feminina*, fevereiro de 1921.

²⁸⁹ *Ibidem.*

²⁹⁰ Lygio, “Em carta- à Chrysanthème”. *Revista Feminina*, janeiro de 1921.

Apontais ainda uma contribuição da campanha feminista, pelo afã em que essa se mostra empenhada na demonstração matemática da igualdade da mulher para o homem. Essa demonstração sabeis que não se fará e pela simples razão de que eles são diferentes, de que essa igualdade não existe, havendo quando muito, equivalência. Daí decorre que, aceitando pela vossa doutrina, a incapacidade masculina para a conservação do amor, pela razão que apontais, que o homem enfara-se logo de tudo que lhe parece fixo e lógico, poderemos talvez ainda ressalvar para a mulher, essa capacidade de amar, por um amor verdadeiro e que sendo racional e humano, tenha a suprema virtude de não enfarar o homem. (...) Tenho, pois muita fé na finalidade do esforço e da verdadeira missão da mulher que é a de coadjuvar as mais nobres missões do homem, amando-o muito e duradouramente, como mãe, como esposa, como irmã e até como simples amiga e conselheira.²⁹¹

Em 1928, a discussão girou em torno do sucesso que as críticas de Chrysanthème alcançavam na imprensa.

Mme. Chrysanthème tem o hábito incorrigível de julgar as senhoras brasileiras por si. Ora, é corrente que em meio a dissolução de costumes que caracteriza a hora presente do mundo a mulher brasileira - alma e enlevo do lar brasileiro - mantém a severa tradição de honestidade, que e como uma parte integrante do seu eu, e a cerca de uma aréola de graça e pureza. Claro que se não pode argumentar com exceções do estofado arruinado da trefega escritora, que entrou agora, para ganhar uma evidência pouco invejável, a caluniar a suas patrícias, que não tem culpa de serem mais belas, mais graciosas, mais atraentes do que ela.²⁹²

Não foi possível localizar nos exemplares disponíveis para pesquisa qualquer registro de resposta da autora às críticas masculinas que assolavam sua argumentação. Entretanto, podemos acreditar que essas em pouco afetaram o exercício literário da escritora, pois ela continuava, sistematicamente a publicar seus artigos e crônicas a respeito da emancipação feminina.

Outro tema levantado pela autora que merece ainda nosso destaque, foi o sistema de condenação de criminosos daquela época. A autora, em sua crônica *A grande virtude*, narrou o episódio presenciado durante a visita a um presídio na cidade do Rio de Janeiro e, alegando que a bondade seria a principal virtude dos seres humanos, solicitava a colaboração de suas leitoras.

²⁹¹ Lygio, “Em carta- à Chrysanthème”. *Revista Feminina*, janeiro de 1921.

²⁹² Leôncio Correia, “Abolos!”. *Revista Feminina*, maio de 1928.

(...) no dia 13 de maio, assistindo à missa celebrada na nossa Penitenciária da rua Frei Caneca e contemplando o rebanho de presos que, de olhos tristes e dorso inclinado, se aglomeravam. (...) O meu olhar corria da imagem divina aos rostos perturbados dos sentenciados que a justiça dos homens retirara do mundo. Em fila, e em branco e simples uniformes, as filhas desses desgraçados, asiladas na casa santa de Nossa Senhora da Pompéia (...). A caridade pousa sobre o teto desse asilo, implorando àqueles que a Bondade alargou os olhos e engrandeceu o coração, uma esmola para que as criancinhas, órfãs e tocadas, não morram de fome e sem abrigo.²⁹³

Características como descaso e, sobretudo, a futilidade feminina, também foram fixamente recriminadas pela cronista por terem “cortado o vôo de muito espírito generoso e são, que poderia erguer-se muito alto, se não fossem esses pesos de má qualidade que o atraem e o prendem a terra.”²⁹⁴ De acordo com a escritora, o público feminino deveria assumir uma postura forte e confiante, para que a sociedade pudesse contar “com a mulher de outra maneira, que não a boneca de vitrine,(..) e assim, tecer leis que as protejam, que as imponham e que recompensem realmente a atividade, a energia e a coragem por elas despendidas.”²⁹⁵

No entanto, a luta pelo direito político feminino foi um tema bastante repreendido pela autora. Muito embora Chrysanthème oferecesse todo o seu apoio para a causa feminina, a escritora posicionava-se de maneira crítica diante da luta feminina pelo direito ao voto.

(...) na atualidade a política tornou-se a maçã paradisíaca, que tanto atrai a atenção e acirra o apetite feminino. (...) Fatigadas da maternidade, preocupação que dura do berço ao túmulo, as damas sentem-se espedadas pelo desejo agudo de mostrar, ao mundo, as suas altas capacidades e os seus elevados dotes de perspicácia e de engenhos políticos. (...) Ignoro, até hoje, se a mulher é mais inteligente do que o homem ou superior a ele, julgando, todavia, que para o equilíbrio natural do universo, ela é diversa do mesmo, talvez mais esperta, certamente, mais impulsiva. Emotiva por temperamento, sentimental por hereditariedade, a mulher moderna entrevêem no triunfo deste ramo [a política] com a nova forma de demonstrar a sua soberania e a sua evolução. Não possuindo, entretanto, as artimanhas do sexo que ela quer imitar, o seu trabalho pode tornar-se contraproducente e, não raro, prejudicial.²⁹⁶

²⁹³ Chrysanthème, “A grande virtude”. *Revista Feminina*, março de 1921.

²⁹⁴ Chrysanthème, “A mulher moderna”. *Revista Feminina*, maio de 1920.

²⁹⁵ *Ibidem*.

²⁹⁶ Chrysanthème, “A questão do voto feminino”. *Revista Feminina*, janeiro de 1921.

Tal pronunciamento de Chrysanthème não permaneceria, por muito tempo, sem uma resposta, e essa veio de Bertha Lutz, a líder feminista e presidente da *FBPF*.

Ouso esperar boa acolhida às palavras que se seguem, já que tratam não da defesa de uma pessoa, mas de uma ideia discutida na sua folha, de uma ideia que, aliás, vem conquistando todo mundo civilizado, pois corresponde a uma elevada aspiração. Sugeridas pelas objeções apresentadas contra o voto pela ilustrada escritora Chrysanthème, cujas brilhantes qualidades reconheço, nelas não procuro de modo algum contrariar o direito que a todos assiste de se manifestarem em um ou outro sentido sobre uma questão que surge. Destinam-se apenas a esclarecer o ponto de vista feminista que defendemos e de evidenciar certos aspectos da questão, cuja compreensão serve de demonstração de que se as mulheres de todos os países reclamam o direito, o fazem na certeza de ser um poderoso meio de progresso social. (...) Obtendo o voto favorável de muitos republicanos ilustres, (...) um movimento que tem encontrado precursoras não só no Ocidente, (...) mas entre as mulheres do Oriente (...) um ideal de colaboração, de justiça, ao quais milhares da sua juventude, da sua inteligência e do esforço, não é um capricho, um desvario; não é um capricho, um desvario; não merece ser rejeitado levianamente, como um mero acessório de ‘toalete’, um colar de contas, um par de luvas, ou um chapéu...²⁹⁷

Não há relatos na *Revista Feminina* de que Chrysanthème tenha respondido a argumentação defendida por Bertha Lutz. Todavia, sabemos que Chrysanthème não deixou de propagar a sua posição contrária ao exercício desse direito político, mesmo com a conquista do direito ao voto em 1932.

(...) a mulher moderna é tão curiosa da política como o é das modas (...). A novidade do papel a seduz, é verdade, de modo empolgante e a curiosidade de saber o que existe de fato dentro dele a impele muitas vezes a exagerar o seu interesse, desnortando assim a sua visão e ação.²⁹⁸

Podemos afirmar que na *Revista Feminina*, assim como na grande imprensa e também nos romances escritos, foi possível observar o trabalho de algumas vozes dissonantes a fim de abordar a condição feminina de sua época. Independente da postura conciliatória de Júlia Lopes de Almeida, ou da acalorada contribuição de Chrysanthème, constatamos na *Revista Feminina* pronunciamentos políticos que acreditavam que na associação do exercício profissional com uma educação de qualidade estariam os principais recursos para a almejada emancipação feminina. A partir desse novo olhar para a educação

²⁹⁷ Bertha Lutz, “O direito do voto”. *Revista Feminina*, fevereiro de 1922.

²⁹⁸ Chrysanthème, “A mulher e a política”. *Revista Feminina*, fevereiro de 1935.

dada às mulheres de classe média e alta no início do século XX, podemos então contestar uma historiografia que há muito enxerga a imprensa feminina como um espaço encerrado aos debates circunscritos aos recônditos de uma vida privada. Ao menos na *Revista Feminina*, encontramos, regularmente, um canal de pronunciamentos femininos que destoavam e enfrentavam os discursos e imposições normativas.

Capítulo III

A luta pela emancipação política: a Revista Feminina e a campanha pelo sufrágio feminino

Feminismo: história e historiografia

Como vimos no capítulo anterior, ao longo das primeiras décadas do século XX, muitas mulheres engajadas se destacaram naquela que seria a “terceira onda”²⁹⁹ da movimentação feminina; a luta pela melhoria da educação, pelo direito de atuarem no mercado de trabalho – não apenas como professoras, mas também no comércio, nas repartições públicas, nos hospitais e nas indústrias- e, sobretudo, pelo sufrágio feminino.

Na historiografia do movimento feminista foram muitas as críticas à maneira como o sufragismo brasileiro encaminhou a luta das mulheres por direitos. Susan Besse³⁰⁰, por exemplo, considera que as sufragistas contribuíram para a modernização das relações de gênero, sem alterar, fundamentalmente, a organização da desigualdade social e política daquele período.³⁰¹ Branca Moreira Alves³⁰² ressalta que a conquista do direito ao voto não modificou a condição feminina no Brasil, pois o evento em si não foi capaz de criar uma autoconsciência que as fizesse questionar a sua própria inferiorização social e as relações

²⁹⁹ Segundo Constância Lima Duarte, a história do movimento feminista brasileiro pode ser dividida em quatro momentos distintos, ou “ondas”, como nomeia a autora. A primeira começaria em meados do século XIX, mais especificamente em 1830, com a campanha pela educação feminina liderada por Nísia Floresta. A segunda, teria ocorrido em 1870, graças à proliferação de jornais e revistas que abordavam e também incentivavam as lutas femininas, sobretudo pelo voto e pela instrução. Com a chegada do século XX e com o crescimento da imprensa feminina, o movimento feminista nessa terceira etapa buscava a conquista da cidadania pelos seus direitos civis e políticos. Por fim a quarta e última onda relatada, corresponderia aos anos 1970, momento em que o movimento feminista posicionava-se contra a discriminação do sexo, a ditadura, a censura e a favor da revolução sexual feminina. Ainda de acordo com Constância Duarte, durante a terceira onda do feminismo, (1910-1930), as mulheres engajadas reivindicavam a conquista de quatro direitos: o direito ao ensino superior, ao exercício de uma profissão, ao divórcio e ao voto. Cf. DUARTE, Constância. *Op.cit.* p.161.

³⁰⁰ BESSE, Susan. *Op.cit.* p.182.

³⁰¹ *Ibidem*

³⁰² ALVES, Branca Moreira. *Op.cit.* p.155.

de dominação nas quais estavam inseridas.³⁰³ Ainda nesse sentido, June Hahner³⁰⁴ afirma que o movimento sufragista brasileiro fez-se, em grande parte, conservador, uma vez que, evitando contrapor-se à sociedade e à família, ele se tornava bastante aceito e respeitado pelas elites governantes.³⁰⁵

A despeito dessas interpretações, Rachel Soihet³⁰⁶ defende que as estratégias desenvolvidas pelas sufragistas brasileiras foram cuidadosamente adaptadas ao contexto de uma sociedade atravessada por valores e relações patriarcais. Ao optarem por uma medida mais adequada para alcançar seus objetivos, essas mulheres distanciavam-se das mobilizações violentas utilizadas pelas *suffragettes* inglesas, mas nem por isso a expressão política de suas reivindicações foi menos visível. Nesse sentido, e baseando-me no raciocínio de Soihet, entendo a imprensa feminina como um lugar onde as sufragistas brasileiras organizaram a luta pelo voto feminino. Bertha Lutz³⁰⁷, por exemplo, uma das mais importantes lideranças dessa campanha, empenhou-se, categoricamente, em apresentar e discutir, por meio dessa imprensa³⁰⁸, as propostas desse movimento às mulheres no Brasil.

A partir de 1918, Bertha Lutz propôs uma campanha intensa em torno dos direitos políticos femininos. No dia 28 de dezembro daquele ano, por meio de carta à *Revista da Semana*³⁰⁹, Lutz lançou a sua campanha e ainda se dispôs a desenvolver uma associação que pudesse canalizar todos os esforços femininos por essa causa.

Estive na Europa durante a guerra, passei na Inglaterra e na França os dias trágicos que precederam a vitória. O esforço das mulheres foi admirável, foi heróico. (...)

³⁰³ ALVES, Branca Moreira. *Op.cit.* p.155.

³⁰⁴ HAHNER, June. *Op.cit.* p.366.

³⁰⁵ *Ibidem.*

³⁰⁶ SOIHET, Rachel. “Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. *Labrys- estudos feministas*. Brasília, v.2, nº1, julho-dezembro 2002, p.

³⁰⁷ Bertha Maria Julia Lutz, 1894-1976, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do consagrado infectologista Adolfo Lutz, graduou-se em Ciências Naturais na Sorbonne em 1918; mesmo ano em que retornou ao Brasil e, conectada com os movimentos sufragistas internacionais, decidiu encabeçar essa luta no país. Em 1919 assumiu também o cargo de naturalista no Museu Nacional, tornando-se a segunda mulher a entrar para o serviço público no Brasil. Cf. SOUSA, Lia Gomes Pinto de Sousa; SOMBRIO, Mariana e LOPES, Maria Margareth. “Para ler Bertha Lutz”. *Cadernos Pagu*, nº24, janeiro-junho de 2005, p. 315-325.

³⁰⁸ Segundo Rachel Soihet, Bertha Lutz atuou intensamente durante as décadas de 1920 e 1930 na imprensa feminina, principalmente, na *Revista da Semana*, *Fon-Fon* e na *Revista Feminina*, e também na grande imprensa – em jornais tais como *O País*, *Jornal do Comércio*, *Diário da Noite*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil*. Cf. SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

³⁰⁹ “Carta de Bertha Lutz à Revista da Semana”. *Revista da Semana*, 28 de fevereiro de 1918.

Foram esses tão excelentes exemplos que me incitaram a escrever esta carta e propor-lhes canalizar os esforços isolados, para que seu conjunto chegue a ser uma demonstração. Para esse fim, venho propor-lhes fazer um ensaio de fundação de uma liga de mulheres brasileiras. Não proponho uma associação de ‘sufragettes’ para quebrarem as vidraças da Avenida, mas uma sociedade de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitariamente do seu sexo, aproveitando os instintos animais do homem, mas que deve ser útil, instruir-se e a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela.³¹⁰

Em 1919, Bertha Lutz apresentava seus primeiros resultados, com a criação da *Liga para Emancipação Intelectual da Mulher*³¹¹, grupo composto por um número reduzido de mulheres que se conheciam, frequentavam os mesmos espaços de elite e possuíam laços de parentesco, conjugais ou de amizade que facilitavam os seus acessos aos centros de poder, sobretudo à imprensa. A estratégia até então adotada buscava proporcionar maior visibilidade para as demandas femininas e, sempre que possível, essas intelectuais dirigiam cartas aos parlamentares e autoridades, trazendo ao centro dos debates a questão do sufrágio feminino.

Em 1922, a par dos descontentamentos que vinham se manifestando nesse período da República³¹², o feminismo brasileiro, ligado à vertente que priorizava o sufrágismo, alcançava uma significativa proeminência ao fundar a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - FBPF*. Inaugurada oficialmente em 09 de agosto daquele ano, a *FBPF* veio para substituir a *Liga*. Sob a presidência de Bertha Lutz e o apadrinhamento da líder sufragista norte-americana, Carrie Chapman Catt³¹³, a *FBPF* se estabelecia como uma associação abrangente, que reuniria mulheres das mais variadas classes sociais, com o propósito de “coordenar e orientar os esforços femininos no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e

³¹⁰ “Carta de Bertha Lutz à Revista da Semana”. *Revista da Semana*, 28 de fevereiro de 1918.

³¹¹ *Liga para Emancipação Intelectual da Mulher*. Presidente: Bertha Lutz, vice-presidente: Carmem Velasco Portinho. Composta, aproximadamente, de quarenta sócias, tais como Maria Lacerda de Moura, Júlia Lopes de Almeida e XXX que aderiram à organização, que se propunha a promover o reconhecimento da necessidade da conquista feminina por direitos e pela sua participação na vida pública. Cf. SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

³¹² Surge no contexto sócio-político brasileiro, durante a década de 1920, movimentos de descontentamento que se manifestaram por muitos anos da República; foram eles: o Tenentismo, o Modernismo, a criação do Partido Comunista e o desenvolvimento e a consolidação do movimento feminista.

³¹³ Carrie Chapman Catt, feminista norte-americana que, por duas ocasiões, ocupou o cargo de presidente da NAWSA - National American Woman Suffrage Association, fundada em 1890 pelas feministas Elizabeth Stanton, Lucy Stone e Susan Anthony, Washington, DC - em 1900-1904 e posteriormente em 1915-1920. Cf. BESSE, Susan. *Op. cit.* p.190.

tornar-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica quer na vida pública, intelectual e política.”³¹⁴

A *FBPF* também atraiu escritoras como Maria Eugenia Celso³¹⁵ e Júlia Lopes de Almeida,³¹⁶ as quais se preocupavam também com esses aspectos da emancipação feminina. Muitas outras esposas de importantes líderes políticos da época associaram-se a essa organização e puderam contribuir com suas alianças de prestígio e poder, inclusive subsidiando os parlamentares que defendiam as demandas femininas.³¹⁷

Além disso, por meio dessa extensa rede de influências e solidariedades em que se inseriam, foi possível impulsionar a iniciativa feminina em defesa dos seus interesses, pela qual foram criadas novas sucursais da *FBPF*. Surgem filiais da *FBPF* em diversos estados e, ao mesmo tempo, muitas associações assistenciais e profissionais se uniam à organização³¹⁸, promovendo assim um elevado reconhecimento e uma maior visibilidade para a questão defendida pela *FBPF*.

Portanto, a despeito do que a historiografia afirma sobre a mobilização sufragista brasileira, enxergo uma movimentação feminista que, em meio ao preconceito existente daquelas décadas a respeito da atuação feminina no espaço público, foi capaz de se organizar, estruturar suas metas políticas, se relacionar com os movimentos estrangeiros e por fim, de encaminhar, principalmente pela imprensa feminina, a sua luta por direitos políticos.³¹⁹

³¹⁴ “Artigo 3 do Estatuto da Federação Brasileira para o Progresso Feminino”. Fundo *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Dossiê: Textos e Questionários sobre a condição civil da mulher no Brasil. Código de Referência: BR AN, RIO QO. ADM, CPA. CCB, TXT 1. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

³¹⁵ Maria Eugenia Celso, vice-presidente da *FBPF*.

³¹⁶ Júlia Lopes de Almeida, presidente de honra da *FBPF*.

³¹⁷ Eram esses parlamentares: os deputados Arthur Lemos, Basílio de Magalhães e Maurício de Lacerda os senadores Aristides Rocha, Estácio Coimbra, Lauro Müller, Justo Chermont e Juvenal de Lamartine, e o Presidente da Comissão de Justiça do Senado, Adolpho Gordo. Ainda nesse capítulo apresentaremos a contribuição política desses intelectuais para a luta sufragista.

³¹⁸ Segundo June Hahner, a *FBPF* recebeu das capitais de São Paulo, Bahia e Pernambuco uma grande quantia de associações assistenciais e profissionais que buscavam se unir à determinada organização. Cf. HAHNER, June E. *Op.cit.* p.300.

³¹⁹ SOIHET, Rachel. *Op.cit.* p.129.

A questão do sufrágio na Revista Feminina

Em virtude das proporções que o debate acerca do voto feminino passou a assumir durante as décadas de 1920 e 1930, Bertha Lutz tornou-se a personagem mais requisitada pelos órgãos de imprensa, chegando a publicar no período de quatro anos cerca de 700 artigos e notas sobre a luta feminina pelo voto.³²⁰ Na *Revista Feminina*, sua participação também foi verificada com certa regularidade.

No início da década de 1920, momento em que muitas personalidades de destaque político pronunciavam-se favoravelmente à constitucionalidade do sufrágio feminino, a *Revista Feminina*, mais especificamente na seção fixa *Vida Feminina: arte, ciência e letras*³²¹, noticiava a tramitação dos projetos que eram apresentados ao Senado e na Câmara Federal a favor do sufrágio feminino:

Num dos últimos dias do Parlamento, o senador Justo Chermont apresentou à apreciação do Senado um projeto de lei concedendo o direito de voto à mulher. O assunto não era novo dentro do Congresso. Não há muito tempo, foi agitado na Câmara quando o Sr. Maurício de Lacerda, estribado nas mesmas razões do senador paraense, apresentou e defendeu um projeto idêntico. Houve até uma longa temporada de discussão em torno dele, sem que um resultado satisfatório chegasse a coroar o esforço de oratória despendido pelos ardorosos congressistas. Morreu o projeto. E das cinzas desse projeto morto saiu o trabalho do Sr. Justo Chermont, que não teve sorte melhor, na Câmara Alta, onde aliás, teria de lutar com uma plêiade mais intransigente de velhos conservadores, que não se arredarão uma linha sequer de suas arraigadas convicções.³²²

Ainda nessa seção, o projeto³²³ do senador Justo Chermont foi reeditado e exposto a fim de que as leitoras tomassem conhecimento de todo o processo político.

O senador Justo Chermont, com o alto descortino de seu espírito, formado na escola da mais pura democracia, apresentou ao Senado Brasileiro o seguinte projeto:
O Congresso Nacional decreta:

³²⁰ SOIHET, Rachel. *Op.cit.* p.26.

³²¹ “Vida Feminina: arte, ciência e letras”. *Revista Feminina*, seção fixa e presente até o ano de 1935.

³²² “O feminismo no parlamento brasileiro”. In: *Vida Feminina. Revista Feminina*, março de 1920.

³²³ Projeto de lei n°. 102, apresentado em 1919 pelo senador do Pará, Justo Leite Chermont. Foi aprovado em primeira discussão no ano de 1921, mas esquecido pelos parlamentares, até ser colocado em pauta novamente, em 1927, pelo Presidente da Comissão de Justiça do Senado, Adolpho Gordo. Cf. D’ALKMIN, Sônia. *A conquista do voto feminino no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, SP, 2009.

Artigo único- São extensivas às mulheres maiores de 21 anos as disposições das leis n.º 3.139, de 02 de agosto de 1916, e n.º 3.208, de 27 de dezembro de 1916, revogada a legislação em contrário.

Justificação- Prestando a devida homenagem à missão da mulher sobre a terra - os misteres da maternidade - penso que eles não são incompatíveis com os seus deveres sociais e com os direitos políticos que o regime democrático lhes deve garantir.³²⁴

Bertha Lutz também era uma voz frequente nessa seção e, desde que o projeto do deputado Maurício de Lacerda fora rejeitado pela Comissão de Justiça em 1917³²⁵, a líder sufragista dedicou-se a prestigiar as iniciativas políticas masculinas em torno da luta pelo sufrágio feminino. Por muitas vezes, esses artigos publicados na grande imprensa foram transmitidos às leitoras da seção *Vida Feminina*, delineando importantes interlocuções entre os periódicos.

O Sr. Maurício de Lacerda, como se sabe, apresentou na Câmara Federal em 1917, uma emenda propondo conceder o voto à mulher. Por esse gesto recebeu ele de d. Bertha Lutz, 1ª secretária da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, o seguinte ofício divulgado no interessante e bem feito jornal “A Noite”, que se publica no Rio. ‘Exmo. Sr. Deputado Maurício de Lacerda. - Tenho a honra de apresentar a V. Ex^a. os mais calorosos aplausos e penhorados agradecimentos desta Liga, pela apresentação na Câmara Federal de uma emenda propondo a concessão de voto à mulher brasileira maior de 21 anos. Não é esta a primeira iniciativa em favor de sua emancipação que deve a mulher brasileira à orientação esclarecida e à generosa de V. Ex.; nem será a última. Mas representa uma etapa da maior importância na evolução da causa feminista, aproximando-a muito de uma solução favorável. (...) Aguardando aquela oportunidade para de novo felicitar a V. Ex^a., reitero com os agradecimentos da Liga, protestos de subido apreço e mui elevada consideração.’³²⁶

Em meados de 1921, o deputado federal Juvenal de Lamartine³²⁷, relator da reforma eleitoral que destacava a questão do voto feminino, retomou as discussões parlamentares

³²⁴ “A mulher brasileira com direito ao voto”. In: *Vida Feminina. Revista Feminina*, janeiro de 1920.

³²⁵ Durante os trabalhos da Constituinte de 1890, iniciam-se as discussões sobre a constitucionalidade do voto feminino, porém, somente no início da década de 1920 foi possível ver, de fato, as iniciativas, mesmo que isoladas, de parlamentares que propunham emendas a Lei Eleitoral n.º XXXX. Dentre esse grupo de parlamentares, destacou-se, em 1917, o deputado federal pelo estado da Guanabara, Maurício Paiva de Lacerda, que propôs, junto à Câmara Federal, a primeira emenda que incluía o alistamento das mulheres maiores de 21 anos. Essa, por sua vez, foi considerada inconstitucional pelo relator da Comissão de Justiça, Afrânio de Mello Franco. Cf. HAHNER, June. *Op.cit.* p.310.

³²⁶ “O voto feminino no Brasil”. In: *Vida Feminina. Revista Feminina*, março de 1921.

³²⁷ Juvenal de Lamartine Faria –nascido em 09 de agosto de 1874 em Serra Negra, RN – foi advogado, juiz e exerceu por vinte anos, 1906-1926, o mandato como deputado federal. De 1927 a 1928 atuou como senador

em torno dos direitos políticos femininos. Ao seu lado estavam outros dois deputados federais, Octavio Rocha e Nogueira Penido; ambos concordavam com a reforma que propunha o exercício dos direitos políticos a todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de sexo. Apesar de toda mobilização política envolvida nesse projeto, em 1922 ele foi para votação no plenário da Câmara Federal e, mais uma vez, a iniciativa não lograria êxito³²⁸. Como já era frequente na *Revista Feminina*, Bertha Lutz, em nome da *Liga para Emancipação da Mulher*, pronunciava-se na seção *Vida Feminina* a respeito dessa mais nova iniciativa.

Aos deputados que trataram da mais nova emenda sobre o voto feminino, a Liga para Emancipação da Mulher dirigiu por intermédio da sua presidente, o seguinte ofício aqui publicado: ‘Srs. deputados não pode a Liga para Emancipação da Mulher, manter-se alheia e indiferente à iniciativa tomada por V. Exas., apresentando à Câmara uma emenda propondo a concessão do direito do voto à mulher. Cabe-nos, pelo contrário, o grato dever de manifestar o nosso reconhecimento e a satisfação com que graças à ação de V. Exas., vemos surgir novamente na Câmara esta questão que julgamos de suma importância, não só para a mulher brasileira mas para toda Nação. Tomando em consideração que o direito do sufrágio já foi concedido à mulher em perto de 30 países, os mais diversos, não é mais possível considerar a emancipação política da mulher como uma coisa insólita (...) não tem mais cabimento a ação de que o desejo manifestado pela mulher de exercer os direitos de cidadania representa apenas um capricho. (...) Confiantes na ação de V. Exas. reitero com os agradecimentos desta Liga os protestos de elevado apreço e mui distinta consideração - Bertha Lutz, presidente.’³²⁹

Juvenal de Lamartine, no entanto, não desistiria tão facilmente da campanha pelo sufrágio feminino. Em 1927, quando governador do Rio Grande do Norte, Lamartine incluiu em sua Constituição Estadual um dispositivo na Lei Eleitoral estabelecendo a igualdade política entre homens e mulheres. A primeira eleitora do país foi, portanto, a potiguar Celina Guimarães Viana, que, em novembro de 1927, deu entrada numa petição requerendo sua inclusão no registro de eleitores do município de Mossoró, RN. Também

pelo Rio Grande do Norte e também por esse estado, foi governador durante os anos de 1928 a 1930. Foi também um dos primeiros políticos conquistados para a causa feminista e este manifestou sua simpatia e militância por essa causa, desde sua plataforma política, no início de 1927. Cf. http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.

³²⁸ PINTO, Céli. *Uma história do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

³²⁹ “A Liga da Emancipação para Mulher e o voto feminino.” In: *Vida Feminina. Revista Feminina*, fevereiro de 1922.

seria potiguar a primeira prefeita da América do Sul, Alzira Teixeira Soriano, eleita no município de Lages, em 1928, pelo Partido Republicano Federal.³³⁰

O pioneirismo do estado do Rio Grande do Norte não seria esquecido pela *Revista Feminina*. Desde as iniciativas precursoras de Nísia Floresta³³¹, a revista já divulgava as diversas propostas educacionais promovidas nesse Estado a fim de desenvolver as habilidades e competências femininas.³³² Nesse momento, em que várias mulheres se registravam como eleitoras nas cidades do Rio Grande do Norte, a *Revista Feminina* relatou a mobilização feminina em torno dessa inscrição³³³ e noticiava todos os trâmites políticos no Congresso Nacional diante do processo de validação do sufrágio feminino durante as eleições estaduais rio-grandenses no ano de 1928³³⁴.

Com a chegada, hoje à tarde, a esta capital [Rio de Janeiro], do presidente do Estado, Juvenal Lamartine, a questão do voto feminino no Brasil, entrou novamente em ordem do dia, interessando não só as associações feministas do Rio, como também os próprios círculos políticos. Com o início da presente sessão legislativa, o Senado Federal poderá reconhecer, por estes dias, senador pelo Rio Grande do Norte, o sr. José Augusto, que será o primeiro congressista brasileiro sufragado pelo voto feminino. Como se sabe, há naquela casa do Congresso Federal uma corrente de senadores favoráveis ao reconhecimento dos votos femininos, dados ao futuro senador rio-grandense, de modo que a questão entra agora na sua fase decisiva. A comissão de poderes do Senado vai pronunciar-se, enfim, decidindo se serão contados, ou não, na apuração final das últimas eleições federais daquele Estado, os votos concebidos pelas eleitoras potiguaras. De modo que o poder legislativo decidirá finalmente pela constitucionalidade ou inconstitucionalidade da cidadania feminina.³³⁵

³³⁰ PINTO, Céli. *Op.cit.* p.120.

³³¹ A figura de Nísia Floresta foi muito mencionada nos primeiros exemplares da *Revista Feminina*. Cf, seção Vida Feminina, *Revista Feminina*, anos de 1916 e 1917.

³³² A respeito do projeto educacional desenvolvido no Rio Grande do Norte durante as primeiras décadas do século XX, ver mais em: “A escola feminina de Natal”, “A educação feminina no Rio Grande do Norte”, “Sobre a educação- Escola Profissional Feminina de Natal”. *Revista Feminina*, anos de 1920-1922.

³³³ José Augusto Bezerra de Medeiros, “Feminismo”. *Revista Feminina*, julho de 1928.

³³⁴ Ainda em 1928, a Comissão de Poderes do Senado anulou os votos femininos provenientes do Estado do Rio Grande do Norte. Alegavam que se pretendia evitar o “prejulgamento quanto à sua conveniência e oportunidade”, já que o projeto que reconhecia, especificamente, a habilitação política da mulher estava em andamento naquela instituição. Portanto, no Rio Grande do Norte permaneceu somente o sufrágio feminino no âmbito estadual, onde as mulheres não só atuaram como eleitoras, como também foram eleitas; por exemplo, a prefeita de Lages, RN, Alzira Soriano. Cf. SOIHET, Rachel. *Op.cit.* p.44-45.

³³⁵ “Agita-se a questão no Rio – o pensamento do Senado – entusiasmada recepção ao sr. Juvenal Lamartine”. In: Vida Feminina, *Revista Feminina*, agosto de 1928.

Diante desse caso presenciado no Rio Grande do Norte, Bertha Lutz, numa série de correspondências trocadas com Adolpho Gordo³³⁶, mostrou-se descontente com esses empreendimentos. A seu ver, a mobilização pelo voto deveria ser unificada, pois afirmava que o exercício desse direito político não apresentaria nenhum significado quando usufruído apenas por uma pequena parcela das mulheres.³³⁷ Lutz defendia, portanto, um único movimento feminista brasileiro, para que esse, fortalecido com as mais diversas contribuições femininas de todo o país, pudesse ser capaz de apreender o objetivo principal dessa mobilização: a luta pelo direito ao sufrágio feminino. Dessa forma, sobre o caso pioneiro do Rio Grande do Norte, Bertha Lutz publicou na *Revista Feminina* um comunicado no qual propunha a adesão desse movimento feminista potiguar à *FBPF*.

À semelhança do que ocorre nos 40 países civilizados onde as mulheres estão em gozo de direitos políticos, já possuímos uma associação de mulheres eleitoras. É a 'Associação Eleitoral Feminina' do Rio Grande do Norte, fundada em Natal, pelo eleitorado feminino daquele Estado. Timbram essas eleitoras pela resolução firme de continuar no exercício dos direitos políticos conferidos pela nossa constituição, sem distinção dos sexos, a todo cidadão brasileiro. (...) Esta orientação cívica, corajosa, é mais uma prova que vem demonstrar a capacidade de toda mulher brasileira para intervir na política, para o bem do país. Representa a dilatação do campo de atividade feminina rio-grandense e (...) por isso, convidamos a nova 'Associação Eleitoral Feminina' a integrar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, órgão do movimento feminista nacional (...).³³⁸

De acordo com essa sua posição, é possível observarmos em toda carreira política de Bertha Lutz a preocupação com a divulgação dos avanços conquistados pelas feministas brasileiras. Graças ao seu prestígio e proeminência Bertha Lutz podia mostrar, nas páginas da *Revista Feminina*, assim como na grande imprensa, as mais novas discussões políticas apresentadas nos congressos, conferências e debates femininos em que ela participava no Brasil e/ou no exterior.

³³⁶ Material disponível no Centro de Memória da Unicamp- CMU, no Fundo Adolpho Gordo. Localização: Volume 04, série I/ pasta 12- Vida Política. Dossiê Correspondências ativas e passivas.

³³⁷ Correspondência de Bertha Lutz para Adolpho Gordo, 1928, sobre o caso do Rio Grande do Norte e também de Adalzir Bittencourt- integrante paulista da *FBPF* que, infringindo as diretrizes da presidente Bertha Lutz, entrou com um requerimento na Justiça solicitando seu alistamento eleitoral em São Paulo, SP. Cf. *Ibidem*.

³³⁸ "Comunicado da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino à imprensa". *Revista Feminina*, julho de 1928.

Em 1922, indicada pelo embaixador do Brasil em Washington³³⁹, Bertha Lutz atuou como delegada da comissão brasileira na Primeira Conferência Inter-Americana de Mulheres, realizada em Baltimore e anunciou na *Revista Feminina* que,

A Conferência de Baltimore foi o atestado mais eloqüente da alta capacidade intelectual da mulher americana. Sem o alarde, sem os reclamos que precedem às conferências masculinas, reuniram-se naquela cidade norte-americana as representantes de vinte e quatro nações americanas. Discutiram-se todas as questões previamente estabelecidas, correndo os debates animadíssimos, tendo todos um só fim, um só escopo: a união da mulher americana e por meio desta, direta e indiretamente, a manutenção da paz no continente. (...) De fato, muito falta mesmo, porém temos fé que dentre muito pouco tempo, as americanas, conscientes de seus deveres e direitos terão contribuído, de uma maneira eficaz e eloqüente para a realização dessa grande obra.³⁴⁰

Ao final da Conferência, Bertha Lutz retornou ao Brasil e, em meio aos eventos de comemoração do 1º Centenário da Independência, anunciou a realização, em dezembro deste ano, do I Congresso Internacional Feminino³⁴¹. Esse evento, bastante repercutido na imprensa brasileira, contou com o prestígio de convidados expoentes do movimento feminista internacional e teve como convidada especial a feminista Carrie Chapman Catt, centro das atenções no evento. A *Revista Feminina*, ciente da importância desse congresso, fez questão de notificar as personalidades presentes.

Plenamente satisfatórios foram os resultados alcançados pelo congresso feminino brasileiro, reunido no Rio de Janeiro em dezembro último e promovido pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Diversas delegadas de países estrangeiros tomaram parte nesse magno congresso. (...) Para colaborar como prestígio de sua inteligência reivindicadora, veio também Mrs. Carrie Chapman Catt, que afirmam ser a maior 'leader' do movimento feminista e presidente da grande Associação Pan-Americana de Mulheres dos Estados Unidos, dando assim impulso forte ao andamento da ideia feminista neste país pacato (...). Aqui já estava também entre outras delegadas, D. Ana de Castro Osório, escritora e 'leader' do movimento em Portugal.³⁴²

A fim de facilitar o entendimento de suas leitoras, a *Revista Feminina* esquematizou os assuntos abordados durante esse evento;

³³⁹ Ana Rita Malheiros, "Editorial", *Revista Feminina*, março de 1922.

³⁴⁰ "A conferência feminina de Baltimore". *Revista Feminina*, junho de 1922.

³⁴¹ Bertha Lutz, "Uma Conferência Brasileira pelas Mulheres". *Revista Feminina*, novembro de 1922.

³⁴² "Conferência Brasileira pelo progresso feminino". *Revista Feminina*, janeiro de 1923.

Resumindo: a Conferência, tratou em suas reuniões do seguinte:

- 1- Educação e ensino;
- 2- Carreiras apropriadas à mulher;
- 3- Trabalho feminino (indústria, comércio e funcionalismo);
- 4- Direitos da mulher;
- 5- Assistência às mães e à infância;
- 6- Métodos de organização;
- 7- Relações internacionais e paz.³⁴³

Para além da atuação de Bertha Lutz, a *Revista Feminina*, engajada nas lutas em torno do sufrágio feminino, anunciou outros encontros e, para isso, se utilizou de outros correspondentes, como na 5ª Conferência Pan-Americana em Santiago, Chile em que Avelina Salles, então diretora da revista, obteve uma entrevista, com o diplomata dr. Manoel Rivas Vicuñas.

(...) Procurávamos ali o ilustre diplomata chileno, a fim de lhe agradecer em nosso nome [da *Revista Feminina*] e no da mulher brasileira, tudo o que em favor de nosso sexo fizera sua excia., através de sua ação eficaz e iluminada, durante os trabalhos da 5ª Conferência Pan- Americana. (...) O dr. Vicuña, profundo estudioso do fenômenos sociais que agitam o espírito do nosso tempo, teve frases elogiosas sobre a 'Revista Feminina'. - O programa da 'Revista Feminina' envolve e contém a face melhor e, talvez, para as democracias americanas, a única viável, da importante questão da emancipação feminina. Foi com intenso prazer, que lhe percorri as páginas, constatando a pela Revista Feminina a analogia que existe, entre o espírito doutrinário que encerra, e as ideias que enunciei no parecer sobre os direitos civis e políticos da mulher, tive a honra de apresentar à 5ª Conferência Pan-Americana de Santiago.³⁴⁴

Ainda nesse ano de 1923, em Roma, Maria Eugenia Celso, nesse momento, vice-presidente da *FBPF*, enviou para a *Revista Feminina* um pequeno relatório de sua participação o IX Congresso Internacional pelo Sufrágio. Era a primeira vez em que o Brasil estava sendo representado numa reunião internacional feminina envolvendo países dos dois hemisférios.³⁴⁵

Sob a presidência do Sr. Mussolini, chefe do gabinete italiano, inaugurou-se a 14 de maio passado, em Roma, o grande Congresso Internacional Feminino, para a obtenção do direito ao voto. No discurso em que declarou solenemente aberto o

³⁴³ “Conferência Brasileira pelo progresso feminino”. *Revista Feminina*, janeiro de 1923.

³⁴⁴ Avelina Salles. “A diplomacia chilena e a mulher brasileira”. *Revista Feminina*, maio de 1923.

³⁴⁵ SOIHET, Rachel. *Op.cit.* p.135.

grande Congresso Internacional Feminino, o primeiro ministro da Itália disse que era intenção do governo ‘fascista’, salvo acontecimentos imprevistos conceder às mulheres o direito do voto, começando pelas eleições administrativas. Disse mais, nesse discurso, o eminente estadista, que esse direito político seria naturalmente concedido a uma determinada categoria de mulheres. No entanto, acrescentou; o governo acha-se absolutamente disposto a dar o seu completo apoio para a cabal resolução dos grandes problemas sociais que são parte integrante do programa feminista. No final desse discurso, (...) terminou fazendo votos para que o Congresso Internacional Feminino de Roma marcasse mais uma gloriosa etapa na história da elevação e dignificação da mulher. Em seguida ao discurso inaugural, falou a Sra. Chapman Catt que fez a exposição do progresso do movimento feminista no mundo.³⁴⁶

Prosseguindo na luta, a *FBPF* representou o Brasil em 1925 na 2ª Conferência Pan-Americana das Mulheres. Entretanto, o relato narrado e enviado por Diva Nolf Nazário³⁴⁷ – vice-presidente da Liga Paulista da *FBPF* – foi destinado à grande imprensa carioca e, mais tarde, reproduzido pela *Revista Feminina*.

Como representante do Brasil, tomei parte na 2ª Conferência Pan-Americana de Senhoras, que se realizou em Washington, em seguimento à primeira conferência, realizada há três anos, em Baltimore. Devia ter sido organizada na América do Sul, mas desta vez ainda não foi possível; fica, pois, para a terceira, que está marcada para 1928 aqui, no Rio. (...) Compareceram entre outros países, além do Brasil, a Argentina, o Chile, o México, os Estados Unidos, o Canadá, o Panamá, Costa Rica e Porto Rico. Os trabalhos deram excelentes resultados, ficando todas as delegações satisfeitíssimas com o decorrer da conferência que se realizou na União Pan-Americana, novo departamento destinado ao estudo das questões que interessam ao continente americano, mantida e custeada conjuntamente por todas as repúblicas americanas.³⁴⁸

Já em 1929, Doris Stevens – comissária política dos Estados Unidos – realizou o papel de correspondente internacional da *Revista Feminina* e registrou em seu artigo todos os avanços alcançados durante a 6ª Conferência Pan-Americana em Havana, Cuba.

³⁴⁶ “O Congresso Internacional Feminino realizado em Roma”. *Revista Feminina*, junho de 1923.

³⁴⁷ Regina Cecília Maria Diva Nolf Nazário, nascida em 22 de novembro de 1897, Batatais, SP. Cursou a Faculdade de Direito do Largo São Francisco, São Paulo, SP, e dizendo-se inspirada pelos estudos da Constituição, buscou se alistar para as eleições de 1922 que se aproximavam. Com seu pedido indeferido, ela redigiu seu inconformismo no livro *Voto feminino e feminismo*, no qual salientava os problemas enfrentados pelas brasileiras na luta por seus direitos políticos. Em 1923, no mesmo ano em que seu livro era lançado, Diva Nazário adentrava à *FBPF*, tornando-se, logo em seguida, a vice-presidente da Liga Paulista dessa associação. Cf. KARAWEJCZYK, Mônica. “Uma paulista na luta pela cidadania política: Diva Nazário e sua tentativa de alistamento em 1922.” *Histórica- Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 45, dez. 2010.

³⁴⁸ “O Feminismo na América” In: Vida Feminina, *Revista Feminina*, agosto de 1925.

Fomos a um país estrangeiro. Fomos ao mais alto poder internacional desse hemisfério. Pedimos igualdade por tratado para todas as mulheres dos dois continentes. Em resultado disso palpitarão os corações das mulheres de todo hemisfério. As mulheres ergueram um pouco mais alto a cabeça. Durante cinco semanas cheias de intensidade a atenção dos povos de todo este hemisfério esteve focalizada dramática e inesquecivelmente sobre as exigências da nova mulher do novo mundo. Era na verdade uma grande aventura. Foi a primeira ocasião na história do mundo que as mulheres foram ouvidas perante uma conferência internacional de Governos no seu próprio interesse. E como nenhuma aventura é bela empreendida por homens unicamente, as mulheres dirigiram-se a esta aventura oferecendo-se para se unirem aos homens deste hemisfério em todos seus empreendimentos internacionais.³⁴⁹

O último encontro internacional noticiado nas páginas da *Revista Feminina* foi o II Congresso da Aliança Internacional pelo Sufrágio Feminino em Berlim, também no ano de 1929. Bertha Lutz que participou, mais uma vez, como representante do Brasil, retornou aos relatos na revista e, por meio de uma carta, narrou, pela última vez³⁵⁰, os principais acontecimentos desse evento.

Nessa grande assembleia feminina está representada a maioria dos 40 e tantos países filiados àquela organização internacional, a atividade desenvolvida pelos congressistas tende cada dia à fixação de medidas práticas de indiscutível importância. (...) Os principais assuntos já tratados até agora por essas comissões foram os seguintes:

- a) A paz e a Liga das Nações;
- b) As mães solteiras e os seus filhos;
- c) A nacionalidade das mulheres casadas;
- d) A igualdade das mulheres perante a lei;
- e) As mulheres e os direitos políticos, etc.³⁵¹

O registro desses congressos nas páginas da *Revista Feminina* nos aponta o grande interesse que essa publicação mantinha pelo movimento feminista estrangeiro, principalmente o dos Estados Unidos, tomado como matriz para a reivindicação feminina brasileira. Além disso, podemos enxergar, pela frequência desses relatos, que as leitoras da revista se interessavam pelos assuntos e provavelmente, engajadas nessas reivindicações,

³⁴⁹ Doris Stevens. “Uma grande aventura.” *Revista Feminina*, fevereiro de 1929.

³⁵⁰ Conforme a pesquisa realizada, a partir de 1929 não foi possível encontrar nas páginas dessa revista quaisquer registros de eventos em que Bertha Lutz tenha participado. Sua participação na *Revista Feminina*, nesse momento, limitava-se à colaboração de artigos referentes à conquista do sufrágio feminino.

³⁵¹ Bertha Lutz. “Congresso Internacional de Mulheres”. In: Vida Feminina, *Revista Feminina*, julho de 1929.

muitas acompanhavam os passos de suas líderes no decorrer desse debate político no exterior.

Em todos os seus anos de circulação, a *Revista Feminina*, por meio da seção fixa *Vida Feminina: arte, ciência e letras*³⁵², apresentou os progressos femininos estrangeiros, sobretudo os que foram realizados nos países europeus. Em pequenos artigos, grande parte sem autoria indicada, relatavam-se os avanços políticos conquistados pela movimentação feminista desses países.

Bélgica- Acaba de ser concedido às mulheres o direito de voto e da elegibilidade aos tribunais de comércio. Também, concluiu seu curso na escola de Engenharia de Liege a Srta. Helene Hanquia. É a primeira mulher a quem é concedido esse diploma.

Hungria- Foi introduzida recentemente uma inovação na política de Budapeste, em cujo corpo de segurança teve ingresso três mulheres: uma, no serviço da polícia de costumes; outra, no de guarda de tribunais, e a terceira no serviço de proteção à infância.

Inglaterra- Também na Inglaterra, prestam serviços na polícia, diversas representantes do suposto sexo frágil. E tão satisfeito está o país com seu concurso, que o Ministro do Interior acaba de anunciar que vai aumentar de 24 para 50 o número das mulheres que exercem funções na polícia de Londres.

Irlanda- O parlamento da Irlanda do Norte votou uma lei sobre os filhos ilegítimos. O pai é considerado responsável pela sua manutenção; deve participar o nascimento do respectivo cartório e pagar uma soma semanal de 20 shillings no máximo até que a criança atinja a idade de 15 anos, se for menino, e 16 se menina.

França- A 'Liga Francesa pelo Direito das Mulheres' organizou na primeira semana de março, no 10º 'arrondissement', em Paris, um 'meeting' de protesto contra o projeto da câmara de deputados, tornando a mulher responsável pelo pagamento dos impostos de seu marido.

Suíça- As feministas suíças marcaram ultimamente mais um brilhante triunfo: pela primeira vez em sua história o Conselho de Estado de Genebra nomeou mulheres para exercerem cargos oficiais.³⁵³

Por fim, em datas de comemorações especiais, essa seção trazia pequenos relatos históricos em torno da trajetória de luta de certos países pela concessão do voto feminino. Como exemplo, podemos citar o artigo em que se comemorava, no ano de 1922, o aniversário de quatro anos do sufrágio feminino inglês.

A Inglaterra com seu espírito rotineiro, empacado e conservador tinha se mostrado impermeável através dos séculos, a todas as conquistas da evolução que lhe possam

³⁵² “Vida Feminina: arte, ciência e letras”. *Revista Feminina*, seção presente até o ano de 1935.

³⁵³ “O feminismo no estrangeiro”. In: *Vida Feminina. Revista Feminina*, abril de 1925.

alterar os hábitos, (...). Ora, com tal psicologia, a vitória que o feminismo obteve há quatro anos na Inglaterra, é das que anunciam não haver mais muralhas que se lhe possam opor quando a mais forte delas, a mais maciça, a mais inabalável também acabou por ceder.³⁵⁴

Nesse sentido, podemos concluir que a seção *Vida Feminina* atuou como um veículo de informação e atualização das leitoras que, interessadas na luta pelo voto feminino, encontravam nessas páginas subsídios para suas reivindicações por direitos civis e políticos. Bertha Lutz, a figura central desse movimento, também se fez presente na seção e, por meio dos relatos das suas participações em Congressos e Encontros no exterior, notamos o reconhecimento de sua ação política no contexto do movimento feminista internacional e observamos o seu grande empenho pela causa sufragista.

Feminismos na Revista Feminina

Além do feminismo sufragista, de grande circulação na imprensa, foi visto nesse mesmo período – anos de 1920 e 1930 - o emergir de um movimento anarco-feminista³⁵⁵, que propunha a emancipação feminina nos mais diferentes planos da vida social. Essa concepção libertária defendida pelas intelectuais, Maria Lacerda de Moura, Isabel Cerruti dentre outras, foi recebida com certo desconforto pela *Revista Feminina* e muitas vezes rejeitada pelas colaboradoras mais assíduas da publicação. Geralmente as críticas a esse feminismo anarquista vinham publicadas na seção *Vida Feminina*.

Como exemplo, podemos citar a resposta da médica feminista Alice Toledo Tibiriçá à anarquista Maria Lacerda de Moura³⁵⁶, a qual publicara, em 1927, um artigo extenso criticando as ações filantrópicas e assistenciais das mulheres paulistas.³⁵⁷

³⁵⁴ Ana Rita Malheiros. “As vitórias do feminismo”. In: *Vida Feminina*. Revista Feminina, abril de 1922.

³⁵⁵ O termo anarco-feminismo foi utilizado pelo movimento feminista dos anos 1960 e 1970 para designar a mobilização de algumas mulheres que, desde as primeiras décadas do século XX já se empenhavam na luta contra as desigualdades de gênero enraizadas pelo regime patriarcal. No Brasil, esse movimento teve como principal expoente a intelectual Maria Lacerda de Moura. Cf. RAGO, Margareth. “Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura.” In: FERREIRA, Jorge Luiz & REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas do Brasil: A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³⁵⁶ Maria Lacerda de Moura, nascida em 16 de maio de 1887 em Manhuaçu, MG, cursou a Escola Normal em Barbacena, onde também lecionou por muitos anos. Casada com o advogado Carlos Ferreira de Moura, Maria Lacerda ainda em Minas Gerais, começou a escrever seus primeiros livros, os quais já revelavam um forte interesse pela lutas femininas. Em 1918 publicava *Em torno da educação* e no ano seguinte, 1919, lançava *Renovação*, ambos os livros cujo enfoque era voltado para a educação feminina como instrumento para sua

Apesar de todos os empecilhos, a brasileira já demonstrou, eficientemente, os dotes magníficos de espírito e coração. O encanto do seu sorriso já aliviou muitos lares aflitos e enfermos... Descrer, pois da sua benéfica ação? Jamais. Com a clarividência do seu sentir, colocar-se-á na altura do seu posto e encontrará, certamente, a fórmula que venha resolver o saneamento do Brasil. (...) Saneando o Brasil e educando a criança, a mulher terá dado um passo na escala ascensional, levando o mais lindo dos programas: secar as lágrimas da humanidade aflita, facilitar a vida do proletariado, educar crianças, cercear os vícios que retrocedem o progresso. Esse sim é o feminismo triunfante! Não quero ver minhas patrícias saírem do santuário de seu lar para irem se masculinizar. Quero-as: descendo aos antros de miséria onde as crianças empalidecem privadas de ar, sol e alimentos, (...) quero-as nos lares desprotegidos, saneando, dominando o impudismo e demais enfermidades (...). Para essas, quero direitos políticos iguais aos dos homens- para que as leis sejam também favoráveis ao pleno desenvolvimento de suas missões.³⁵⁸

Naquele momento – início da década de 1930 – Maria Lacerda de Moura seria uma crítica feroz ao feminismo sufragista defendido, sobretudo, pela *FBPF*. Antes disso, Maria Lacerda, ao lado de Bertha Lutz, fundaram a *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher*, embrião da *FBPF*. Sua atuação política nessa organização não passou despercebida pela *Revista Feminina* e foi, por diversas vezes, ressaltada nessas páginas.

Uma das propagandistas mais eficientes da emancipação intelectual da mulher em nosso país é a sra. D. Maria Lacerda de Moura, que realizou, no mês passado, no Rio, uma conferência sobre essa questão, obtendo, como era de esperar, o mais caloroso sucesso. A maior parte dos ouvintes eram senhoras, e é provável que algumas delas, deixando-se influenciar pela palavra vibrante e persuasiva da brilhante conferencista, quieram seguir-lhe o exemplo, tornando-se propagadoras da boa causa. Será esta sua maior vitória.³⁵⁹

Maria Lacerda de Moura, ao abandonar essa organização em 1922, passou a se envolver com o movimento operário anarquista e a asseverar que a campanha pelo direito ao voto significaria apenas um avanço pontual na condição feminina, beneficiando, principalmente, as mulheres de elite, sem antes modificar as estruturas patriarcais.³⁶⁰

emancipação. Em 1920, já separada do marido, mudou-se para São Paulo e nessa cidade ficou indignada com as condições de vida do proletariado. Distanciando-se cada vez mais do feminismo sufragista de Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura abandonou a *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher* e assumiu o discurso libertário, anarquista, pelo qual seguiu sua carreira política até meados de 1932. Cf. LEITE, Miriam L. M. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984

³⁵⁷ Maria Lacerda de Moura. “Sobre o assistencialismo burguês”. *A Plebe*, 07 de novembro de 1927.

³⁵⁸ Alice Toledo Tibiriçá. “O Voto feminino- resposta à Maria Lacerda de Moura”. In: *Vida Feminina*. *Revista Feminina*, janeiro de 1928.

³⁵⁹ “Emancipação Intelectual da Mulher”. In: *Vida Feminina*. *Revista Feminina*, fevereiro de 1921.

³⁶⁰ LEITE, Miriam L. M. *Op.cit.*

Assim como Maria Lacerda, a anarquista Isabel Cerruti³⁶¹ não acreditava na eficácia do voto para a emancipação feminina. Conforme sua argumentação – frequentemente veiculada na imprensa operária – a emancipação da mulher não estaria vinculada à igualdade de direitos civis e políticos, mas sim à libertação dos preconceitos sociais já cristalizados naquela sociedade, frutos do sistema capitalista e patriarcal brasileiro.

A emancipação da mulher não está na igualdade desta perante o homem, nas prerrogativas políticas, de mando e de trabalho, mas sim na emancipação da Humanidade da tutela política e na igualdade econômica e social de todo gênero humano. A mulher não é escrava do homem, mas sim escrava juntamente com o homem de mil preconceitos, e vítima, como ele, da exploração exercida pelos potentados de ambos os sexos, (...). Igualá-la aos homens é ficar onde estamos. Nós devemos é lutar ao seu lado e junto aos homens para que a emancipação da mulher seja um fato, não para a mulher, ou para o homem, mas para todas as pessoas (inclusive crianças e adolescentes) para a Humanidade, porque os dois sexos se integram e se completam.³⁶²

A *Revista Feminina*, sentindo-se ameaçada pela manifestação dessas e tantas outras anarquistas, optou por alertar suas leitoras a respeito desse movimento e, apresentando as futuras ameaças advindas da sua possível instauração, a revista publicou, em diversos de seus exemplares³⁶³, uma campanha em defesa do lar, da moral e da religião. Isabel Cerruti, contudo, contestou a interpretação que a *Revista Feminina* expôs sobre o movimento anarquista e publicou n^o *A Plebe* sua discordância.

Chocou-me os sentimentos ao ler a circular expedida pela redação da Revista Feminina, de que sou assídua leitora, a referência que faz das teorias libertárias. Não sei em que vós apoiáis para dizer que as correntes anarquistas pretendem fazer ruir a moral dos lares. Como mulher, protesto contra essa aberração de raciocínio. E como anarquista, o dever me impede, não posso deixar passar em silêncio essa alusão tão injusta a uma das mais nobres e galhardas aspirações do ideal que

³⁶¹ Isabel Cerruti, nascida numa família de operários imigrantes, trabalhou como tecelã em São Paulo e sua militância no movimento anarquista foi notada através de seus artigos publicados na imprensa operária, principalmente em *A Plebe* e nas suas atuações nas greves, nas ligas operárias, nos comícios e manifestações. Cf. MENDES, Samanta C. “O feminino no Anarquismo: as mulheres anarquistas em São Paulo na Primeira República (1889 -1930).” *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008.

³⁶² Isabel Cerruti, “Discurso de inauguração”, Apud CORREA, Francisco. “Mulheres libertárias: um roteiro.” In PRADO, Antonio Arnoni (org). *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1986, p. 65.

³⁶³ “Qual será o futuro de nossas filhas?”. *Revista Feminina*, fevereiro de 1921. Ana Rita Malheiros, Editorial. *Revista Feminina*, março de 1921. “Um fator de dissolvimento social: o anarquismo.” *Revista Feminina*, agosto de 1923.

professo que é, justamente, aquele que quer garantir, com bases seguras, a moral dos lares, (...). Nós, os anarquistas com clara noção da verdadeira e sã moral, nos esforçamos para que um dia seja realidade uma organização social mais perfeita do que a atual, para que a honra das famílias seja assegurada ao amor livre.³⁶⁴

As amplas propostas defendidas pelo feminismo anarquista eram incompatíveis com o ideal feminino pregado pela *Revista Feminina*. A forte influência da Igreja católica nessa publicação manteve o movimento feminista sufragista dentro de limites aceitáveis, impedindo quaisquer ataques aos aspectos dogmáticos da doutrina cristã. Além disso, as próprias sufragistas da *FBPF* se abstinham de conflitos com a Igreja, pois muitas de suas integrantes eram católicas praticantes e se pronunciavam a favor de uma conciliação entre esses dogmas e a luta pelo voto.

A mulher criada por Deus semelhante ao homem para lhe ser digna companheira de vida, não é um ser de menos importância, nem escrava do homem. Por direito humano e divino, promulgados pelo cristianismo não existe distinção essencial entre o homem e a mulher em tudo que diz respeito às obrigações e privilégios, embora a natureza assinala a cada sexo condições peculiares e um lugar determinado na sociedade. (...) Desafiou a Igreja todos os poderes, expôs-se a todas as perseguições para pôr a mulher ao abrigo da brutalidade do homem. (...) Na constante evolução das ideias exigem para a mulher igualdade perante a lei, participação na política. A Igreja não condena a intervenção política da mulher e não veda que lhe seja concedido o direito de voto, desde que esteja habilitada para se desempenhar deste dever; o voto será uma obrigação indeclinável no dia em que o sufrágio feminino for uma realidade e estiverem em jogo os princípios básicos da família e da sociedade.³⁶⁵

Como já vimos anteriormente, a *Revista Feminina* conservava boas relações com a Igreja católica, principalmente pela figura do Cardeal Arcoverde, personalidade que ostentava respaldo à causa feminista nacional. Suas mensagens, discursos e pregações eram frequentemente publicadas na revista; como exemplo, o discurso proferido durante a solenidade de entrega de diplomas das alunas da Escola Comercial de Niterói, publicado na seção *Vida Feminina*.

A Igreja é imutável na verdade de seus dogmas, mas não é imóvel. Ela é um organismo vivo. Não é indiferente às transformações políticas e sociais que agitam o mundo. Por isso a igreja abençoa tanto a mulher que trabalha para viver

³⁶⁴ Isabel Cerruti, “Pelo Feminismo”, Apud LEITE, Miriam L. M. *Op.cit.* p.183.

³⁶⁵ Orminda Bastos. “Pelos direitos da mulher.” In: *Vida Feminina. Revista Feminina*, maio de 1929.

honradamente, no escritório comercial, datilógrafo ou contabilista, ou no exercício das profissões liberais ou desempenhando funções administrativas como a que vai purificar as urnas, com a sua fé intencional, e participar da vida pública do país.³⁶⁶

No contexto internacional, o apoio à campanha sufragista vinha da figura católica de maior importância daquele período, o Papa Pio XI;

Felizmente o Papa Pio XI veio resolver a questão. Continuando a ‘tradição’ do seu predecessor Bento XV, que era um sincero feminista, ele enviou a sua bênção à sociedade sufragista das mulheres, em resposta às homenagens que lhe foram prestadas no Congresso Feminino de Roma.³⁶⁷

Portanto, era dessa forma que a *Revista Feminina* aceitava o movimento feminista; vinculado à moral católica, de acordo com as “missões naturais” femininas – mãe/esposa/dona-de-casa – e, principalmente, sem a desvinculação dos seus valores e características femininas. Bertha Lutz, a figura principal desse movimento, nos confirma tais aspectos em sua entrevista para o *Diário de São Paulo*, reproduzida na *Revista Feminina*.

Eis o que D. Bertha Lutz disse ao ‘Diário de São Paulo’:

- Perguntamos, mas não consiste o feminismo em igualar a mulher ao homem, em imitá-lo? - Não, procura fazer da mulher um fator equivalente ao homem, mas não deseja torná-la idêntica a ele. (...) Temos orgulho de sermos mulheres, em desenvolvermos as nossas qualidades essencialmente femininas (...). É um engano pensar que o feminismo afasta a mulher do lar, (...) o lar hoje em dia não cabe mais no espaço de quatro muros, (...) lar são os ‘ateliers’, as fábricas, as repartições públicas (...) lar, são também onde se educam os filhos da pátria brasileira. (...) Nós, feministas modernas, (...) anima-nos a aspiração sincera de participar na vida pública da Pátria Brasileira, para trabalhar em prol da educação da mocidade, de proteção às mães e à infância, de maiores garantias do trabalho feminino, de novas oportunidades da atuação eficaz para as mulheres que lutam pela subsistência, o desejo de dar a nossa cooperação essencial e visceralmente feminina a resolução das questões de alcance nacional.³⁶⁸

Essas feministas, no entanto, longe de estarem se vergando a uma submissão masculina alienante, construíram, na verdade, recursos próprios para subverter essa relação

³⁶⁶ “A Igreja e o voto feminino- discurso do Cardeal Arcoverde.” In: Vida Feminina. *Revista Feminina*, setembro de 1927.

³⁶⁷ “O Papa e o Feminismo”. In: Vida Feminina. *Revista Feminina*, junho de 1922.

³⁶⁸ “D. Bertha Lutz e o movimento feminista brasileiro- As suas declarações ao ‘Diário de São Paulo’.” In: Vida Feminina. *Revista Feminina*, junho de 1929.

de dominação. Ao demonstrarem certa “obediência” aos preceitos estabelecidos pela ordem vigente da época, ao canalizarem seus esforços para manter a respeitabilidade de suas militantes, essas mulheres sufragistas buscavam ampliar seu espaço de atuação pública, pois acreditavam ser inviável, naquele momento, um confronto mais direto com os grupos masculinos, os quais expressavam o pensamento dominante e, ao mesmo tempo, ainda dependiam deles para aprovarem as medidas desejadas.³⁶⁹

Por fim, ao contrário do que o movimento feminista pós-anos 1970 por muito tempo sustentou³⁷⁰, é impossível concordarmos que a campanha sufragista tenha sido limitada e apenas significativa quanto ao fortalecimento e legitimação de uma nova ordem burguesa. Concordar com essas afirmativas seria desdenhar toda luta empreendida há séculos por várias gerações femininas que se importaram com a reivindicação legítima de seus direitos civis e políticos.

A conquista do voto feminino: o projeto de 1932

Na virada da década de 1930, o governo brasileiro nomeou uma representante oficial do país, responsável por redigir a indicação final, resultante do II Congresso Internacional Feminista, promovido pela *FBPF*, na cidade do Rio de Janeiro³⁷¹. Desse encontro, Maria Eugenia Celso compôs um documento que foi encaminhado ao então chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, que se dispôs a atender às reivindicações das feministas brasileiras, o que de fato fez na edição do Código Eleitoral de 1932³⁷².

A partir do decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932³⁷³, pelo qual o presidente Getúlio Vargas estabeleceu o direito ao voto feminino e ao voto secreto, a *Revista Feminina*, até então engajada na luta pelos direitos políticos da mulher, perdia um de seus principais propósitos de luta e passou então a publicar pequenas matérias e artigos que se

³⁶⁹ SOIHET, Rachel. *Op.cit.* p.129.

³⁷⁰ Segundo Rachel Soihet, os trabalhos precursores de Susan Besse, June Hahner e Branca Moreira Alves incorrem no anacronismo ao analisar muitas das dimensões da questão de gênero, a partir das experiências propiciadas e decodificadas no movimento feminista dos anos 1970. Cf. *Ibidem*.

³⁷¹ Os documentos referentes ao II Congresso Internacional Feminista podem ser consultados no Dossiê Voto Feminino no Brasil e no mundo. Código de Referência: BR AN, RIO, Q0. ADM, CPA. VFE, TXT 2, VOL.3. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

³⁷² SOIHET, Rachel. *Op.cit.* p.120.

³⁷³ Cf. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes>.

encarregavam de incentivar e conscientizar o público feminino para o exercício de seus direitos políticos.

Nesse momento em que a revista perdia sua principal campanha política, a *FBPF*, no entanto, não desanimava; sua atuação girava em torno da instrução e da mobilização dessa parcela feminina para a campanha eleitoral que se seguia. Algumas notas nesse sentido ainda foram anunciadas pela *FBPF* nos exemplares da *Revista Feminina*.

Elas [mulheres filiadas à *FBPF*] são as instrutoras, as animadoras das campanhas cívicas e dos movimentos sociais da mais profunda repercussão no atual instante, visando à prosperidade e a felicidade da pátria. É inestimável o coeficiente de seu entusiasmo e de seu destemor cívico, no esforço de recondução do país ao regime da ordem e da legalidade. Vê-se presentemente a mulher irmanada ao homem no esforço de restauração das liberdades públicas; a sua cooperação é das mais notáveis no seio das agremiações de propaganda, onde existem dezenas de senhoras exclusivamente entregues ao trabalho de orientar e dirigir os passos daquelas que se candidatam ao título de eleitor.³⁷⁴

A respeito do alistamento feminino, a revista se pronunciou de modo a incentivar as leitoras para tal exercício. Mesmo com o número reduzido de mulheres que se apresentaram para o registro do título de eleitor, a *Revista Feminina* fez questão de desenvolver a consciência política de suas leitoras, e atribuiu à reduzida participação feminina as dificuldades impostas pela burocracia que envolvia tal alistamento eleitoral.

Observadores da atualidade política acusam que a mulher não acolheu com entusiasmo a conquista que lhe deu o direito de votar e ser votada. Pela marcha do alistamento e o reduzido número de patrícias que se apresentaram para candidatar-se ao título de eleitor, chegou-se à conclusão de que a grande maioria feminina estava indiferente à política abstendo-se de nela participar. (...) O direito do voto foi um grande passo no terreno de suas reivindicações e aquilo em que se pretende ver indiferença feminina pelos eleitorais, é, apenas, abstenção imposta pelas complicações que dificultam o alistamento. (...) Facilitem o alistamento, dêem ao povo os meios rápidos de identificação e verão se também as mulheres não saberão cumprir co seu dever cívico, alistando-se para votar e representar o seu país. As brasileiras foram sempre políticas e não poderiam, agora que se lhes outorga o direito de voto, mostrar-se indiferentes à evolução política de sua terra.³⁷⁵

³⁷⁴ “As mulheres e o alistamento”. *Revista Feminina*, março de 1933.

³⁷⁵ “A mulher brasileira não é indiferente ao direito que conquistou”. In: *Vida Feminina. Revista Feminina*, outubro de 1932.

Como afirmado no artigo acima, após a conquista do voto feminino em 1932, surgem diversos empecilhos que buscavam afastar e/ou dificultar o alistamento feminino. O general Góes Monteiro³⁷⁶, por exemplo, divulgou um artigo na grande imprensa carioca no qual lançava polêmica ao estabelecer a obrigatoriedade do serviço militar feminino. A *FBPF*, sob a direção de Bertha Lutz, se manifestou contrariamente às medidas levantadas,

Na realidade, não há ligação entre a carreira militar e a função eleitoral e legislativa. O exercício do voto consciente é um dever cívico que pode e deve ser cumprido por todos os cidadãos capazes e independentes do seu sexo. Não pode, pois, ser colocado na dependência de outro dever o de defesa do território que exige qualificações psíquicas e treino profissional para os serviços auxiliares. (...) Ingressando na vida política, o nosso intuito não é o de fomentar a luta, mas de amainar as paixões, de suavizar as relações humanas e de promover a concórdia entre os homens e as nações. A mão feminina quer colocar o voto na urna, animada pelo patriotismo construtor, não deve ser a mão calejada pelo uso de uma arma mortífera, mas a mão maternal que embala o berço e que nele renove eternamente a esperança humana de fraternidade e paz.³⁷⁷

Ainda nesse período – 1932-1934 – com a proximidade da Assembleia Nacional Constituinte, muitas escritoras se utilizaram do espaço já conquistado na *Revista Feminina*, em virtude de suas militâncias pela causa feminina, para anunciar as reivindicações específicas do público feminino para o projeto da Constituição. Bertha Lutz, candidata nesse momento a cargo do legislativo, por muitas vezes apresentou na *Revista Feminina* os pontos importantes para a causa feminina, que integravam sua campanha para deputada federal.

A instrução gratuita e obrigatória, já que a todo ser humano assiste o mesmo direito ao livro e ao pão. (...) A defesa do lar, porque o lar não é um compartimento estanque da vida nacional e para a sua segurança e tranquilidade é indispensável à participação feminina na votação das leis. A proteção da infância sendo dever precípua da Constituição futura, assistência à maternidade e proteger a infância contra o abandono físico e moral. A equiparação dos sexos, porque sem igualdade jurídica, política e econômica, a mulher sucumbirá fatalmente na luta rude pela existência. A paz, sendo princípio feminista que a mulher não ingressa na política

³⁷⁶ Pedro Aurélio de Góes Monteiro, 1889-1956, oriundo de família com ascendência militar, exerceu sua carreira chegando ao posto de General-de-divisão. Atuou na Revolução de 1930, comandou as tropas federais que debelaram a Revolução Constitucionalista de 1932 e foi ungido Ministro da Guerra (1934-1935) do governo Getúlio Vargas. Cf. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

³⁷⁷ Bertha Lutz. “As mulheres votam em 42 países, e em nenhum deles o voto foi dado em troca de serviço militar”. *Revista Feminina*, outubro de 1932.

para rivalizar com o homem na ambição, nem para estimular ódios e discórdia, mas para tornar mais sereno o ambiente político da nossa terra e para promover a paz e a fraternidade entre as nações.³⁷⁸

Muito embora Bertha Lutz tenha divulgado sistematicamente sua campanha para deputada, somente no ano de 1936 ela assumiria, finalmente, seu cargo no legislativo³⁷⁹. Ainda que a campanha eleitoral de Bertha Lutz não tenha rendido grandes frutos, o Brasil já possuía uma representante feminina na Assembleia: a deputada paulista, Carlota Pereira de Queiroz³⁸⁰.

Carlota, no entanto, não se identificava com as questões debatidas por esse feminismo sufragista; suas prioridades eram outras. Identificava-se, primeiramente, com os pressupostos defendidos pela “Chapa Única Por São Paulo Unido!”³⁸¹ e, por conseguinte, com os ideais Constitucionalistas que moviam a oligarquia paulista durante os primeiros anos da década de 1930.

Na verdade, não era somente Carlota que operava dessa maneira, a própria movimentação feminista de São Paulo atuava de forma distinta, enaltecia as glórias do passado bandeirante onde se defendia um vanguardismo político, no qual as emendas do senador paulista Fontes Júnior se incluíam.

³⁷⁸ “Manifesto da candidata da mulher brasileira por Bertha Lutz”. *Revista Feminina*, dezembro de 1935.

³⁷⁹ Nas eleições para a Constituinte de 1934, Bertha Lutz apenas consegue se eleger como suplente do político Cândido Pessoa. Em 1936, em virtude do seu falecimento, ela, enfim, assume o cargo no legislativo. Cf. SOIHET, Rachel. *Op. cit.* p. 135.

³⁸⁰ Carlota Pereira de Queiroz, nascida no dia 13 de fevereiro de 1892, pertencia a uma família tradicional da cidade de São Paulo, SP. Em 1909, aos dezessete anos, recebeu seu diploma de professora pela Escola Normal da Praça e em 1920, inscrevia-se na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Transferindo-se mais tarde para o Rio de Janeiro, Carlota formou-se em 1926, ano em que também ganhou o prêmio Miguel Couto, por seus estudos sobre o câncer. Por volta do ano de 1928 Carlota retornou à São Paulo e assumiu importantes cargos na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, local visto na época como templo masculino do exercício médico profissional. Com a decorrência da Revolução Constitucionalista de 1932 a figura de Carlota, já muito prestigiada pelo exercício da medicina, adquiriu um caráter mais político. Liderando e coordenando diversas Ligas filantrópicas, ela estava em contato frequentemente com os políticos mais influentes do período e com eles articulava medidas em prol do povo paulista, então assolado pelos conflitos. Cf. SCHPUN, Mônica R. “Carlota Pereira de Queiroz: uma mulher na política”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.17, n°33, 1997, p.180.

³⁸¹ Com o fim da Revolução Constitucionalista de 1932, emergiu em São Paulo um regionalismo exacerbado, pelo qual diferentes facções políticas das elites locais expressavam o pioneirismo paulista quanto à luta por princípios democráticos. Da união dessas facções surgiu, diante desse contexto, a “Chapa Única Por São Paulo Unido”; uma comissão que elegeu vinte e dois candidatos para o cargo na Câmara Federal, dentre os quais se destacava Carlota Queiroz, a única representante do sexo feminino, que chegou a ser eleita para determinada posição. Cf. *Ibidem*.

Se para todas as brasileiras a notícia de que foi apresentado ao Congresso Constituinte de São Paulo, pelo senador Fontes Junior, uma emenda que concede o direito de voto políticos às mulheres, é de justo orgulho, pode-se imaginar o festivo alvoroço com que ela foi recebida por todas as paulistas. (...) Por enquanto que temos? A Federação pelo Progresso da Mulher Brasileira, no Rio, que, apenas denota sua existência de quando em vez por um ofício platônico de sua presidente. E é só! (...) Esperemos pela voz dos nossos legisladores. São Paulo tem sempre tido a vanguarda de nossas grandes conquistas sociais. Ou se deixará vencer pela voz da politicagem de campanário que está enterrando o caráter nacional?³⁸²

Centrada nesse regionalismo paulista, Carlota Queiroz durante sua carreira política não cessou de contestar suas discordâncias com o posicionamento da *FBPF*³⁸³ e, mostrando-se contrária ao posicionamento político de Bertha Lutz, defendia uma atuação feminina ao lado dos homens na política e não disputando com eles no jogo partidário existente.

Só as questões sociais me levam à política. Eu não pretendo que as mulheres imitem os homens e muito menos que procurem tomar o seu lugar. A mulher tem qualidades que lhe são peculiares e que precisam ser aproveitadas na organização social. Moderadora e prudente, a mulher precisa trazer a sua cooperação a esta nova era de trabalho, de construção e de fé que desejamos iniciar. (...) A mulher entra assim, através da minha humilde pessoa, no exercício de novas e grandes responsabilidades. A nossa situação é de minoria absoluta, quantitativa e qualitativa. Mas, longe de nós o espírito de partidarismo e de reivindicação. O que ambicionamos é nos incorporar às forças úteis da nação. Não podemos trazer programas novos. O único programa a cumprir é procurar servir o nosso país. (...) Minhas patrícias! Comunguemos com a nossa gente paulista nas aspirações de reivindicação dos seus direitos! E que assim possa São Paulo, forte e íntegro, participar da futura Assembleia Constituinte e servir também os grandes interesses do Brasil!³⁸⁴

Atuando, portanto, com uma postura que não destoava dos objetivos de seus colegas, Carlota Queiroz conquistava prestígio e confiança daqueles homens com quem trabalhava, e eles, por sua vez, a aceitavam nas suas fileiras, justamente pelo fato dela não se apresentar como feminista e tampouco se comportar politicamente como tal.³⁸⁵

³⁸² “São Paulo e o sufrágio feminino”. *Revista Feminina*, julho de 1921.

³⁸³ Sobre os desentendimentos políticos entre as associações feministas paulistas e cariocas, ver mais em, SCHPUN, Mônica R. “Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz.” *Cadernos Pagu*. Campinas, nº12, 1999, p. 357.

³⁸⁴ “A oração de D. Carlota de Queiroz”. *Revista Feminina*, novembro de 1933.

³⁸⁵ SCHPUN, Mônica R. “Carlota Pereira de Queiroz: uma mulher na política”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.17, nº33, 1997, p.167-200.

Em posições opostas, de um lado permanecia Carlota Queiroz que concordava em se inserir no então universo masculino da política, sem ao menos buscar ser reconhecida na sua diferença. Do outro estava Bertha Lutz, que tão logo assumiu o seu cargo de deputada em 1936, já instaurou uma comissão de criação do “Departamento Nacional da Mulher”³⁸⁶, órgão esse que desenvolveria uma série de medidas para regulamentar o trabalho³⁸⁷ e a educação feminina³⁸⁸.

Diante de toda essa movimentação política das mulheres, a despeito do que a historiografia do tema³⁸⁹ apontou, observo o movimento sufragista brasileiro como uma mobilização em que uma parcela feminina – mulheres letradas, de elite – pode conquistar sua participação na esfera pública, a partir do propósito de se alcançar a cidadania através da ação política.³⁹⁰ Muito embora o movimento sufragista tenha conservado os pilares fundamentais que estruturavam as relações de gênero daquelas primeiras décadas do século XX³⁹¹, Bertha Lutz e suas companheiras de campanha, transgrediram as regras que naquele momento impediam e/ou afastavam as mulheres do espaço público e difundiram, com o apoio da imprensa, a importância dessa conquista por direitos políticos. E foi dessa forma que a *Revista Feminina* atuou junto ao feminismo sufragista; proporcionando um amplo espaço em que essas líderes apresentassem as propostas da campanha e noticiassem as leitoras a respeito dos avanços conquistados no âmbito do Senado e da Câmara Federal, ao mesmo tempo em que reforçavam a necessidade de manter suas características e qualidades femininas, sobretudo, naquilo que concerne o seu papel fundamental de mãe/esposa/dona-de-casa.

³⁸⁶ Câmara dos Deputados, projeto nº 623-1937. Comissão de Estatuto da Mulher, anteprojeto da deputada Bertha Lutz- Cria o Departamento Nacional da Mulher. Código de Referência: BR AN, RIO QO. ADM, CPA. CCB, TXT 2. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

³⁸⁷ Cf. FRACCARO, Gláucia. *A regulamentação do trabalho feminino e o movimento de trabalhadoras em São Paulo (1917-1937)*. Campinas: Projeto de doutorado, UNICAMP, 2011.

³⁸⁸ Cf. BONATO, Nailda Marinho da Costa. “O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres.” *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.18, nº1-2, jan/dez 2005, p.131-146.

³⁸⁹ Refiro-me aos trabalhos de Branca Alves, June Hahner e Susan Besse já citados anteriormente.

³⁹⁰ SOIHET, Rachel. *Op.cit.* p.57.

³⁹¹ *Ibidem*.

Considerações finais

A respeito da *Revista Feminina* podemos concluir que o periódico em questão fez parte de um empreendimento empresarial familiar integrado à *Empresa Feminina*. Após o falecimento de Virgilina de Souza Salles, dona e diretora da revista, sua filha mais velha Avelina Salles assumiu a direção da revista e promoveu, por meio dessa, os outros investimentos que envolviam a *Empresa*, como, por exemplo, a edição e a divulgação de obras literárias, cujo mote centrava-se na questão feminina daquelas décadas. A *Empresa*, assim como a *Revista Feminina*, contou com a influência profissional e literária de Cláudio de Souza – irmão de Virgilina – que, além de angariar personalidades ilustres da vida letrada das décadas de 1920 e 1930 para compor o quadro de colaboradores da revista, ainda divulgava e comercializava seus produtos e medicamentos por meio dessas páginas.

Outra função muito importante assumida por Cláudio de Souza foi a redação dos editoriais que traziam o conteúdo de abertura e apresentavam o posicionamento político da revista. Sob o pseudônimo de Ana Rita Malheiros tais textos funcionavam como principal instrumento de crítica, defesa, reivindicação, protesto e/ou enaltecimento dos assuntos em foco no mês. Não se tratava, portanto, de uma porta-voz das mulheres, mas sim de um homem falando pelas mulheres, a partir de uma ótica fundamentada na ideologia de gênero que ele, homem, oriundo da classe média do início do século XX, sustentava.

No que concerne à sua divulgação, a *Revista Feminina* se beneficiou de uma extensa rede de “embaixatrizes” – mulheres, normalmente de elite, que apregoavam a revista por todo o país – e obteve por meio dessa contribuição feminina um grande número de assinantes e propagadoras do seu material. Em contrapartida, essas mulheres que anunciavam a revista também se beneficiaram, pois, por muitas vezes, foram inseridas nas redes de sociabilidade, de influências e de exposição pública promovidas pela divulgação desse periódico.

O mesmo se deu de modo bem semelhante com a publicidade do *Mappin Stores*, estabelecimento de renome que anunciou por muitos anos seus produtos e serviços nas páginas da *Revista Feminina*. No contexto de urbanização do início do século XX, o consumo incentivado por seus diversificados anúncios construiu um novo padrão de feminilidade associado a uma parcela leitora da revista e forte consumidora de grandes

lojas, como o *Mappin* e a *Casa Alemã*. Um novo sentimento de liberdade era experimentado por muitas mulheres que, em virtude do seu alto poder de consumo, podiam desfrutar abertamente do comércio local das cidades; usufruíam de certa liberdade de consumo, disfarçada na forma de autonomia e assim transitavam pelo espaço público, em que podiam ser vistas e ouvidas.

Além disso, os anúncios e os produtos comercializados por essas grandes lojas influenciaram na proposta de moda divulgada pela seção *A moda*, pela qual a cronista Marinette, propunha uma maior praticidade feminina, influenciada pela alta costura francesa, na qual se valorizavam os cortes retos, saias e cabelos curtos, dentre outros aspectos.

Podemos, portanto, constatar que as propagandas influenciavam o consumo e a sociabilidade feminina, mais especificamente da leitora da *Revista Feminina*. No entanto, essa exposição no espaço público deveria ser cautelosa, sem se corromper pelos costumes modernos, tais como o cinema, o cigarro e a *coquetterie* feminina. Para conter essa corrupção feminina, a revista não se furtou em publicar determinadas medidas restritivas e normativas a fim de manter a moral e os bons costumes das mulheres daquelas décadas. Além disso, a publicação também disseminava as medidas higienistas que circulavam no período a respeito da saúde feminina e, por meio de seus artigos e seções, promoveu o incentivo à prática sadia dos exercícios físicos e aconselhava o uso contínuo de produtos médicos regularmente publicados na revista.

Apesar da frequência regular com que se apresentavam essas medidas restritivas nas páginas da *Revista Feminina*, não devemos resumir – assim como a historiografia do tema fez por muito tempo – todo o vasto e diversificado conteúdo dessa publicação a um material exclusivamente normativo e de ingênuo entretenimento feminino. Por meio deste estudo, assevero o importante papel que essa revista teve na formação de um espaço público e literário relacionado às demandas sociais das mulheres, em curso desde meados do século XIX. Para tanto, ao observar como a revista se articulava e abordava a luta pelo direito ao voto, ao trabalho e à instrução – temas que também ocupavam um lugar significativo em suas páginas – pude observar a participação assídua de ilustres escritoras e personalidades da “República das Letras”, tais como Júlia Lopes de Almeida, Maria Eugênia Celso, Chrysanthème, assim como as participações de escritoras estrangeiras como

Ana de Castro Osório e até mesmo uma seção específica em que a revista propunha o exercício literário, somente de suas assinantes, e pela qual estas expunham suas obras, poemas, sonetos, pequenos contos e também seus posicionamentos na luta pela emancipação.

Outro canal de expressão proporcionado pela *Revista Feminina* foi o espaço que essa publicação reservou à divulgação da campanha pelo sufrágio feminino. Travada fundamentalmente pelos setores da burguesia urbana, a luta pelo direito ao voto permitiu que cada vez mais mulheres das classes médias pudessem se pronunciar naqueles novos espaços em que suas vozes eram acolhidas. A *Revista Feminina* era um deles e nas suas páginas noticiavam-se não apenas a movimentação feminista brasileira, mas também os avanços estrangeiros a fim de incentivar e entusiasmar a luta sufragista liderada por Bertha Lutz.

Dessa forma, por mais que a historiografia até então produzida contente-se em afirmar que a *Revista Feminina* foi um veículo de entretenimento muito influenciado pelo conteúdo doutrinador e normatizador também visto no discurso cristão, uma análise sistemática de toda sua coleção foi capaz de constatar uma – mesmo que pequena – resistência feminina, pela qual mulheres de elites, letradas, se utilizaram do espaço que lhes era destinado na revista, se envolveram e, principalmente, se pronunciaram a favor dos movimentos e das lutas pelo direito à educação e aos seus direitos civis e políticos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivos

Arquivo Edgar Leuenroth (AEL). Campinas, SP.

Arquivo Nacional (AN). Rio de Janeiro, RJ.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN). Seção de Periódicos.

Centro de Memória da Unicamp (CMU). Campinas, SP.

Periódicos

Revista Feminina. São Paulo, SP (1915-1936).

Fon-Fon. Rio de Janeiro, RJ (1920-1930).

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, RJ (1925-1930)

O País. Rio de Janeiro, RJ (1918-1925).

Revista da Semana. Rio de Janeiro, RJ (1918-1920).

Obras literárias

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Falência*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. *A Herança*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio, 1909.

_____. *Cruel amor*. Rio de Janeiro: Alves, 1911.

_____. *Correio da roça*. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

_____. *Eles e elas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.

_____. *Memórias de Marta*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

Chrysanthème. *Enervadas*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922.

_____. *Gritos femininos*. São Paulo: Monteiro Lobato &Co, 1922.

_____. *Memórias de um patife aposentado*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1924.

_____. *Vícios modernos*. São Paulo: Zenith, 1926.

_____. *O que os outros não vêem*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

DOLORES, Carmem. *A luta*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

Dicionários e obras de referência

BARRADAS, Ana. *Dicionário de mulheres rebeldes*. Lisboa: Ela por ela, 2006.

BRAZIL, Érico Vital & SCHUMAHER, Schuma (Orgs). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras, (1711-2001)*. São Paulo: Escrituras, 2002.

MENEZES, Raimundo. *Dicionário literário brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1969.

SOUZA, Antonio Ferreira de *et.alli*. *Dicionário no feminino: séculos XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. *O Dote é a Moça Educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República*. Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999.
- AGUIAR, Neuma. (org) *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- ALVES, Branca M. *Ideologia e feminismo: a luta pelo voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- AMED, Jussara. *Escrita e experiência na obra de Júlia Lopes de Almeida*. Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- AZEVEDO, Elciene. et. al. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BATALHA, Claudio H. et. al. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BASTOS, Lúcia Maria, MOREL, Marco, FERREIRA, Tania Maria Bessone. (Orgs.) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006.
- BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914- 1940*. São Paulo: Edusp, 1999.
- BONADIO, Maria Claudia. *Moda e sociabilidade: mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- _____. *Moda: Costurando mulheres e espaço público. Estudo sobre a sociabilidade feminina na cidade de São Paulo 1913-1929*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- BUITONI, Dulcília. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

- CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1937)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- COSTA, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (org). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana - 1890/1915*. São Paulo, EDUC/FAPESP/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2000.
- CUNHA, Maria Clementina (org). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- _____. “Loucura, Gênero. São Paulo Feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n.18, agosto-setembro 1989, p.121-144.
- DE LUCA, Leonora. *A mensageira: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- _____. “O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida, (1862-1934)”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n.12, p.275-299, 1999.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. Companhia das Letras, 1997.
- DUARTE, Constância, BEZERRA, Kátia da Costa (Orgs.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- _____. “Feminismo e literatura no Brasil”. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v.17, n.49, 2003, p.151-172.
- DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, Volume 4, 1991.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de romance: As mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2005.

- EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ESTEVEZ, Martha Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FANINI, Michele Asmar. . *Fardos e Fardões- Mulheres na Academia Brasileira de Letras, (1897-2003)*. Tese de doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- _____. “Julia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras”. In: *Estudos de Sociologia*. Araraquara, v.14, n.27, p.317-338, 2009.
- FERREIRA, Verônica C. “Entre emancipadas e quimeras- imagens do feminismo no Brasil.” In: *Cadernos AEL*. Campinas, n. 3/4, 1995/1996, p.153-200.
- FONSECA, Claudia. “Solteironas de fino-trato: reflexões em torno do (não) casamento entre pequeno-burguesas no início do século.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n.18, agosto-setembro 1989, p.99-120.
- GARZONI, Leric de Castro. “Nas fronteiras do não-trabalho: trabalhadoras pobres e as definições de vadiagem no início do século XX.” In: *Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v.1, n. 2, julho-dezembro 2009, p.75-95
- GELLACIC, Gisele Bischoff. *Bonecas da moda: Um estudo sobre o corpo através da moda e da beleza, Revista Feminina, 1915-1936*. Dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.
- GUIMARÃES, Lúcia & FERREIRA, Tânia B. da Cruz. “Myrthes Gomes de Campos (1875-?): pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina.” In: *Gênero*. Niterói, v. 9, n. 2, 1º semestre de 2009, p. 135-151.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- _____. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1930*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- HELLER, Bárbara. *Em busca de novos papéis: imagens da mulher leitora no Brasil (1890-1920)*. Tese de doutorado em Teoria Literária, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

- KAMITA, Rosana Cássia. “Revista ‘A Mensageira’: alvorecer de uma nova era?” *Estudos Feministas*. Florianópolis, v.12, nº20, setembro-dezembro 2004.
- LEITE, Miriam Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.
- _____. (org.) *A mulher no Rio de Janeiro no século XIX: um índice de referências em livros de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1982.
- LIMA, Sandra Lopes. *Espelho da mulher: Revista Feminina (1916-1925)*, Tese de doutorado em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.
- LUCA, Tânia Regina de & MARTINS, Ana Luisa (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LUSTOSA, Isabel (org). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- MACEDO, Elza D. Veloso. “Uma luta justa... e elegante: os feminismos conflitantes e Maria Lacerda de Moura na década de 1920.” In: *Gênero*. Niterói, v. 3, n. 2, 1º semestre de 2003, p. 91-104.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes e MELO, Hildete Pereira de. “Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis.” In: *Estudos Feministas*. Florianópolis, v.16, nº4, maio-agosto 2008, p. 440.
- MARTINS, Ana Luisa. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2001.
- MASCARO, Sonia de. *A Revista Feminina: imagens de mulher (1914-1930)* Dissertação de mestrado em Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- MATOS, Maria Izilda de. “Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 4, 1995, p.97-115.
- _____. “Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, v.11, 1998, p.67-75.
- _____. “Em nome do engrandecimento da nação: representações de gênero no discurso médico- São Paulo 1890-1930”. In: *Diálogos*, DH/UEM, v.4, 2000, p.77-92.
- MENDONÇA, Cátia Toledo. “Júlia Lopes de Almeida: a busca da liberação feminina pela palavra”. In: *Revista Letras*, Curitiba: Editora UFPR, nº60, julho/dezembro 2003, p.275-296.

- MOREIRA, Nadilza M. de B. “A crônica de Júlia Lopes de Almeida dialoga com o projeto de modernidade do Brasil republicano”. In: *Terceira Margem*. Rio de Janeiro, n.20, janeiro-julho 2009, p.176-188.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. de. “Além da Indústria Têxtil: o trabalho feminino em atividades ‘masculinas’”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n.18, agosto-setembro 1989, p.84-98.
- MUZART, Zahidé L. “Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX”. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, volume 11, nº 1, janeiro-junho 2003.
- NASCIMENTO, Cecília Vieira & OLIVEIRA, Bernardo J. “O *Sexo Feminino* em campanha pela emancipação da mulher”. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, v.29, julho-dezembro de 2007, p.429-457.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Companhia das Letras, 1993.
- PADILHA, Marcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.
- _____. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. In: *Revista História*. São Paulo, v.24, n.1, 2005.
- _____ e SOIHET, Rachel A emergência da pesquisa de História das Mulheres e das Relações de Gênero”. in: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.27, nº 54, 2007, p.281-300.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras - presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- PIMENTEL, Sílvia. *A Mulher e a Constituinte*. São Paulo: EDUC, 1987.
- PINTO, Maria de Lourdes de Melo. *Do privado ao público; a (des)construção do discurso engenho patriarcal em crônicas escolhidas de Chrysanthème (O Paiz-1914-1937)*. Dissertação de mestrado em Literatura Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

- _____. *Memória de autoria feminina no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX: a emergência da obra de Cecília Moncorvo Bandeira de Melo Rebelo de Vasconcelos*. Tese de doutorado em Literatura Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- POSSAS, Lúcia Vianna. *Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890- 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Os prazeres da noite: Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RAMALHO, Christina. (Org.) *Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas*. Rio de Janeiro: Elo, 1999.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SBRAVATI, Daniela Fernanda. “Mulheres de (in) certa condição”. In: *Mundos do Trabalho*. Florianópolis, v.1, n.2, 2009, p.13-40.
- SCOTT, Joan W. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- _____. *Gender and the politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988.
- SCHETTINI, Cristiana. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- SCHPUN, Mônica Raisa (org.). *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1997.
- _____. *Lês années folles à São Paulo: hommes et femmes au temps de l’explosion urbaine (1920-1929)*. Paris: L’Harmattan, 1997.
- _____. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. “Entre o feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiroz.” In: *Cadernos Pagu*. Campinas, v.12, 1999, p. 331-377.

- _____. “Com licença, vou à rua. Espaço urbano e relações de gênero em São Paulo nos anos 20.” In: *Cultura Vozes*, 89, 2, maio-junho de 1995, p.16-29.
- SEVCENKO, Nicolau. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil República: Da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Cleusa Gomes. *Modernizando o casamento: a leitura do casamento no discurso médico e na escrita literária feminina no Brasil moderno (1900-1940)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- SILVEIRA, Daniela M. *Fábrica de contos: ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão Artista: Pintoras e Escultoras Acadêmicas Brasileiras*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2008.
- SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Receitas de felicidade e espectros da infelicidade: o Código Civil de 1916 e as lições de comportamento na Revista Feminina no início do século XX*. Rio de Janeiro: UERJ, Tese de doutorado, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- _____. “Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz.” *Labrys- estudos feministas*. Brasília, v.2, nº1, julho-dezembro 2002.
- SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. *Traços da Participação Feminina na Institucionalização de Práticas Científicas no Brasil: Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, 1939-1951*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de mestrado, 2007.
- SOUZA, Gilda de M. e. *O Espírito das roupas- a moda no século dezenove*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- STEVENS, Cristina (org). *Mulheres e Literatura-25 anos: raízes e rumos*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- TELLES, Maria Amélia de Almeida. *Uma breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- TILLY, Louise A. “Gênero, História das mulheres e História Social”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 3, 1994, p.29-62.

VARIKAS, Eleni. “Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 3, 1994, p.63-94.

WEINSTEIN, Barbara. “As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 4, 1995, p.143-171.

REVISTA FEMININA

(A LUTA MODERNA)

PROPRIEDADE DA EMPRESA FEMININA BRASILEIRA

DIRECTORA: — VIRGILINA DE SOUZA SALLES

AS. ANNUAL, 5\$000 para S. Paulo - 5\$500 para outros Estados — RED: ALAMEDA GLETTE, 87

A B R I L

O crepusculo começava a baixar; sobre o espaço ainda estuante das ultimas palpações da luz, a sombra descia lentamente como uma palpebra cahindo sobre a scintillação de uma pupilla.

— Crepusculo de abril — balbuciou Corina abstracta... O sol do verão aos poucos nos abandona.

Estavamos a um canto do terraço, junto a uma mesa de také, onde desfallecia um ramo magnifico de peonias e lilases.

Do salão vinham os accordes turbadores de uma valsa lenta; do jardim subia embalsamando os ares e ajoviando os nervos, o perfume morno que as flores exhalam ao cahir da tarde.

Na tristeza languesciente do crepusculo as almas femininas, como as flores, sentem necessidade de desabrochar, em confidencias.

— E Ernesto? — perguntei.

— Como todos os homens... respondeu-me Corina com um sorriso doloroso — Teve o seu orgulho satisfeito quando me viu vencida de amor... Desfalleceu então aos pés de outras. Procura-me agora porque eu o desprezo, pelo prazer da reconquista. Eil-o; ahi vem...

Ernesto surgiu no hiato da porta, vindo do salão; na meia luz da hora a linha impeccavel do fraque accentuava a graça do seu corpo esguio.

— Ao menos esta — disse elle approximando-se de Corina. E baixando a voz continuou: — E' a ultima. A matinée está terminada e eu parto amanha.

Affastei-me discretamente para o intercolumnio cujo balcão se debriçava sobre um taboleiro de geraniums.

— Vês aquelle pedaço de ceu? — disse Corina, cuja voz tremia ligei-

ramente, apontando um ultimo trecho do ceu onde a luz resistia ainda á invasão da treva.

— Corina, eu te imploro, eu te supplico! Tem piedade de minha miseria.

— Vês? — continuou Corina sem interromper-se. — O sol parece pedir piedade á sombra que o afoga na opacidade do seu desprezo, onde nada se reflecte. Elle sabe que ella cederá no decorrer da noite fépida, cheia de sussurros mysteriosos e capitula agora certo de que se erguerá victoriosô pela madrugada, estiraçoando o coração da treva...

Só elle dominará então o azul sereno... E' o coração do homem...

— Corina...

— Paremos pois na doçura do nosso primeiro crepusculo — continuou Corina — Ha ainda uma palpação de luz; deixemol-a. Que nem a treva avance, nem a luz succumba...

Anna Rita Malheiros

Revista Feminina de S. Paulo.

A CONFISSÃO

Guy de Maupassant

Ellas viveram continuamente juntas, inseparavelmente unidas. Margarida parecia sempre triste, acabrunhada e rapidamente envelhecera, soffrendo de um mal desconhecido que a roia lentamente.

Margarida está agora para morrer e ha vinte e quatro horas não falla.

Foram estas as suas ultimas palavras, aos primeiros fulgores da aurora:

— Manda chamar o padre; é chegado o meu momento.

E ficara em seguida espasmada, sacudida por tremores, os labios agitados por palavras que pareciam vir do coração e não podiam ser pronunciadas, os olhos estuporados...

Sua irman, em lagrimas, repetia:

— Margot, minha pobre Margot!

Passos fizeram-se ouvir na escada. A porta abriu-se. Um menino de coro appareceu seguido do velho padre em sobrepelez. Avistando-os a agonizante sentou-se num resalto, abriu os labios, balbuciou duas ou tres palavras. O padre Simão approximou-se, tomou-lhe a mão, beijou-lhe a fronte e disse-lhe com voz doce:

— Deus vos perdôa, minha filha; coragem, o momento é chegado; fallai!

Então Margarida, tremendo da cabeça aos pés, balbuciou:

— Senta-te aqui, minha irman e ouve!

O padre levantou Suzanna, que se debulhava em lagrimas ao pé do leito, fez-a sentar-se numa poltrona, ao seu lado, e tomando em cada mão uma das mãos das duas irmans exclamou:

— Senhor, meu Deus, dae-lhe força e a vossa misericordia!

Margarida começou a fallar:

— Perdão, perdão, minha irman. Si tu soubesses que pavor me causou em toda



CREAÇÃO DE Mme BONILHA

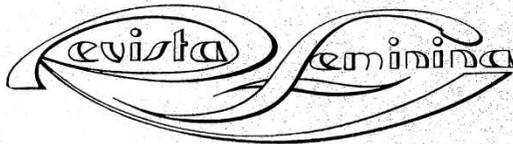
Costume Riding-coat de sarja azul marinho, cinto em largaz, frança de seda preta, atacado com cordão de seda preta terminando com um pingente de retroz. Revell de faille de seda preta.

Imagem 1—Página de abertura do primeiro exemplar de 1915, momento em que o pequeno folheto passa a ser uma publicação mensal, a *Revista Feminina*.



Imagem 2- Capa do exemplar de dezembro de 1916

Assignatura annual para todo o Brasil Rs. 10\$000
Preço para a venda avulsa: 1\$000
O assignante tem direito, pelo preço de assignatura, aos numeros extraordinarios (quase vendidos avulsamente a 2\$000) e aos brindes.



Directores . . .
VIRGILINA DE SOUZA SALLES
JOÃO SALLES
Redacção:
::: Praça Antonio Prado :::
::: Palacete Briccola :::
Tel. da redacção, 5861, Central
Telephone da residencia dos Directores N. 848 — cidade

ANNO V

SÃO PAULO, MARÇO DE 1918

NUM. 46

MARÇO

NENHUM dos institutos sociaes pode na vida das sociedades modernas escapar ao exame attento de nosso sexo, que nem sempre, pela organização defeituosa de certa classe de relações humanas, conta com a necessaria justiça. A instituição do Jury, por exemplo, não pode fugir à nossa analyse de jornalistas, nem seus actos podem deixar de merecer justa critica, quando mal comprehende seus fins.

Já é seducção proclamar que o jury constitue entre nós uma calamidade publica, uma praga ruim que é necessario extinguir, porque lhe falta consciencia, moralidade, e principalmente justiça. Tornou-se um aparelho destinado apenas a absolver criminosos, e a sua indulgencia que é em todas hypotheses notavel, mostra-se digna de especial registro nos chamados crimes passionaes, que elle tem corrido para tornar cada vez mais numerosos. Aquelles crimes comecam a succeder-se com alarmante, quando não com apavorante frequencia. A victima é communmente uma mulher, pois que só o homem tem direito de peccar contra seus juramentos sem ser condemnado á pena de morte; e uma mulher fraca, inermes, atacada de surpresa, barbara e friamente espancada, de gilhazes ou de vitriolo, trucidada ou fuzilada, sendo depois exposta á retaliação diffamante e incrivel dos detalhes da reportagem pouco escrupulosa, enquanto o assassino recebe as felicitações dos amigos, e aguarda confiante a absolvição do tribunal popular.

A cegueira da absolvição, é o incentivo para que taes crimes diariamente augmentem de numero. E' tão facil ser heroe quando a victima não se pôde defender e ha o jury para absolver e á sociedade para applaudir! Acompanhei pacientemente durante todo um anno os julgamentos de taes crimes, perpetrados nas nossas duas maiores cidades, Rio e S. Paulo, e em todos elles, em muitos dos quaes ficou provada a innocencia da victima, os criminosos foram, sem excepção, absolvidos!

Vae-se tornando assim, pela força do habito, o assassinato passional — sempre, só de mulheres! — um elemento definitivo de nossa ethica social, que não tardará por integrar-se num de nossos principios constitu-

cionaes, relegando-nos a um estado de barbaria, inadmissivel mesmo nos povos primitivos. Ora o assassinato — de todos o mais horripilante dos crimes — repugna á verdadeira moral, á religião, á nossa indole e ás nossas tradições. A religião, e digamos a religião catholica que é a de nosso povo, e que resistiu ao sectarismo dos amotinados fundadores de nossa democracia, tem como um de seus principios basicos este mandamento formal e synthetico: Não matarás. Não lhe escapam no entanto as faltas humanas, todas ellas, das maiores ás menores, que para todas tem reprovação e castigo, sem que para as castigar ou aconselhe ou admita o assassinato. Sua formula é absoluta, decisiva; não especialisa casos, nem aspectos. Não matarás, e não matarás porque nem mesmo sobre a tua vida tens direito de decidir, pois a vida é um dom que só recebemos efermamente, como um epiphenomeno do conjunto universal, que a Deus pertence regular. —

O preceito com que a religião procurou soffrear a irracionalidade dos impulsos animaes que habitam a fera humana, tornou-se um preceito colectivo. As proprias nações, em sua maioria, ellas que são entidades globaes com interesses maiores a salvaguardar, apesar de gosarem de direitos de excepção, foram forçadas a abolir de seus codigos civis a pena de morte, mesmo para os maiores crimes. Não se comprehende, portanto, que o nosso jury tenha decretado a impunidade das execuções passionaes, admitindo um castigo, que os mesmos povos prescreveram de suas legislações; e que continue o Brasil a assistir o espectáculo degradante daquella trucidação constante e crescente, que denota um estado de barbaria incompativel com os nossos foros de civilização.

Não quer isto dizer que se deixem impunes as faltas que os tem originado; não; longe de nós esta idea, pois incidiriamos no perigo da dissolução da moral sagrada que forma o lar e a familia, e a propria sociedade. Não são, porem, os meios barbaros os que melhor corrigem, e homens civilizados não se batem como selvagens no meio da rua, para a conquista de seu direito, porque todo elle está codificado e escripto, e nos tribunales deve ser discutido.

Ninguém pôde fazer justiça por suas proprias mãos; e que justiça!... Na maioria dos casos, depois de longa

premeditação, alvejando fria e covardemente uma victima inermes, uma pobre mulher que lhe é inferior em força e energia, e fuzilando-a summariamente, sem defesa, sem apello, sem agravo, ás vezes por uma simples suspeita, e levando muitas vezes a crueldade desta execução cambalesca a retalhar-lhe o cadáver num accesso feroz de odio!...

Ora porque um noivado se rompe — e em muitos casos o rompimento motivam-o o receio da indole violenta do noivo — ora porque a familia se oppõe a um casamento, ora porque uma mulher virtuosa resiste ás sollicitações de um peralvilho, ora pelo simples veneno de uma carta anonyma — que por si só já devia dar idea da infamia de seu auctor — chega-se a uma daquellas tragedias, a um daquelles crimes, que já se praticam em qualquer lugar e a qualquer hora, em plena rua e á luz meridiana, e que se revestem ás vezes de uma crueldade inaudita, de uma selvageria que revolta as almas bem formadas. Vem o jury e absolve; absolve sempre.

E isto porque? Cabe aqui o conceito que emitimos nas nossas primeiras linhas: porque a justiça foi feita pelos homens e só por homens é distribuida; o jury que julga o assassino de uma mulher é composto dos mesmos homens, capazes do mesmo gesto; e aos quaes a justiça imparcial de Christo mandava ironicamente que atrassem a primeira pedra, si se sentissem innocentes. Eis porque nós, mulheres, nos devemos integrar mais na vida collectiva, tomar parte mais activa nas decisões que dizem com a vida nacional, sem que para isto seja necessario que adoptemos qualquer das formulas ridiculas do feminismo revolucionario.

Crimes passionaes... loucura passional... Mas passional são todos os crimes; todos elles obedecem á cegueira de uma paixão; e si as paixões devessem de ser consideradas em vez de aggravantes, como attenuantes do crime, as do odio, da cubica, da inveja, que geram os demais crimes, e que levam igualmente ao delirio, "com privação dos sentidos normaes", passam a ter direito á absolvição. Não ha mais necessidade de cadeias; os edificios que ja existem poderão ser aproveitados para pantheons dos antigos criminosos! E talvez esta marcha que vae tomar a nefasta instituição do jury que ad-

Imagem 3- Editorial de abertura, maio de 1918.



Imagem 4- Menino sentado ao centro, segurando um exemplar da *Revista Feminina* na Praça Antônio Prado, São Paulo, SP. Ao seu redor, nota-se uma grande quantidade desse periódico; número especial, em homenagem à Virgínia Salles de Souza, em virtude do seu falecimento. Julho de 1918.

CAIXA, 1391

MAPPIN STORES
Sociedade Anônima de Comércio

TEL., 45, CEN.

ELEGANTES VESTIDOS DE SOIRÉE

MODELOS DE PARIS



Encantador vestido confeccionado com fino «Lamé», de fundo verde, tendo por feição uma linda fita dourada. Sua «drapé», sob a qual aponta uma pequena parte de Georgette verde.

Os tres clichês que illustram este annuncio não têm a pretensão de representar toda a graça e belleza dos novos modelos, mesmo porque lhes faltam a vida e cores e o brilho dos tecidos

Esplendido «ensemble» conseguiu a modista collocando «tulle brodé» sobre forte «argent», em graciosas «ondulações», principalmente no «corsage», que é de grande estylo.

Este vestido resultou da artistica combinação de finissimas rendas e esplendido crêpe da China rosa claro, ornados com finos pingentes e galões prateados.

Não se sabe que mais devemos admirar nestas supercriações de Paris: se os raros desenhos e as cores dos finos tecidos; se a perfeição e a extrema elegancia dos linhas.

MAPPIN STORES

Rua S. Bento, esq. Rua Direita
S. PAULO

Imagem 5- Propaganda do Mappin Stores em janeiro de 1920.

Para dar ao vosso
cabello branco a
côr preta ou cas-
tanha, use

PETALINA



é o unico prepa-
rado que tinge
perfeitamente o
cabello.

Basta uma só ap-
plicação. Um tubo
da para muitas
vezes.

Experimentan-
do usará sempre.

Preço pelo correio
registado 3\$000

Pedidos à REVISTA
FEMININA

PETALINA

A' base de Hené

Praça da Sé, 53
Palacete Santa Helena
7.º Andar

Não mancha - Completamente Inof-
ensiva. Cada tubo é acompanhado
de um prospecto com instruções
para sua aplicação.



Impresso e composto na Typographia Paulista Rua Jandala 10 São Paulo

Imagem 6- Propaganda da tintura de cabelo Petalina, produto desenvolvido e sob o domínio de Cláudio de Souza, irmão de Virgilina de Souza Salles- fundadora da RF.

Revista Feminina

S. PAULO, 5 DE
FEVEREIRO DE 1924

ANNO XI — N.º 117

Fundada por VIRGILINA DE SOUZA SALLES
Secretaria: AVELINA DE SOUZA SALLES

O 1.º Congresso Brasileiro de Jornalistas declarou que a "Revista Feminina" é um modelo digno de ser imitado.

Assignatura annual para todo o
Brasil 18000
Assignatura com registro 20000
Idem para o estrangeiro 30000

Redacção:

R. Conselheiro Christiniano, 1

Telephone N. 6659 Cidade

Sua Eminencia o Cardeal Arcoverde affirma que a "Revista Feminina" é redigida com elevação de sentimentos e largueza de vistas.

BÔAS VINDAS

A "Revista Feminina" está de mudança para o Rio, ou antes, estabeleceu na capital morada definitiva e, sem sahir do seu berço paulista, fixou entre nós os seus penates com a succursal recentemente iniciada.

Não era possível, naturalmente, que uma penna carioca, não fosse a primeira a lhe desejar as boas-vindas, e entre a turba de jornaes masculinos, saudasse o promissor apparecimento d'esta collega do outro sexo que tão garbosamente ostenta a graça da sua femilidade. E' que a *Revista Feminina* já não era uma desconhecida em nosso meio.

Algumas pessoas antipathisavam-lhe com o nome: — "*Revista Feminina*... feita por mulheres... Receitas de cozinha... modas... pierrines, não deve passar d'isto. Boa para collegias quando muito..."

A leviandade d'estes juizos provinha geralmente da absoluta ignorancia em que se achavam, acerca da Revista, as pessoas que assim se exprimiam. Por ser feminina não quer dizer que não trate de assumptos que a ambos os sexos interesse e repugne hostilmente a collaboração e o prestimo dos homens. Pelo contrario. Não ha sexo em arte. Homens e mulheres, desde que saibam escrever e tenham qualquer coisa a dizer quando escreverem, são perfeitamente iguaes e equivalentes na influencia que podem exercer e nos serviços que estão aptos a prestar.

Revista Feminina não quer pois, dizer revista exclusivamente para mulheres, tanto mais quando o primeiro assignante que obteve depois de um distribuição gratis de perto de dois annos, — assim nos contou um dos mais intimos da casa — foi precisamente um homem, um leitor de Itabira do Campo. Este homem mereceria ser mulher pela certeza precursora de sua intuição. Adivinhara a força de vitalidade dessa feminina revista, antevia-lhe o successo.

Este homem, se não tiver um dia o retrato na sala de redacção ou no salão de honra da casa de S. Paulo e da succursal, é porque "*la dona é mobile*" e não esqueçamos que a Revista é do povo fazendo mesmo a pergunta de o ser... E' preciso, pois, que o publico do Rio

faça a esta *dona* a acolhida de sympathy que ella merece, e efficazmente lhe auxilie as primeiras difficuldades da acclimatação.

N'este momento em que um surto de tão elevado progresso subleva a alma feminina e o interesse pelas cousas do espirito parece querer definitivamente espancar a treva de frivolidade e de estagnação intellectual em que se atolava até não muitos annos atraz, a mulher brasileira, um orgão feminino, onde a mulher possa libertamente demonstrar as suas capacidades, é positivamente da mais nimia oppor-tunidade.

Rosalina Coelho Lisboa com o brilho terso da sua penna victoriosa, Albertina Bertha, Abel Juruá, Anna Amelia Carneiro de Mendonca e muitas outras tendo á frente a laureada "*éclaireuse*" que é d. Julia Lopes de Almeida, são nomes de que se ufanaria qualquer jornal, são nomes que a Revista Feminina não poderá dispensar como esteos certos do seu successo.

O publico do Rio é exigente e desattento. O programma da Revista deve, por consequente, antes de tudo, interessal-o, contentar-lhe a exigencia, com o requinte e a succulencia da materia litteraria, social e photographica apresentada, prendendo-o d'est arte por todos os liames subtis da intelligencia, da curiosidade e da vaidade.

Não desdenhemos da vaidade. Como factor de progresso a vaidade é um dos maiores estimulantes conhecidos e o dia em que se tornar chic ser assignante da *Revista Feminina*, não haverá mulher na capital e nos estados que não a queira ter, á mesinha de cabeceira, como leitura predilecta.

Realisar-se-ha d'esta triumphal maneira o sonho generoso da sua fundadora, de saber em cada lar brasileiro, tremulando como um pequeno fanal de sua intellectualidade e de moralisadora influencia o labaro da Revista, congracando todas as mulheres na mesma obra de solidariedade, de patriotismo e de progresso.

Maria Eugenia Couto.
ANDAR 1.º PRAT. e
EST. 19 N.º de ORD.

Imagem 7- Editorial de abertura em que se noticia a inauguração da nova filial, Rio de Janeiro-RJ, fevereiro de 1924.

Sociedade de Productos Chimicos L. QUEIROZ

SÃO PAULO



A AGUA DA BELLEZA

deve se achar em todo o boudoir das senhoras elegantes e que prezam a sua epiderme. Torna a pelle alva e avelludada, tira as manchas e da-lhe um aspecto encantador. E' O ENCANTO DAS SENHORAS.

Petroleo Americano

Além de dar brilho aos cabellos e de tornal-os macios e crespos, essa loção é infallivel para combater a CASPA e evitar a QUEDA DOS CABELLOS.

Preparado com Kerozene e não com benzina ou essencias como os productos similares, elle é por isso mesmo mais efficaç.

LIMÃO BRAVO E BROMOFORMIO

de L.
Queiroz

E' o melhor XAROPE para curar a TOSSE, a ASTHMA, a COQUELUCHE e o CATARRHO CHRONICO.

E' DE SABOR AGRADAVEL.

AS COLICA HEPATICAS LITHOBILINA

um preservativo na
taes. Com este re-

ou Colicas do Fígado, os CALCULOS BILIARES encontraram um remedio efficaç e preparado ideal, composto exclusivamente de vegetaes. Com este re-



O Guderin

é a salvação das Senhoras pallidas e anemicas. Augmenta extraordinariamente o numero dos glóbulos vermelhos e dá força e augmento de peso.

E' util na debilidade e na anemia devidas ao PARTO e as grandes hemorrhagias e na Amenorrhéa e outras molestias das Senhoras.



Todos estes preparados encontram-se á venda nas principais pharmacias e drogarias e no Deposito Geral



Sociedade de productos Chimicos L. DE QUEIROZ

Imagem 8- Propaganda dos produtos L de Queiroz: Água da beleza, Petróleo Americano, Limão Bravo e Bromoformio, Lithobilina e O Guderin. Maio de 1918.

MAPPIN STORES
Sociedade Anônima Brasileira

A MODA EM S. PAULO



A V. EXA., QUE CULTIVA, CERTAMENTE, A ELEGANCIA COM UM CUIDADO ASSAZ METICULOSO, E' DE RELEVANTE INTERESSE VISITAR O NOSSO DEPARTAMENTO DE MODAS.

OS GRACIOSOS MODELOS DE PARIS ACTUALMENTE DISTRIBUIDOS EM NOSSAS GRANDES EXPOSIÇÕES DA SOBRE-LOJA. REFLECTEM, EM TODA A SUA PLENITUDE A MODA IMPERANTE NOS CELEBRES "RAYONS" DA RUE DE LA PAIX.

VISITE-NOS EM QUALQUER ÉPOCA

MAPPIN STORES

Imagem 9- Anúncio do *Mappin Stores* no exemplar referente a abril de 1926. É possível distinguir uma nova proposta de publicidade assumida pela loja que ia de encontro à proposta de modernidade sugerida pela *RF*.

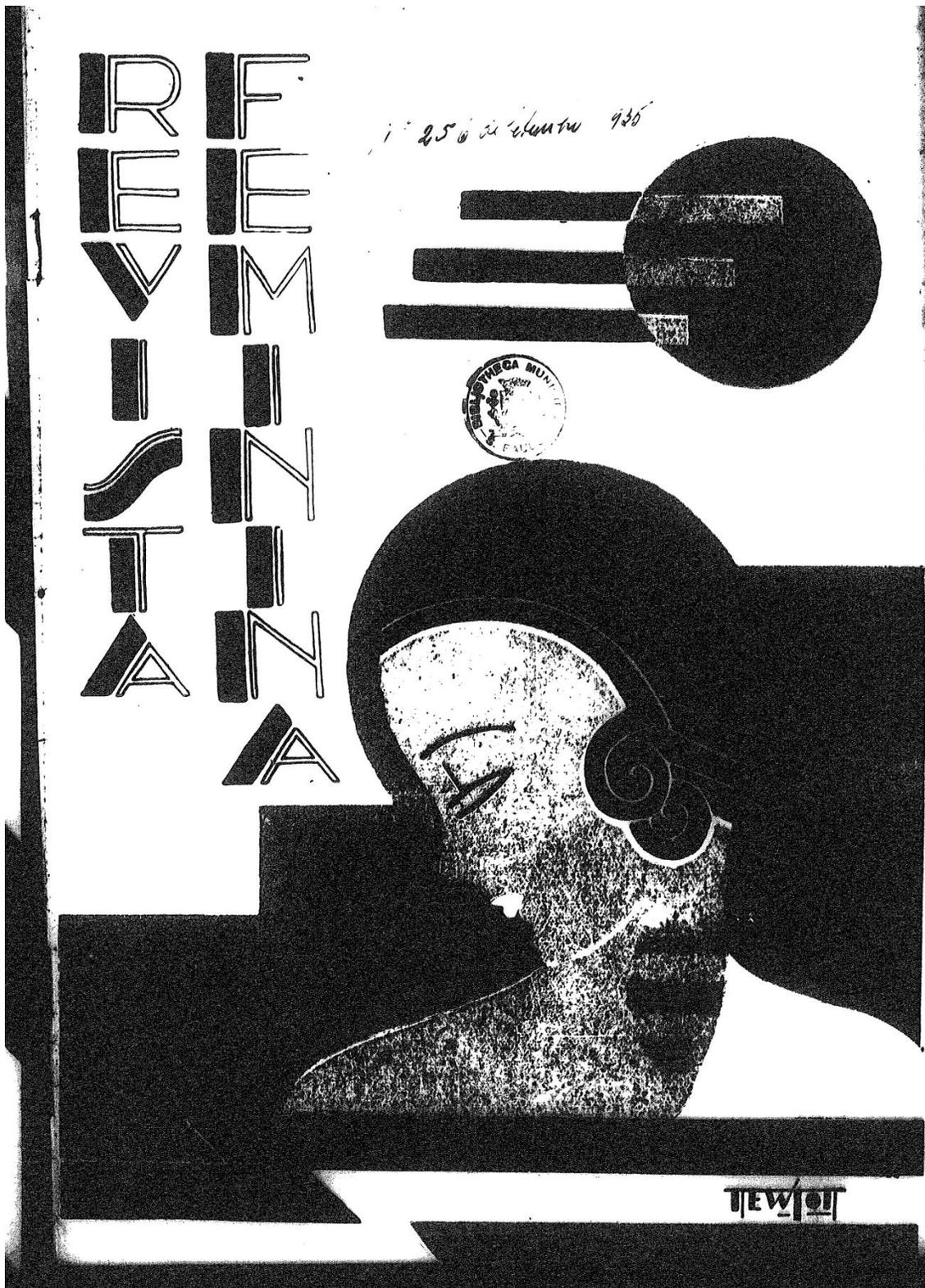


Imagem 10- Capa do exemplar número 256 do mês de setembro de 1935, ano XXII da RF.

REVISTA FEMININA

FEVEREIRO 1935 — S. PAULO

ANNO XXII — NUMERO 249

FUNDADA POR VIRGILINA DE SOUZA SALLES

O 1.º Congresso Brasileiro de Jornalistas declarou que a "Revista Feminina" é um modelo digno de ser imitado.

Sua Eminência o Cardeal Arcoverde afirmou que a "Revista Feminina" é redigida com elevação de sentimentos e largueza de vistas.

A hora da mulher

Os tempos futuros estarão sob o Signo da mulher? Tudo assim indica: a carencia do homem em achar o novo caminho e a imperiosa necessidade de ligar todos os esforços, todas as vontades activas para a obra de reerguimento nacional e pacificação Internacional. — A humanidade numa das mais rudes voltas de sua evolução deverá reunir todos seus elementos de combate e de acção! Não se trata mais de saber qual actividade deve primar, na obra urgente tem-se necessidade de todas actividades. — O progresso humano será feito da evolução economica de todos os progressos. A mulher, pelo facto da evolução economica associou-se liberalmente no dominio dos factos mesmo que não o esteja ainda no dos principios. — Numa era nova correspondem deveres e direitos novos. — A primeira conquista da nova civilisação será a proclamação da igualdade politica e civica da mulher. não porque irão conceder-lhe uma graça, fazer-lhe generosamente um favor, mas porque as circumstanças imperiosas exigirão que ella participe de toda actividade constructiva proxima. Não é mais possível, sob os archaicos e fallaciosos pretextos de sua fraqueza physica, de sua incapacidade intellectual e technica, de continuar relegada strictamente ás occupações do lar. A mulher já provou seu valor social, tecnico, intellectual, sua resistencia physica, accumulando sua actividade professional ás attribuições naturaes familiares, mostrou ser capaz de multiplo esforço. — Longe de se diminuir na rude prova da guerra e após-guerra, a mulher soube fazer apreciar suas faculdades humanas de ordem geral, sem renunciar a seu patrimonio ancestral. Conquistou ella propria seus direitos de cidadã, e si não lh'os concederem, farão como fizeram os homens para conquistarem seus direitos politicos. Sente-se a mulher bastante forte de seu valor pessoal e de seu poder social e, principalmente, comprehende a urgente necessidade de sua collaboraçaõ na obra futura — obra que será defetivosa, incompleta, si a mulher não participasse pelo egoismo ou orgulho de seu companheiro! Assim não será! E, longe de afastal-a da proxima edificação da nova civilisação, o homem a chamará, sentindo a necessidade de seu concurso, feliz tambem de alliviar seus proprios hombros da carga presente, e de associar-a ao maravilhoso desabrochar de um mundo melhor. — O antigo e estéril antagonismo dos sexos vae se modificar, sob o agulhão da Necessidade e do Progresso, em collaboraçaõ magnifica total. E, sem querer prophetizar, acreditamos poder affirmar que a mulher — que traz á nova obra de reerguimento, seu entusiasmo e sua fé toda nova e principalmente a lembrança mais aguda da dor humana e a sede da felicidade para os homens, — fará mais ainda do que seu companheiro, e chegará a realizar o que este não poude ainda realizar: a pacificação do mundo!

Imagem 11- Novos aspectos gráficos aplicados na RF durante os anos de 1930. Editorial, fevereiro de 1935.

MAIS ALCANCE

Os olhos dos pastores foram, em épocas remotas, os primeiros que trataram de estudar os mysterios dos ceus. Mais tarde veio o telescópio de Galileo que representava um estupendo progresso. Em seguida, os astrónomos, desejosos de penetrar os segredos da mechanica celeste, aperfeiçoaram aquelle aparelho até chegar ao poderoso telescópio moderno. Na therapeutica succedeu o mesmo; primeiramente não se contava, para alliviar a dôr, senão com elementos de escasso poder e drogas perigosas; mais tarde operou-se a descoberta da Aspirina, que representou um enorme avanço; actualmente a sciencia moderna deu mais um passo, e, combinando esse analgesico com a Cafeina, o aperfeiçoou, convertendo-o nos

Comprimidos Bayer de Aspirina e Cafeina

que são um remedio de muitissimo "mais alcance" p'ra dôres de cabeça (especialmente as que têm por causa trabalh-mental ou intempetança); dôres de dentes e ouvidos, nevralgias, enxaquecas, resfriados, colicas menstruaes, etc. Absolutamente inofensivos para o coração. Aceitem sómente o tubo com a Cruz Bayer.

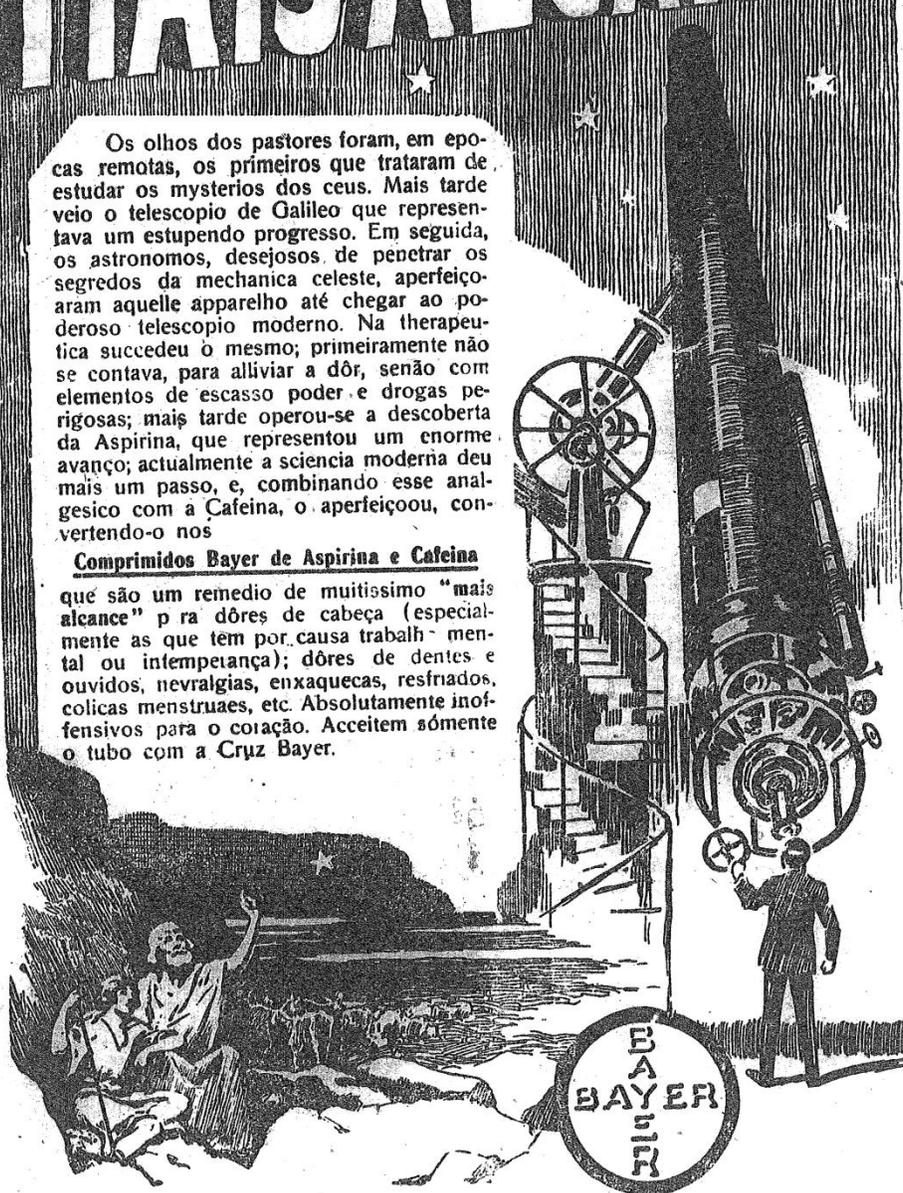
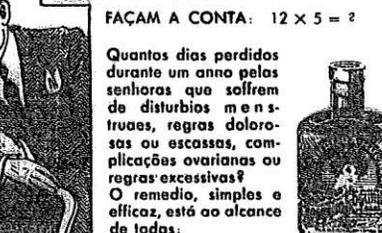


Imagem 12- Ideia de modernidade destacada nos anúncios da empresa Bayer, empresa alemã que comercializava o remédio Aspirina. Junho de 1930.

A Secretaria



A Saude da Mulher

Imagem 13- Exemplo de propaganda opinativa e instrutiva; produto muito divulgado no período, A Saúde da Mulher- O santo remédio das mocinhas, moças casadas e senhoras de idade. Julho de 1935.